

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Thamires Vieira Martins de Melo

**Trajetórias identitárias femininas em situação de rua: um estudo de caso de São José
dos Campos - SP**

Female identity trajectories in homelessness: a case study of São José dos Campos - SP

São José dos Campos

2024

Thamires Vieira Martins de Melo

Trajetórias identitárias femininas em situação de rua: um estudo de caso de São José dos Campos - SP

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lidiane Maria Maciel.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Fabiana Félix do Amaral e Silva.

São José dos Campos,

2024

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Melo, Thamires Vieira Martins de
Trajetórias identitárias femininas em situação de rua : um estudo de caso de São José dos Campos - SP / Thamires Vieira Martins de Melo; orientadora, Lidiane Maria Maciel; co-orientadora Fabiana Félix do Amaral e Silva. - São José dos Campos, SP, 2024.
1 CD-ROM, 152 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

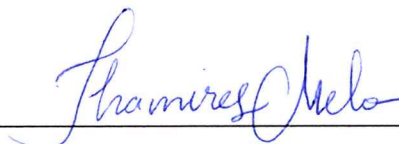
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. População em situação de rua. 3. Mulher em situação de rua. 4. Território. I. Maciel, Lidiane Maria, orient. II. Silva, Fabiana Félix do Amaral e, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Thamires Vieira Martins de Melo, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 3 de Maio de 2024.



Autor(a) da Obra

THAMIRES VIEIRA MARTINS DE MELO

**“TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS FEMININAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UM
ESTUDO DE CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof. ^a Dr. ^a Lidiane M. Maciel	<i>Lidiane M. Maciel</i>
Prof. ^a Dr. ^a Fabiana F. do A. e Silva	<i>Fabiana F. do A. e Silva</i>
Prof. ^a Dr. ^a Maria Ap. C. R. Papali	<i>Maria A.C.R. Papali</i>
Prof. ^a Dr. ^a Aline R. Barbosa	<i>Aline R. Barbosa</i>
Prof. ^a Dr. ^a Glauca de O. Assis	<i>Glauca de O. Assis</i>

Prof.^a Dr.^a Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 20 de fevereiro de 2024.

À minha mãe Edna Vieira, minha primeira inspiração de trabalho na área social.

Às participantes desta pesquisa que compartilharam suas trajetórias de vida.

AGRADECIMENTOS

A trajetória percorrida para a obtenção do grau de Mestre não se faz individualmente. Por isto, este espaço dedica-se ao reconhecimento da trajetória coletiva que a pesquisa acadêmica requer e ao suporte afetivo e social que envolve este percurso desde o ingresso no PPGPLUR e finda na escrita desta dissertação.

Ao meu esposo, Lucas Faria, pela parceria, incentivo e amor, às nossas conversas, debates e reflexões sempre inspiradores e nosso sonho comum de um mundo justo e igualitário.

À minha família, sempre compreensiva com minhas ausências, pelo encorajamento e valorização da educação e do “fazer ciência” no Brasil.

À minha mãe, que me acompanhou na pesquisa de campo e foi um grande apoio na realização das entrevistas.

A todos os profissionais com quem pude compartilhar meus anos iniciais de profissão nos Abrigos e Centro POP, que foram de grande aprendizado frente à questão da população em situação de rua.

À instituição Univap, por me conceder a bolsa de mestrado e possibilitar que eu pudesse concretizar esse sonho.

Aos colegas do mestrado e do doutorado, que compartilharam seus conhecimentos e reflexões nas aulas, seminários e cafezinhos.

Em especial, à minha amiga do mestrado Ana Paula, com quem compartilhei as angústias, alegrias e questionamentos durante as caronas que gentilmente me oferecia.

Aos professores do Planejamento Urbano e Regional, que fazem deste programa de pós-graduação um espaço de aprendizado e desenvolvimento ético, humano e crítico.

À Prof.^a Dr.^a Fabiana Amaral, por ter aceitado compor com esta pesquisa como minha coorientadora e pelos ensinamentos enriquecedores na disciplina de Epistemologias Decoloniais.

Às queridas Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali (Univap), Prof.^a Dr.^a Aline Ramos Barbosa (IFRO - Campus Vilhena) e Prof.^a Dr.^a Glaucia de Oliveira Assis (Udesc), pela gentileza de aceitarem participar da banca examinadora e por contribuírem com meu aprendizado.

À Prof.^a Dr.^a Lidiane Maciel, minha querida orientadora que tive o prazer de ser presenteada neste programa de pós-graduação. Ter uma mulher negra como referência na academia e poder ser orientada por ela, isto realmente é um privilégio! Agradeço imensamente a generosidade em compartilhar toda a sua expertise e a simplicidade para ensinar e provocar

debates tão pertinentes da “miséria do mundo”. Agradeço o tratamento respeitoso e afetuoso com as minhas contribuições e reflexões como pesquisadora iniciante.

Às participantes autoras, meu profundo agradecimento por comporem esta pesquisa e terem confiado a mim o relato de suas trajetórias de vida.

O que percebemos é que, na nossa sociedade, as classificações sociais, raciais e sexuais fazem da mulher negra um objeto dos mais sérios estereótipos.

Lélia Gonzalez

A possibilidade não é um luxo. Ela é tão crucial quanto o pão.

Judith Butler

RESUMO

O número de pessoas em situação de rua aumenta a cada ano no Brasil, sendo que, em 2022, eram 281 mil pessoas nesta condição. Este fenômeno, considerado como calamidade pública, ainda carece de recursos e planejamento de políticas públicas. Esta pesquisa estuda a relação das trajetórias identitárias femininas em situação de rua com o território urbano do município de São José dos Campos - SP, como elas se apropriam do território e constroem seus significados e sentidos em suas trajetórias de vida. Com isso, demonstram uma resistência ao sistema total de expropriação por meio da prática de vida. Para tanto, realizou-se um estudo de caso exploratório, de abordagem qualitativa, empregando para a coleta de dados a análise documental, a observação de inspiração etnográfica e entrevistas semiestruturadas com cinco participantes. Os resultados apontam para a intersecção do gênero como um fator preponderante na vivência do território. As experiências relatadas apresentam os atravessamentos da violência de gênero e da exposição de seus corpos por ocuparem um lugar que não lhes é considerado de direito: a rua. Almeja-se que esta pesquisa possa contribuir com a proposição de políticas de planejamento do território que considerem a constituição das trajetórias identitárias femininas e com o desenvolvimento de futuras investigações numa perspectiva humanizada das populações vulneráveis e marginalizadas.

Palavras-chave: população em situação de rua; mulher em situação de rua; gênero feminino; território; São José dos Campos.

ABSTRACT

The number of homeless people increases every year in Brazil, currently there are 281 thousand people in this condition, this phenomenon considered a public calamity still lacks resources and public policy planning (IPEA, 2023). This research studies the relationship between homeless female identity trajectories and the urban territory of the municipality of São José dos Campos/SP, how they appropriate the territory and construct their meanings in their life trajectories. In doing so, they demonstrate resistance to the total system of expropriation through the practice of life. To this end, an exploratory case study was carried out, with a qualitative approach, using documentary analysis, ethnographic-inspired observation, and semi-structured interviews with five participants for data collection. The results point to the intersection of gender as a preponderant factor in the experience of the territory. The experiences reported show the intersections of gender violence and the exposure of their bodies for occupying a place that is not considered their right: the street. It is hoped that this research can contribute to proposing territorial planning policies that consider the constitution of female identity trajectories and to the development of future investigations from a humanized perspective on vulnerable and marginalized populations.

Keywords: homeless population; homeless woman; feminine gender; territory; São José dos Campos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema visual das etapas de análise dos comentários do Youtube.	24
Figura 2 - Município de São José dos Campos e suas regiões administrativas.	28
Figura 3 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN).	30
Figura 4 - Mapa do território etnografado de maior concentração da população pesquisada. .	31
Figura 5 - Mapa da circulação da população em situação de rua.	52
Figura 6 - Lançamento da campanha Não dê esmola dê cidadania.	55
Figura 7 - Distância a pé dos abrigos para PSR até a região central.	56
Figura 8 - Panfleto “Não dê esmola, dê cidadania” rabiscado em protesto.	57
Figura 9 - Panfleto “Não dê esmola, dê cidadania” rabiscado em protesto (continuação).	58
Figura 10 - Registro fotográfico do livro Espelho Invisível.	59
Figura 11 - Captura de tela de comentários código J2.	73
Figura 12 - Esquema visual de frequência de palavras-chave nos comentários.	74
Figura 13 - Mapa temático dos comentários sobre a PSR.	81
Figura 14 - Mulheres entrevistadas pelo SP Invisível.	97
Figura 15 - Esquema visual das temáticas das histórias analisadas.	98
Figura 16 - Praça da Matriz não tem bancos para sentar.	104
Figura 17 - Área verde adjacente à Rodoviária Nova não tem bancos para sentar.	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação das participantes da pesquisa e local da entrevista.	32
Quadro 2 - Síntese dos principais eventos relacionados a implantação dos serviços para população em situação de rua (2012-2020) (continuação).....	50

LISTA DE SIGLAS

ALC	América Latina e Caribe
CadÚnico	Cadastro Único
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
Centro POP	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua
CIAMP Rua	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua
CTA	Centro Técnico Aeroespacial
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
OSC	Organização da Sociedade Civil
OXFAM	Comitê de Oxford para Alívio da Fome
PDUI	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSR	População em Situação de Rua
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RMVPLN	Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte
SJC	São José dos Campos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA	21
2.1	O percurso metodológico	21
2.2	A pesquisa de campo e os aspectos gerais do município de São José dos Campos	27
3	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CIDADES NO BRASIL	33
3.1	Breve caracterização das pessoas em situação de rua	33
3.2	População em situação de rua: um fenômeno urbano e desigual	41
3.3	As representações de São José dos Campos: um breve percurso histórico	47
3.4	Comportamento desviante: um breve percurso histórico da população em situação de rua e o território brasileiro	60
3.5	<i>Outsiders</i> nas cidades: representações sobre a população em situação de rua	71
4	SER MULHER NA RUA É MAIS DIFÍCIL AINDA: TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS FEMININAS NA VIVÊNCIA DA RUA	89
4.1	Breve percurso histórico da categoria mulher e o território da rua	90
4.2	Histórias invisíveis: as trajetórias femininas e a situação de rua em São Paulo	96
5	DORMIR COM UM OLHO ABERTO E OUTRO FECHADO: TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS FEMININAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP	101
5.1	A rua e suas sociabilidades: uma breve apresentação das "autoras participantes"	103
5.2	Circular feminino: deslocamentos possíveis	108
5.3	A rua: territórios de dominação masculina	112
5.4	O corpo feminino na rua: territórios de violência	115
5.5	A travesti: território da resistência	117
5.6	Identidade feminina no espaço público: territórios do desvio	118
5.7	A família: território dos afetos	120
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
	REFERÊNCIAS	127
	GLOSSÁRIO	140
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	142
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	143
	APÊNDICE C - LEVANTAMENTO COMENTÁRIOS YOUTUBE	145

APRESENTAÇÃO

A minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, de certa forma, sempre me mobilizou para as questões sociais. Eu cresci acompanhando minha mãe como educadora social em um abrigo feminino para adolescentes. Ela trabalhou por oito anos neste equipamento municipal de São José dos Campos - SP e, sempre que podia, ela me levava nas atividades propostas pelo abrigo para socializar as adolescentes que estavam em situação de acolhimento com os trabalhadores e suas famílias. A minha mãe conta que era uma iniciativa da coordenação à época e que eu sempre gostava de participar. Eu era criança, e as minhas lembranças desse tempo foram muito boas. Lembro das meninas, de compartilhar e sentir afeto e ter orgulho do trabalho que minha mãe realizava.

Ao optar pela graduação em Psicologia, a minha inclinação sempre esteve na área social, na contramão da maioria que desejava atuar na área clínica. Realizei monitoria nas disciplinas de Psicologia Social, fiz iniciação científica, pesquisei no trabalho de conclusão do curso o compromisso social da Psicologia e estagiei no último ano da graduação na Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de São José dos Campos.

Quando concluí a minha formação como psicóloga em 2015, pude atuar de 2016 a 2017 no Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) e nos abrigos institucionais de São José dos Campos - SP, ambos serviços da rede socioassistencial do município. Eu trabalhei dez meses nesses equipamentos com outra colega psicóloga. Lá, nós fazíamos rodas de conversa, atividades culturais, de lazer e de promoção da cidadania para os atendidos dos equipamentos.

A experiência foi enriquecedora para o meu amadurecimento profissional, ao mesmo tempo em que os questionamentos e dúvidas surgiram a respeito das ações e do funcionamento dos serviços. Isso porque, em alguns casos, eles não condiziam com o cotidiano de quem se encontra em situação de rua, considerando que essa população é um público muito diverso, com múltiplas demandas, para as quais cabiam uma atuação de diferentes frentes de políticas públicas. A minha percepção era que as ações eram insuficientes, a literatura especializada era escassa e as dúvidas e incertezas sobre o meu trabalho persistiam. Infelizmente, não pude seguir trabalhando para a Organização da Sociedade Civil (OSC) que havia me contratado.

Estive nos quase quatro anos seguintes, de 2017 a 2021, trabalhando como psicóloga para outra OSC, em um serviço ambulatorial especializado para mulheres e adolescentes com problemas com álcool e outras drogas. Apesar de compor a Rede de Atenção Psicossocial

(RAPS), semelhante ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), esse serviço foi criado na gestão municipal da época, na cidade de São José dos Campos - SP, recebeu um nome específico e é um serviço único no Brasil: Serviço Ambulatorial Especializado no Tratamento da Dependência Química em Mulheres e Adolescentes (SAMA). Neste serviço, eu continuei acompanhando pessoas em situação de rua, mas então havia me voltado para um público específico: mulheres cisgênero e transgênero, adultas e adolescentes. Apesar de ser trabalhadora da rede de saúde mental e não mais da rede socioassistencial, a minha percepção de que a proposição de ações e o funcionamento do serviço se distanciava da realidade das pessoas a quem se destinava continuava me inquietando.

Assim, a possibilidade de ingressar no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IP&D) da UNIVAP, na linha de pesquisa “Planejamento, espaço e cultura”, possibilitou-me organizar meus questionamentos em uma investigação científica que compreendesse as trajetórias e vivências das pessoas que se encontravam em situação de rua, especificamente, as mulheres nesta condição por se tratar do público ao qual eu dediquei durante a maior parte da minha trajetória.

Recuperando a minha experiência profissional de que as ações e serviços oferecidos a este público não estão necessariamente associados ao seu cotidiano, compreendo a importância de investigar este tema a partir de uma abordagem transdisciplinar e de um olhar voltado às pessoas que se encontram em situação de rua e que a utilizam como espaço de sobrevivência e sustento, que possuem diferentes corpos, origens, idades, gêneros, condições, motivações e usos desse território.

Entende-se que o Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PLUR/UNIVAP) pode contribuir com a investigação científica da produção do território e das desigualdades sociais dos centros urbanos, algo que se faz urgente, dada a realidade da população em situação de rua que vem crescendo de forma acelerada.

A linha de pesquisa “Planejamento, espaço e cultura”, que tem como um dos seus objetivos o estudo da construção de identidades, mostrou-se de grande interesse no que se propõe a investigação científica desta pesquisa. Compreende-se que o estudo das trajetórias identitárias e a produção do território contribuem para a reflexão das diferentes vivências que o gênero impõe à condição de estar nas ruas. Assim, busquei investigar as trajetórias identitárias femininas e a situação de rua.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da população em situação de rua envolve necessariamente o estudo do território habitado por estas pessoas para seu sustento e moradia, e que se encontram em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza. Considera-se que o número de pessoas em situação de rua aumenta a cada ano no Brasil. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), houve um aumento significativo de 211% de 2012 para 2022, com uma aceleração recente no crescimento. Isso significa que são 281 mil pessoas nesta condição e, por isso, este fenômeno, considerado como calamidade pública, ainda carece de recursos e planejamento de políticas públicas (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2023).

O espaço público historicamente de domínio masculino¹ estigmatiza a mulher que habita esses espaços, sendo esperado pela sociedade que o lugar ocupado pela mulher seja a casa: “mulher dona de casa”, “rainha do lar”.

Para a autora Tiene (2004, p. 65), “o corpo da mulher, culturalmente, é considerado frágil e subordinado”. E com o surgimento de uma nova organização social, da Cidade-Estado, o homem passou a ocupar a esfera pública e representar a mulher, que devia permanecer no mundo privado. Ao habitar esse espaço doméstico, a mulher passou a desempenhar um papel de cuidadora e de responsável pelas tarefas da casa (Tiene, 2004).

De acordo com Federici (2019, p. 144), para a mulher “uma vida nômade as expunha à violência masculina [...] também tinham mobilidade reduzida devido à gravidez e ao cuidado dos filhos”. Conforme aponta Robert Davis (1998 *apud* Federici, 2019, p. 200), “as mulheres foram expulsas não apenas de muitos trabalhos assalariados, como também das ruas, onde uma mulher desacompanhada corria o risco de ser ridicularizada ou atacada sexualmente”.

Assim, historicamente o papel feminino esteve destinado ao âmbito doméstico e privado, e aquela que transgredisse esse papel social era estigmatizada, o que nos traz o questionamento sobre a experiência cotidiana da mulher ao habitar o território da rua.

As mulheres em situação de rua são minoria se comparada aos homens que se encontram nesta condição. Isto se mostra como um reflexo das adversidades que estar em situação de rua impõe ao gênero feminino. A vida nas ruas para a mulher envolve a exposição a situações extremas, tais como a violência física, psicológica e sexual, o que as leva, em muitos casos, a

¹ No âmbito das representações sociais este espaço considerado masculino comumente tensionado pela presença feminina, se apresenta como um espaço de disputa, em que mulheres sempre estiveram presentes resistindo ao sistema patriarcal. Conferir Bonacchi e Groppi (1995), Ribeiro (1999) e Teles (1993), citadas por Tiene (2004).

se vestirem de forma masculinizada na tentativa de diminuir estas violências. Além disso, há uma condição em que a mulher se relaciona com um homem, que passa a ser seu companheiro como uma forma de garantir a sua proteção (Quiroga; Novo, 2009; Tiene, 2004). No entanto, conforme aponta a pesquisadora Rocha (2021), este mesmo companheiro em que seria depositado o papel de proteção pode vir a agredir a mulher que já se encontra vulnerável à situação de rua, sendo que as agressões mostram a expressão da estrutura machista da nossa sociedade.

Outro ponto que evidencia o menor número de mulheres em situação de rua se deve ao fato de as mulheres serem responsáveis pelo cuidado dos filhos, em contraponto ao número reduzido de homens que assumem esta responsabilidade (Quiroga; Novo, 2009).

Ainda que habitando o espaço público, a população de rua reconstitui neste espaço o conceito de casa e família, e a mulher assume as tarefas domésticas enquanto o homem vai em busca do sustento. Visto que a rua é um ambiente de sobrevivência e insegurança, há o cerceamento da liberdade da mulher para que ela permaneça com o cuidado do espaço delimitado como moradia (Tiene, 2004).

O principal fator de motivação das mulheres para a ida às ruas é a perda da moradia, em segundo lugar estão os problemas familiares e, em terceiro, o uso de álcool e outras drogas. Esses dados mostram as diferenças em comparação aos homens, cujas motivações evidenciam, em primeiro lugar, o uso de álcool/drogas, segundo o desemprego e terceiro os conflitos familiares. Isso indica uma divergência entre os gêneros e aponta a hipótese de que, em muitos casos, as mulheres optam por permanecer em casa, tanto pelo fato já evidenciado sobre o papel de cuidadora que exercem, como também pela possibilidade de que suportem situações de violência e opressão (Quiroga; Novo, 2009).

Ademais, a ida às ruas pode não ser representativa da noção de liberdade como é apontada pelos homens, muito pelo contrário, pode representar o risco de exposição às violências que a situação de rua apresenta para a mulher. Ainda, a trajetória das mulheres em situação de rua aponta para internações em instituições psiquiátricas em maior número que os homens (Quiroga; Novo, 2009).

Ao pensarmos na mulher em situação de rua que habita um território socialmente estigmatizado para o gênero feminino, quais são as implicações na construção da sua trajetória identitária? As produções de vida cotidiana do espaço privado doméstico também são reproduzidas pela mulher em situação de rua ou constituem-se novas configurações no território da rua? A vivência do feminino no território da rua implica em maior vulnerabilidade e

exposição ao seu corpo? Quais potencialidades a vivência do feminino tem como possibilidade na sua experiência cotidiana?

Deste modo, a pergunta de partida que norteou esta pesquisa definiu-se desta forma: como a experiência de habitar o território da rua afeta a trajetória identitária da mulher em situação de rua? E o objeto de pesquisa consiste no estudo das apropriações de territórios nas trajetórias identitárias femininas em situação de rua.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral estudar a construção das trajetórias identitárias femininas e a situação de rua na cidade de São José dos Campos - SP no período de 2019 a 2023. E os objetivos específicos consistem em:

- Identificar como o processo histórico, material e social da produção do território brasileiro afeta as representações hegemônicas sobre a população em situação de rua por meio dos comentários da plataforma *Youtube*;
- Analisar quais as representações do feminino são comuns — na literatura pesquisada evidencia-se o atravessamento do corpo marcado pela violência de gênero e pela prostituição — nas trajetórias identitárias femininas ao vivenciar o território da rua;
- Entender por meio de entrevistas como a mulher em situação de rua compreende a sua trajetória identitária na relação com o território de São José dos Campos - SP.

Por se tratar de um projeto de pesquisa exploratório, a hipótese inicial é a de que as trajetórias identitárias femininas e a situação de rua são afetadas pela experiência compartilhada de serem rotuladas como desviantes por ocuparem o território da rua, historicamente de domínio masculino, sendo o recorte de gênero preponderante nas experiências vivenciadas pelo feminino em relação ao gênero masculino.

Entende-se que esta investigação pode contribuir com a área do planejamento urbano e regional na discussão de políticas de planejamento urbano direcionadas à interseccionalidade do gênero feminino e a situação de rua. Assim, intenta-se para a necessidade de traçar ações de planejamento das cidades que considerem o número crescente de pessoas em situação de rua e, ainda, no reconhecimento das intersecções de gênero, raça e classe presentes dentro destes grupos marginalizados.

Além desta introdução e da seção metodológica, a pesquisa está dividida em três grandes seções que buscam abordar o fenômeno da população em situação de rua em sua dimensão macro e microestrutural. Para isto, a matriz teórico-metodológica se desenvolve com base no

plano macroestrutural das representações hegemônicas sobre a população em situação de rua, para o plano local do território de São José dos Campos - SP.

Assim, a primeira seção da pesquisa aborda as representações hegemônicas sobre a população em situação, por meio da pesquisa bibliográfica acerca do processo histórico, material e social de constituição do fenômeno que na atualidade se entende por “população em situação de rua”. Revisitam-se outros estereótipos que foram empregados às pessoas que se encontram marginalizadas no processo de formação das cidades, tais como despossuídos (Engels, 2010), mau cidadão (Moura, 2021), classes perigosas (Chalhoub, 2017), tendo como fio condutor deste percurso os conceitos de estigma (Goffman, 1981) e *outsiders* (Becker, 2019). Aborda-se o território brasileiro a partir do referencial da desterritorialização (Haesbaert, 2004). Por fim, com a finalidade de compreender as representações sobre este fenômeno na atualidade, realiza-se uma coleta de dados por meio da análise de conteúdo dos comentários publicados em matérias jornalísticas na plataforma do *YouTube* que abordem esta temática.

A segunda seção da pesquisa trata do recorte do gênero feminino a partir do fenômeno da população em situação de rua, concentrando-se na análise da condição de inferioridade (subalternidade) da mulher no desenvolvimento do capitalismo. Para compreender este processo de marginalização da condição feminina, utilizaram-se como aporte teórico: a feminização da pobreza (Federici, 2019), a interseccionalidade de raça, classe e gênero (Gonzalez, 2018), os espaços brasileiros da casa e da rua (DaMatta, 1997), o poder e a violência simbólica (Bourdieu, 2022), a violência de gênero (Saffioti, 2015) e a vivência da mulher na rua (Tiene, 2004). Discorre-se sobre o processo histórico de apropriação do trabalho feminino não remunerado pelo patriarcado, em uma nova ordem de domínio masculino. A família separa-se da esfera pública, surgindo a figura da mulher dona-de-casa assujeitada pelo seu marido. Na separação do público e do privado, a rua se apresenta como território de dominação masculina sobre o feminino, do controle do corpo feminino e da violência física e simbólica sobre a mulher.

Assim, para aproximar-se da vivência da mulher no território da rua e com o intuito de compreender as representações que estas mulheres possuem sobre as suas trajetórias identitárias, realizou-se uma pesquisa documental, por meio da história de mulheres em situação de rua publicadas no livro *A cidade que ninguém vê* (Lima, V., 2016).

A terceira seção e última deste trabalho dedica-se à dimensão microestrutural, com a realização de uma pesquisa de inspiração etnográfica do território de São José dos Campos. Fazendo uso de entrevistas semiestruturadas, compreendem-se as representações que as mulheres possuem sobre sua condição de vida, suas sociabilidades, suas subjetividades e

identidades. Analisam-se, ainda, as vivências femininas em situação de rua, mostrando como as mulheres se apropriam deste território e constroem suas trajetórias identitárias.

2 METODOLOGIA

2.1 O percurso metodológico

O percurso metodológico desta pesquisa tem como base uma abordagem qualitativa, que compreende o fenômeno social na sua parcialidade e complexidade, ou seja, não se pode isolar o objeto de pesquisa. Por se tratar de pessoas, elas estão em constante interação com o mundo e, de forma intencional, produzem suas próprias interpretações e ainda, na sua interação com o pesquisador, afetam e são afetadas por este (Almeida, 2016).

Assim, a pesquisa qualitativa “supõe que todo conhecimento é parcial, porque conhecimento de uma parte (não do todo) e porque, ao se adotar um ponto de vista, toma-se partido”. Desta forma, reconhece os limites das técnicas que emprega e da sua compreensão sobre o fenômeno estudado (Almeida, 2016, p. 9).

Dada a complexidade do fenômeno “população em situação de rua”, optou-se pelo uso do método do estudo de caso, um procedimento “considerado uma espécie de guarda-chuva de técnicas de pesquisa com a finalidade de analisar fenômenos com múltiplas dimensões teóricas e empíricas” (Almeida, 2016, p. 62).

O emprego do estudo de caso requer a delimitação do caso, combinado à escolha de técnicas e procedimentos metodológicos que considerem a sua complexidade, as escalas empíricas e as variáveis de interconexão da unidade-caso a ser estudada, de modo que demanda do pesquisador a capacidade de integrar os dados, refazer suas hipóteses com o decorrer da investigação científica e apoiar-se no referencial teórico para análise das diferentes técnicas metodológicas aplicadas (Almeida, 2016).

Esta pesquisa utilizou-se do estudo de caso exploratório múltiplo, isto é, com a intenção de estudar vários casos, buscaram-se as variações a partir de um problema comum, e não a uniformidade, tendo como delimitação da unidade-caso as mulheres em situação de rua no município de São José dos Campos - SP e as suas trajetórias identitárias de apropriação do território.

Deste modo, para explorar o objeto de pesquisa “pessoas em situação de rua” e em seguida delimitar a unidade-caso “mulheres em situação de rua”, buscou-se iniciar pela investigação macroestrutural deste fenômeno social, a partir de dados secundários, com a pesquisa bibliográfica sobre as representações hegemônicas da população em situação de rua, no processo histórico, material e social de formação do território brasileiro e a constituição identitária desses sujeitos vistos como “*outsiders*”.

O levantamento de fontes bibliográficas auxilia no estudo de fenômenos que contém uma ampla variedade de dados, como é o caso da população em situação de rua, uma expressão da desigualdade social com diferentes dimensões (moradia, trabalho, fome, migração, saúde, entre outros), e no entendimento de fatos históricos, que só podem ser apreendidos por intermédio de fontes secundárias (Gil, 2008).

Em seguida, para a primeira seção desta pesquisa, utilizou-se na coleta de dados a análise de conteúdo (Bardin, 1977) para capturar um recorte das representações hegemônicas na atualidade. Segundo Bardin (1977, p. 115), a análise de conteúdo enquanto abordagem qualitativa contribui:

[...] nas fases de lançamento de hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (ou da situação de comunicação) [...] Pode funcionar sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que dêem lugar a frequências suficientemente elevadas, para que o cálculos se tornem possíveis.

No entanto, considera-se que a limitação deste método consiste no fato de a inferência ser pautada na presença do índice analisado (tema, palavra, personagem etc.) e não na sua frequência quantitativa. Todavia, não apenas a regularidade, mas também o acontecimento, o acidente e a raridade constituem sentidos importantes para a análise (Bardin, 1977).

Inicialmente, buscou-se por matérias jornalísticas em formato de texto, publicadas nos *sites* dos veículos de comunicação e em que houvesse comentários publicados opinando sobre a notícia. Entretanto, identificou-se pouca interação ou nenhuma, ou a página informava “comentários desativados”.

A dificuldade de capturar as representações sociais sobre a população em situação de rua, sobretudo em comentários publicados na internet, deve-se à exposição pública. A opinião sobre este tema, em muitos casos, envolve discriminação, preconceito e estereótipos, o que, possivelmente, inibe a opinião pública de registrar de forma “permanente” na internet o seu pensamento. E, ainda, o tema é pouco abordado nos meios de comunicação, o que afeta o número de interações do público com as matérias jornalísticas.

Assim, a escolha da rede social *YouTube* se mostrou com maior relevância para a análise das representações sobre a população em situação de rua. Esta plataforma foi identificada como local de maior interação dos usuários nas redes sociais.

Após a definição da plataforma *YouTube* como local de coleta de dados, empregaram-se os seguintes critérios de seleção: 1) páginas que noticiassem sobre a população em situação

de rua; 2) páginas que não desativassem os comentários; e 3) páginas com maior interação de comentários nas notícias. Essa definição resultou na escolha de dois canais: *@jovempannews* e *@SBTNews*². Nestes canais, realizou-se a busca por reportagens, no período de 2019 a 2023, com os descritores: “população em situação de rua”; “pessoas em situação de rua”; “morador em situação de rua”; e “morador de rua”. Esta primeira seleção resultou em 88 reportagens, sendo 38 da *@jovempannews* e 50 da *@SBTNews*. Em sequência, para a organização e codificação do conteúdo a ser analisado, definiu-se a unidade de registro de palavras-chave, e o asterisco significa as variações da palavra, uma vez que a busca na página permite digitar apenas o início da palavra e já mostrar o resultado, assim, não houve necessidade de escrever a palavra inteira:

- quer* (quer/querem/querer);
- decid* (decidir/decide/decidem/decidiu/decidiram);
- escolh* (escolher/escolhe/escolhem/escolheu/escolheram);
- prefer* (preferir/prefere/preferem/preferiu/preferiram);
- trabalh* (trabalhar/trabalho/trabalha/trabalham);
- respons* (responsabilizar/responsabilidade);
- regras;
- liberdade;
- vagabund* (vagabundos; vagabundagem);
- preguiça;
- gost* (gosta/gostam).

A partir das palavras-chave definidas como unidade de registro, aplicaram-se os critérios de inclusão: 1) comentários que mencionassem pelo menos uma palavra-chave; e 2) comentários que fossem direcionados a população em situação de rua. O critério de exclusão foi definido como: 1) reportagens que não tivessem pelo menos um comentário com as palavras-chave selecionadas. Deste modo, a busca resultou em 122 comentários de 36 reportagens, respectivamente, *@jovempannews* (40 e 16) e *@SBTNews* (82 e 20). A figura 1 sintetiza essas etapas:

² É importante ressaltar que estes canais de reportagem/notícias possuem viés editorial de direita. A opção por estes veículos de comunicação ocorreu pela disponibilidade da coleta de dados, pois eles mantêm a caixa de comentários ativa.

Figura 1 - Esquema visual das etapas de análise dos comentários do Youtube



Fonte: Autora.

Estes comentários serão analisados na primeira seção desta pesquisa “População em situação de rua e cidades no Brasil” junto com o aporte teórico selecionado a partir do levantamento bibliográfico, e que possibilitou delimitar as palavras-chaves³ da unidade de registro para a categorização destes comentários.

Em seguida, aproximando-se da unidade-caso “mulheres em situação de rua” e suas “trajetórias identitárias”, realizou-se uma pesquisa documental (Gil, 2008) a partir da seleção

³ As palavras-chave foram escolhidas a partir do levantamento bibliográfico das representações hegemônicas sobre a população em situação de rua e o cruzamento com as 88 reportagens selecionadas. Inferiu-se sobre o modo como essas representações são expressas na atualidade. Por exemplo, as “classes perigosas” e “ociosidade”, propostas por Chalhoub (2017), podem ser externadas em comentários que utilizam as palavras-chave “vagabundo”, “trabalho”, “querem” etc.

do livro fotojornalístico *A cidade que ninguém vê* (Lima, V., 2016). Nesta obra, são contadas 91 histórias de pessoas em situação de rua, e destas, dez histórias são de mulheres que foram selecionadas para análise de suas narrativas. Neste sentido, a investigação avança para a dimensão microestrutural e com o recorte de gênero dentro do universo pesquisado.

A pesquisa documental possui o mesmo propósito da pesquisa bibliográfica, diferenciando-se apenas pela fonte para coleta de dados. Ao invés do levantamento de referenciais teóricos, utilizam-se fonte primárias, isto é, materiais que não receberam tratamento analítico (Gil, 2008).

Com o objetivo de aprofundar a coleta de dados da unidade-caso “trajetórias identitárias de mulheres em situação de rua” e a “apropriação do território de São José dos Campos - SP”, é que se propôs realizar o estudo de campo por meio de inspiração etnográfica (Magnani, 2002) dos lugares que estas mulheres circulam pelo território de São José dos Campos, assim como a realização de entrevistas semiestruturadas (Lima, M., 2016) com participantes que estejam vivenciando ou tenham vivenciado trajetórias de situação de rua.

A etnografia permite, como aponta Magnani (2002), um olhar de perto e de dentro, para além das macroestruturas, sobre as ações cotidianas e suas relações sociais, as pessoas que habitam esses espaços onde constituem “suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc.” (Magnani, 2002, p. 15). Este outro olhar possibilita visibilizar outros pontos de vista e suas diferentes centralidades e ordenamentos sobre a dinâmica da cidade. Desta forma, caracteriza-se por um novo entendimento, composto por fragmentos do “concreto vivido” (Magnani, 2002, p. 17), e que são identificados em sua totalidade e descritos em categorias para análise e seu reconhecimento em outros contextos.

Para a seleção das participantes da pesquisa, realizou-se a inserção no campo por meio de inspiração etnográfica (Magnani, 2002), nos territórios identificados como locais de vivência da população em situação de rua, sendo espaços públicos situados no município de São José dos Campos – SP. Posteriormente à inserção no campo, fez-se o contato inicial com as mulheres que estão vivenciando e/ou circulando por estes locais, onde efetuou-se o convite para a participação da pesquisa e realização da entrevista.

As entrevistas foram realizadas em local público, onde a pessoa a ser entrevistada se sentiu mais confortável, com o uso de roteiro de entrevista (apêndice A) e gravador de áudio, e com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B). Este projeto foi submetido à Plataforma Brasil para a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sendo aprovado pelo parecer consubstanciado nº 6.051.541 em 10 de maio de 2023, embasada na

Resolução nº. 466 de 12 de dezembro de 2012, que considera o respeito à dignidade humana e a proteção de participantes de pesquisas científicas envolvendo seres humanos (Brasil, 2012b).

Para a análise das entrevistas, utilizou-se a técnica da análise de trajetórias que possibilita investigar trajetórias individuais e sua correlação com questões estruturais, identificando os efeitos macrossociais nos relatos dos entrevistados (Lima, M., 2016).

Assim, como aporte teórico da análise de trajetórias empregou-se a história oral (Portelli, 2001), que tem por entendimento que a história oral é uma fonte narrativa que evoca o passado, no encontro dialógico que contém a posição de quem narra a história e de quem a ouve. No trabalho de campo, juntos, narrador e pesquisador, entrelaçam seus discursos, resultando na combinação entre a narrativa das experiências individuais e a pesquisa conectada a biografia e a história das transformações da sociedade, busca-se o equilíbrio entre a dimensão pessoal/biografia e o social/história.

Conforme aponta Portelli (2001, p. 14):

[...] a história oral expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade [...] a história oral é mais intrinsecamente ela mesma quando concerne às pessoas que ainda não foram reconhecidas como protagonistas da esfera pública [...].

Há que se considerar que se trata de uma situação relacional entre quem narra e aquele que recebe a informação, no caso, o pesquisador que endereça suas questões, as quais sempre influenciam a narrativa: “pesquisadores sempre introduzem distorções específicas: informantes contam-lhes o que crêem eles queiram ouvir e assim revelam quem eles pensam que o pesquisador é”, assim, a entrevista é resultado de um produto elaborado por ambos, narrador e pesquisador (Portelli, 1997, p. 35-36).

A história oral busca captar a entonação, a variação de volume e matizes e a velocidade do discurso, dos quais se revelam a intenção, as emoções e a forma como se afetou por esta narrativa, de modo que a história oral se reporta bem mais aos significados do que aos eventos, ou seja, ela não deixa de ser factual, mas revela elementos desconhecidos sobre um evento (Portelli, 1997).

Assim, “lançam luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”, isto é, elas nos informam sobre suas subjetividades: “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que pensa que fez” (Portelli, 1997, p. 31).

Portanto, as fontes orais possuem um tipo de credibilidade que não está relacionada ao fato em si, mas sim à compreensão de quem narra sobre este fato: “[...] o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações” (Portelli, 1997, p. 33).

A escolha pela história oral é uma escolha política e democrática, pois ela comunica com as pessoas que são marginalizadas na mídia e no discurso público e amplifica suas vozes. Estas pessoas não objetos da pesquisa, mas sim sujeitos de um projeto compartilhado com o pesquisador: “um espaço compartilhado de narração, em que a presença do historiador oferece ao entrevistado alguém que está ali para escutá-lo, coisa que não lhe ocorre com frequência” (Portelli, 2010, p. 4-5).

Neste espaço compartilhado também há uma autoridade compartilhada, pois, apesar de o pesquisador ser aquele que conduz a entrevista, ele não tem o conhecimento que o entrevistado tem, assim, a relação é de aprendizado para o entrevistador. Configura-se uma relação que evidencia a diferença de poder social e cultural, a desigualdade de raça, classe, gênero, educação etc., mas que almeja a igualdade no espaço compartilhado do diálogo. Exige do entrevistador a postura ética ao lidar com a injustiça social que se busca iluminar, porque, ao deter o conhecimento compartilhado pelo entrevistado, o pesquisador detém o poder da palavra alheia que lhe foi confiado, o que implica em responsabilidade na produção científica que se torna um discurso público, uma fonte histórica (Portelli, 2010).

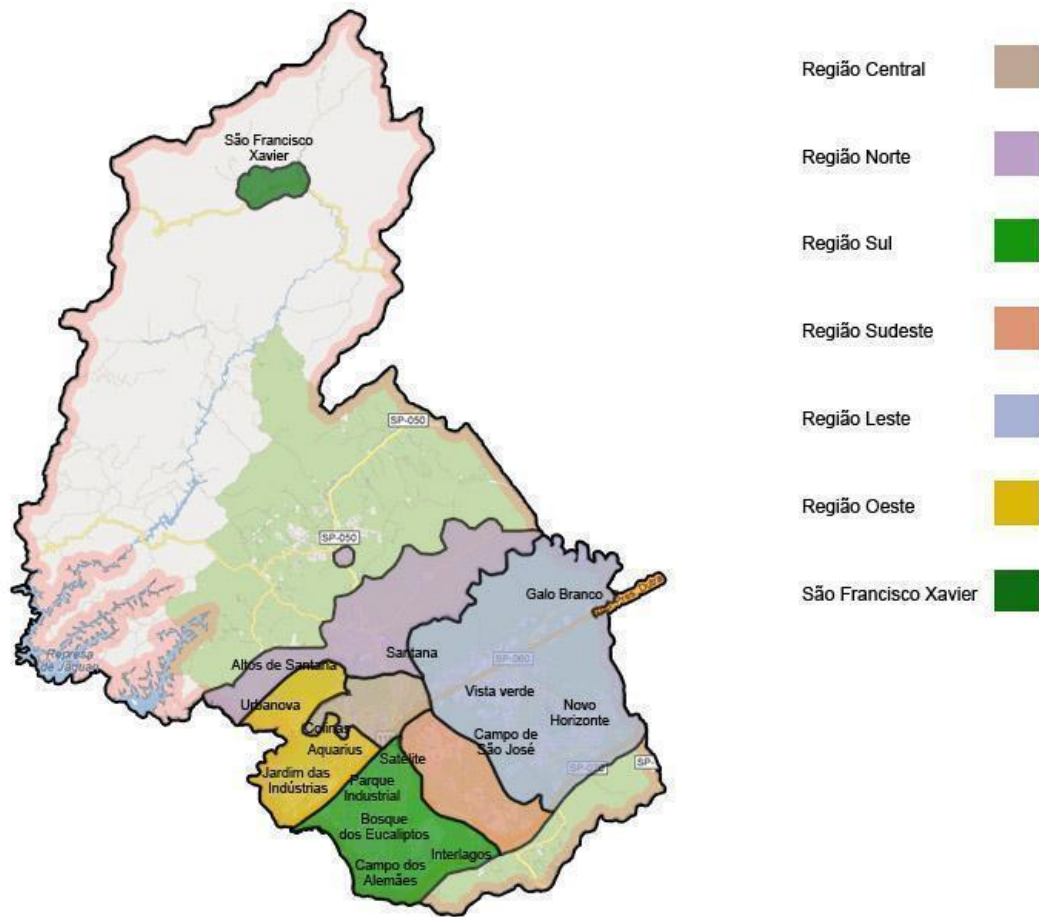
2.2 A pesquisa de campo e os aspectos gerais do município de São José dos Campos

A coleta de dados foi realizada a partir dos espaços públicos do município de São José dos Campos que possuem maior concentração da população em situação de rua. O conhecimento sobre o campo pesquisado se deu a partir da experiência anterior de trabalho de uma das pesquisadoras, como também da tese de Marília Goulart Silva (2023) do PPGPLUR/UNIVAP e da contribuição por meio de uma conversa com a mestrandia Izabel Silva deste mesmo programa e que atua como assistente social junto a população em situação de rua.

O município de São José dos Campos (SJC) tem 697.428 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022, está localizado a leste do estado de São Paulo, no médio Vale do Paraíba (Bacia Rio Paraíba do Sul) e se constitui como sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba (IBGE, 2023; Secretaria de Apoio Social ao Cidadão [SASC], 2017). No último Censo de 2010, os dados informavam 629.921 habitantes. Destes 97,66% de população urbana e 2,03% de população rural, com densidade demográfica de 572,9 habitantes por km² e a área total do

município de 1.099,61 Km², sendo 353,9 km² de área urbana e 745,7 km² de área rural. Possui limites com os municípios de Camanducaia (MG) e Sapucaí-Mirim (MG) ao norte, Jacareí e Jambuí ao sul, Monteiro Lobato e Caçapava a leste e Igaratá e Joanópolis a oeste. O município divide-se em regiões administrativas (figura 2) e a sua população se compõe, respectivamente: ao sul com 233.536 habitantes; a leste com 160.990 habitantes; ao centro com 72.115 habitantes; a norte com 59.800 habitantes; a sudeste com 45.800 habitantes; a oeste com 41.163 habitantes; e em São Francisco Xavier com 1.342 habitantes (São José dos Campos, 2010; 2023a; 2023b).

Figura 2 - Município de São José dos Campos e suas regiões administrativas



Fonte: São José dos Campos (2023c).

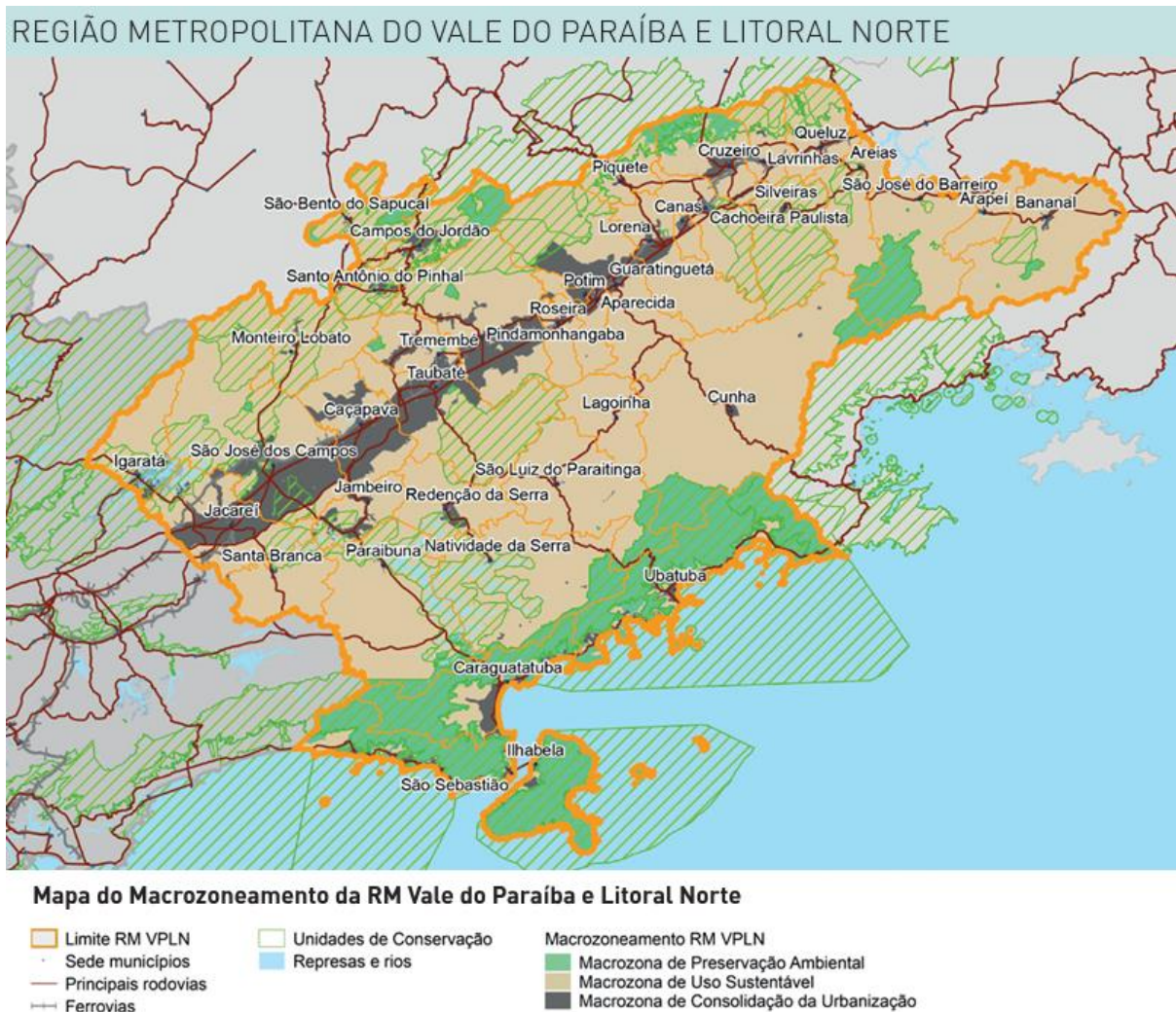
São José dos Campos está a 97 km de São Paulo, a 88 km de Caraguatatuba (litoral norte de SP), a 343 km do Rio de Janeiro e se localiza, em nível estadual, na região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Possui os distritos de Eugênio de Melo e São Francisco Xavier. As rodovias que passam pelo município são: ao norte a Rodovia SP-50 (liga o sul de Minas Gerais e Campos do Jordão); ao sul a Rodovia dos Tamoios (SP-99), a Costa Norte Paulista e

a Rodovia Carvalho Pinto (SP-70); e a leste e oeste a BR-116 (Rodovia Presidente Dutra). Há ainda a ferrovia de leste e oeste da MRS Logística (Malha Regional Sudeste) (São José dos Campos, 2023b).

O município compõe a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) (figura 3), localizada no estado de São Paulo. A região corresponde a 5,6% da população estadual, tendo 2.489.629 habitantes e uma taxa de urbanização de 94,7%, segundo as informações do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)⁴, publicado no documento *Metrópoles sustentáveis: cidadãos mais felizes* (São Paulo, 2022). A RMVPLN é beneficiada pela sua localização na Macrometrópole Paulista e pelo eixo da Rodovia Presidente Dutra e da Rodovia Rio-Santos, que articulam as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro e detêm os maiores equipamentos de relevância regional, com destaque para a conurbação entre São José dos Campos e Taubaté. O sistema econômico da região é voltado para indústrias de petroquímica, automobilística, telecomunicações, químico-bélico, farmacêutico e aeronáutico, e a cidade de São José dos Campos se destaca pelo setor de negócios e centros de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia, como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) (São Paulo, 2022).

⁴ PDUI é um instrumento legal definido pelo Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/15) de gestão interfederativa de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Atualmente, são dez unidades regionais: Aglomeração Urbana de Franca, Região Metropolitana (RM) de Ribeirão Preto, RM de Piracicaba, RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte, RM de Jundiaí, RM de São José do Rio Preto, RM de São Paulo, RM de Campinas, RM de Sorocaba e RM da Baixada Santista (São Paulo, 2022).

Figura 3 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)



Fonte: São Paulo (2022).

De acordo com o quadro de referência da rede urbana brasileira⁵, proposto pelo IBGE (2020) na publicação mais recente *Regiões de Influência das cidades: 2018*, o município de São José dos Campos compõe o Arranjo Populacional de São José dos Campos⁶ e se classifica como Capital Regional B. É, portanto, um dos 25 arranjos com maior centralidade de gestão empresarial, na área de comércio e serviços se situa em 16º no *ranking* de cidades com centralidade para compra de móveis e eletroeletrônicos. No quesito centralidade de instituições

⁵ A rede urbana brasileira se estrutura em duas dimensões: os centros urbanos (divididos em cinco níveis) e as regiões de influências (são a ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia). Os centros urbanos dividem-se em: MetrÓpole (principais centros urbanos, todas as cidades recebem influência direta); Capitais Regionais (centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão); Centros Sub-regionais (atividades de gestão menos complexas); Centros de Zona (menores níveis de atividades de gestão); e Centros Locais (influência restrita aos seus próprios limites territoriais) (IBGE, 2020).

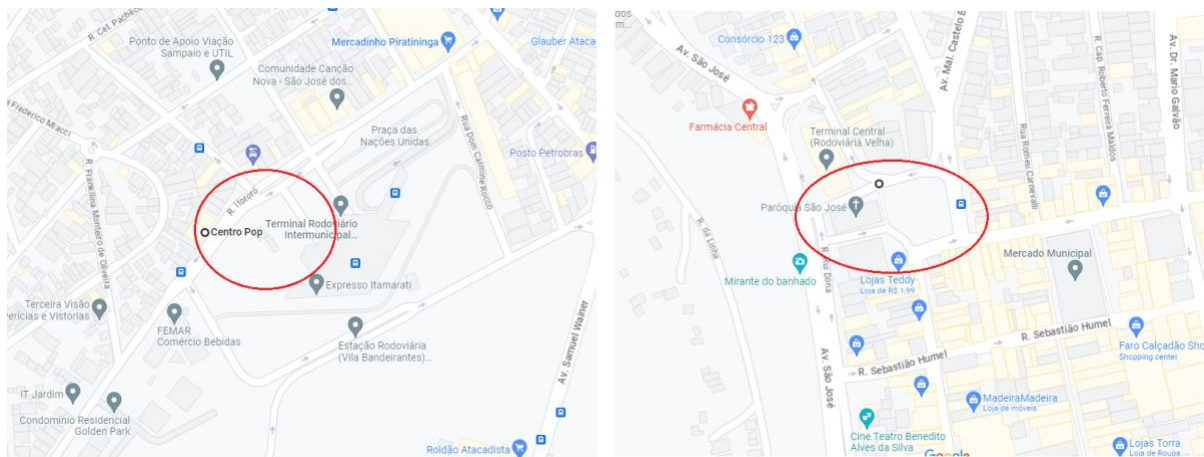
⁶ Este arranjo populacional compreende os municípios de Caçapava, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santa Branca, São José dos Campos, Taubaté e Tremembé, e totalizam 1,6 milhão de habitantes (IBGE, 2020).

financeiras também possui destaque, estando no nível 3, o mesmo nível que outras metrópoles, como Curitiba/PR, Recife/PE, Salvador/BA, Campinas/SP. Destaca-se também como centralidade na área de ensino superior (curso de nível superior) e oferta de serviços de saúde (baixa, média e alta complexidade). Dentre as áreas em que o município não apresentou destaque estão: informação (rede de televisão, jornal impresso e internet), cultura e esporte, transporte e ligações internacionais (cidades globais) (IBGE, 2020).

São José dos Campos é um dos territórios de circulação das pessoas em situação de rua, e aqui serão destacadas aquelas em que foram identificadas pessoas do gênero feminino, a partir da etnografia dos lugares de maior concentração da população em situação de rua. As entrevistas efetuaram-se diante da autoidentificação das participantes com o gênero feminino.

Foram realizadas cinco entrevistas no período de 28 de maio a 28 de julho de 2023. Observou-se que a presença de mulheres nestes territórios é menor se comparada aos homens, corroborando a pesquisa nacional sobre este segmento (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação [SAGI], 2009). Assim, os locais onde observou-se a presença feminina de modo recorrente foram: o entorno do Centro POP e do Terminal Rodoviário Frederico Ozanam (Rodoviária Nova), que são contíguos, e as imediações da Praça Padre João Marcondes Guimarães (Praça da Matriz), conforme a figura 4:

Figura 4 - Mapa do território etnografado de maior concentração da população pesquisada



Fonte: elaboração própria a partir do Google Maps (2023a; 2023b).

O quadro 1 descreve o perfil das participantes, a data e o local onde ocorreram as entrevistas:

Quadro 1 - Identificação das participantes da pesquisa e local da entrevista

CÓDIGO	IDADE	RAÇA/ COR	IDENTIFICAÇÃO	NATURALIDADE	TEMPO EM SITUAÇÃO DE RUA	DATA DA ENTREVISTA	LOCAL DA ENTREVISTA
A1	35	parda	Mulher cisgênero	São José dos Campos - SP	2 meses	28/05/2023	Calçada da rua de acesso a Rodoviária Nova
A2	37	preta	Mulher cisgênero	Minas Gerais	Domiciliada* *Trajetória em situação de rua	30/05/2023	Parque Vicentina Aranha
A3	26	preta	Mulher cisgênero	São José dos Campos - SP	1 mês	02/07/2023	Calçada da rua de acesso a Rodoviária Nova
A4	24	preta	Mulher cisgênero	Jacareí - SP	1 ano	02/07/2023	Calçada da rua de acesso a Rodoviária Nova
A5	27	branca	Travesti	Jundiaí - SP	1 ano e mês	18/07/2023	Viela lateral da Igreja da Matriz

Fonte: Autora.

As participantes da pesquisa foram identificadas por um código como meio de resguardar o sigilo e preservar a sua identidade. Optou-se pelo uso da letra A de “autora”, a fim de conotar a autoria de suas histórias registradas pelas entrevistas e que contribuem na composição dessa pesquisa, seguido do número por ordem de data em que ocorreram as entrevistas. Para as pessoas que não aceitaram participar das entrevistas e demais conversas que ocorreram durante a pesquisa de campo, optou-se por não atribuir um nome para resguardar a sua privacidade.

A coleta de dados no campo teve a contribuição de Edna Vieira, que é mãe da pesquisadora e que reside próximo ao Centro POP e à Rodoviária Nova. As suas indicações sobre os horários de maior movimentação da população em situação de rua e da identificação da presença feminina nesses espaços foram facilitadas por ser moradora do bairro e circular com frequência neste território. Sem contar que a sua presença durante a realização das entrevistas se tornou imprescindível, como veremos no subtítulo “A rua: territórios de dominação masculina”, que abordará este momento da entrada à campo, pois estar sozinha não demonstrou ser o melhor procedimento para a coleta de dados neste território.

3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E CIDADES NO BRASIL

A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago.
(Maria Carolina de Jesus, *Quarto de Despejo*, 2016, p. 72)

Esta seção busca introduzir o termo “população em situação de rua” em suas diferentes nomenclaturas ao longo do processo de urbanização das cidades, em que se adotaram representações sobre este segmento de acordo com o período histórico, econômico e social e que encontra repercussão na atualidade. A análise dos comentários de reportagens jornalísticas sobre esta temática evidencia que os estereótipos e o estigma sobre as populações marginalizadas incluídas de forma perversa no sistema econômico, a qual nomeamos pessoas em situação de rua na atualidade, recupera um passado recente de industrialização e formação dos centros urbanos que resultou em um contingente de pessoas pauperizadas que sofreram com a criminalização e o higienismo por sua condição social.

3.1 Breve caracterização das pessoas em situação de rua

Desde a Grécia Antiga, nômades vindos da expropriação de terras, guerras e fugidas da escravidão ocupavam as ruas das cidades e eram vistas indigentes, um tipo de não cidadão. Já na passagem para a Idade Média, pessoas sem abrigo estavam também presentes. O mendigo era assistido por um sistema de caridade, neste período, ordens Mendicantes realizavam ações de filantropia voltada aos pobres e aos vulneráveis. Com o desenvolvimento das cidades e da industrialização na Europa e América, uma parcela da população mal adaptada à ordem, era formada por camponeses migrantes a quem fora atribuído o estigma de vagabundo (Cunda; Silva, 2020; Stoffels, 1977).

Nas cidades modernas e industriais, a população em que outrora denominou-se “mendigo” e “vagabundo” assumiu a compreensão de lumpemproletariado — trabalhadores informais que se situavam nas zonas marginais das cidades —, composto por um perfil heterogêneo de pessoas muitas vezes desenraizadas e nômades que buscavam estratégias de subsistência na circulação pelas cidades, vivendo de forma insalubre, sofrendo as consequências do desabrigo e da exclusão. Neste período estas pessoas foram denominadas moradores de rua (Cunda; Silva, 2020; Stoffels, 1977).

No Brasil, o conceito de moradores de rua, relacionado ao seu modo de vida (tempo de permanência nesta condição, circulação no território, estratégias de sobrevivência), a questão também se vincula aos macroprocessos de crescimento das cidades e da industrialização. A partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), pessoas em vulnerabilidade social em situação de rua são compreendidas como sujeitos de direitos, necessitando de políticas públicas específicas.

Já na década de 2000, o termo morador de rua deixa de ser utilizado devido ao conceito generalizar a situação de rua, e, sobretudo, pelo estigma que continha em si. Assim, passa-se a denominar *população em situação de rua* (PSR), com o entendimento de que a “situação de rua” abrange as diferentes condições das pessoas que estão nas ruas, e este fenômeno adquire a dimensão de uma questão relevante das cidades (Cunda; Silva, 2020, grifo nosso).

Conforme apontam os autores Prates, Prates e Machado (2011, p. 193-94), o perfil heterogêneo da PSR, de pessoas com diferentes características “variam entre o andarilho solitário, famílias que habitam pontes, viadutos, parques ou terrenos baldios, loucos de rua que vivem sozinhos e pequenos grupos [...] e aqueles que circulam entre abrigos e albergues públicos” e reitera que a situação de rua é um processo que visa ser superado “estar em situação de rua ou habitar a rua é diferente de ser de rua. Vista como determinação”. Assim, os autores utilizam o termo “rualização” como um processo multideterminado, que culmina na situação de rua e que possui um impacto na constituição da subjetividade, decorrente de processos de perdas, exclusão, subalternização e desqualificação (Prates; Prates; Machado, 2011).

Desse modo, o segmento populacional denominado População em Situação de Rua adquiriu essa designação no ano de 2005, a partir do Primeiro Encontro Nacional sobre a População de Rua, que resultou na Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005 (Brasil, 2005), que dispôs sobre a alteração da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) para incluir os serviços socioassistenciais para pessoas que vivem em situação de rua. Foi seguido da criação em 2006 do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), pelo Decreto s/nº de 25 de outubro de 2006 (Brasil, 2006), para a elaboração de estudos e proposição de políticas públicas para a inclusão social da PSR. No ano seguinte, foi iniciada a primeira pesquisa nacional. Contando com 71 municípios participantes, a pesquisa foi finalizada em 2008 e publicada no ano seguinte sob o título “Rua aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua”, sendo a única pesquisa realizada a nível nacional (Brasil, 2005; 2006; Priori, 2019).

Os dados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a PSR continua sendo referência nos estudos sobre este segmento, justamente por ser a única a ter contabilizado esta população a nível nacional. A pesquisa foi realizada entre outubro de 2007 e janeiro de 2008, e identificou

31.922 pessoas adultas em situação de rua, que à época equivalia a 0,061% da população dos 71 municípios pesquisados. Os dados evidenciaram uma população predominantemente masculina (82%) e negra (67%), sendo de 39,1% pardos e 27,9% pretos. Esta proporção de raça/cor se mostrou consideravelmente maior se comparada a população geral, em que 44,6% da população se declara negra. A pesquisa também revelou dados sobre a escolaridade, sendo que mais da metade (63,5%) não concluiu o ensino fundamental, 17,1% declararam que não sabiam ler e escrever e 8,3% que sabiam assinar apenas o próprio nome (SAGI, 2009).

As razões para a ida às ruas apontaram problemas com álcool e outras drogas (35,5%), desemprego (29,8%), conflitos familiares (29,1%), sendo que 71,3% das pessoas entrevistadas informaram que essas razões estavam correlacionadas. Sobre o tempo de situação de rua, estavam há mais de cinco anos (29,6%), entre dois e cinco anos (18,8%), entre um e dois anos (13,8%) e menos de um ano (33,3%). Ainda 1,3% informou que desde que nasceu e 3,2% não souberam/não quiseram responder.

Quanto aos deslocamentos e migração, as pessoas entrevistadas responderam que sempre viveram no município (45,8%), deslocaram-se de uma cidade dentro do mesmo estado (30,3%). Destas advindas de outros municípios, 71,9% vieram de áreas urbanas, demonstrando não serem migrações do campo para a cidade. Outro fator apontado foi a presença de “trecheiros” (pessoas que migram de cidade em cidade): foram 11,9% de pessoas que se deslocaram de seis cidades ou mais. Dentre as principais motivações apontadas para o deslocamento estão a procura por trabalho (45,3%) e conflitos familiares (18,4%), e 60,1% dos entrevistados mencionaram que não estavam em situação de rua na cidade em que moravam, evidenciando uma relação entre o deslocamento e a ida para a rua (SAGI, 2009).

Outro ponto evidenciado pela pesquisa diz respeito ao entendimento de que as pessoas em situação de rua possuiriam vínculos familiares rompidos. Esta seria uma explicação para estarem nesta condição, contudo, o censo revelou que 51,9% possuíam um parente na cidade em que estavam, 38,9% não mantinham contato com seus parentes, mas 34,3% mantinham contato frequente (diários, semanal ou mensal) com seus familiares e 14,5% mantinham contato esporádico (de dois em dois meses e até um ano). Além disso, 39,2% consideravam a relação com a sua família boa ou muito boa, enquanto 29,3% consideravam ruim ou péssima (SAGI, 2009).

Quanto ao trabalho, temos 70,9% dos pesquisados que exerciam atividades remuneradas, apenas 15,7% mencionaram que pediam dinheiro como principal meio de sobrevivência, e 58,6% que informaram que tinham uma profissão, as principais ocupações mencionadas foram: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção

civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estiva (3,1%). Este dado contradiz a generalização sobre a PSR ser composta por pessoas que vivem da mendicância. Esta população compõe o segmento de trabalhadores informais e demonstra não ser uma condição circunstancial, pois 47,7% havia informado nunca ter trabalhado em um emprego formal, com carteira assinada, e dos que mencionaram ter registro em carteira, pelo menos uma vez. Isso ocorreu há mais de cinco anos para metade dos entrevistados e para 22,9% ocorreu entre dois e cinco anos atrás (SAGI, 2009).

Após a mobilização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e a sua articulação com atores da sociedade civil, no ano de 2009 instituiu-se a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (CIAMP Rua) por meio do Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Priori, 2019). O Decreto nº 7.053 define:

[...] população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009a, p. 1).

Para a PNPSR, a delimitação de um conceito que abarque a diversidade de pessoas e grupos que utilizam a rua para a sua sobrevivência e nela constituem suas identidades torna difícil a sua caracterização. Assim, define-se o fenômeno da PSR por (Brasil, 2008a, p. 8-9):

[...] Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.

[...]

[...] vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho

[...] Naturalmente, existem muitas outras especificidades que perpassam a população de rua e devem ser consideradas, como gênero, raça/cor, idade e deficiências físicas e mentais.

De acordo com os pesquisadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais em 2008, a produção de dados estatísticos sobre a PSR apresenta uma série de entraves metodológicos,

dentre eles, a imprecisão do termo população em situação de rua, pois “em situação” não localiza esta população, a exemplo da literatura internacional que utiliza o termo *homeless* (sem teto), considerado pelos pesquisadores mais preciso. A imprecisão também reside na definição do grupo PSR, uma vez que a PNPSR não define os conceitos de “pobreza extrema”, “vínculos familiares interrompidos ou fragilizados”, “inexistência de moradia convencional regular” e “áreas degradadas como espaço de moradia e sustento”, bem como a concepção de “temporário e permanente” e não delimita quais seriam as “unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”. Este último conceito não incluiria pessoas que pernoitam em domicílios (por exemplo, de amigos ou em troca de sexo, ou pelo uso de drogas), mas que não possuem residência própria, na qual os autores denominam de “sem teto oculto” (Carvalho; Oliveira, 2019).

A segunda questão levantada pelos autores reside na elaboração e execução de pesquisas censitárias com a PSR, a partir das experiências da Pesquisa Nacional e de um teste piloto realizado pelo IBGE em 2013. Eles pontuam que as pesquisas deveriam contabilizar o número de crianças e adolescentes, a contagem necessitaria ocorrer em uma única noite, a fim de evitar duplicidade no número de pessoas contabilizadas, e o delineamento mais preciso dos lugares considerados “rua”. A pesquisa nacional não incluiu pessoas que dormem em veículos, em cemitérios, locais que acomodam refugiados e imigrantes, beneficiários de aluguel/pensão social. Portanto, há a necessidade de uma varredura de todos os locais que circulam a PSR, não apenas de pernoite (Carvalho; Oliveira, 2019).

Carvalho e Oliveira (2019) também ressaltam que uma definição mais abrangente distinguiria “estar na rua” *versus* “não ter local certo de residência” (com o uso de critérios do que seria ter uma residência), ao invés de “estar na rua” e “estar em abrigo” como critério para a PSR, pois evitaria a exclusão do “sem teto oculto” ao contabilizar a PSR. Ainda, que no Brasil poderíamos nos valer dos dados administrativos produzidos, por exemplo, pelo Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal e pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Carvalho; Oliveira, 2019).

A pesquisadora Silva (2009) indica seis aspectos que caracterizam a PSR. O primeiro seria a compreensão da situação de rua multideterminada, o que para a autora seria o ponto em comum no estudo desta temática. Assim, o entendimento deste fenômeno envolve fatores pessoais, da história de vida (conflitos familiares, uso de álcool/drogas, fatalidades/tragédias, como, morte de parentes, roubo e perda de bens, questões de saúde, terremotos, enchentes etc.) e fatores estruturais (socioeconômicos, moradia, trabalho etc.), sendo que estes estão relacionados ao modo de produção capitalista, de acumulação do capital e de produção da

superpopulação relativa, que não é absorvida pelo mercado. Neste sentido, a pesquisadora Tiengo (2016, p. 39) corrobora a afirmação, já que em seu estudo aborda o processo de acumulação capitalista como gerador da superpopulação relativa, na qual, se enquadra a população em situação de rua “em todas as suas formas. Ora flutuante, latente, estagnada e ora lumpemproletariado, tudo depende do contexto de cada trajetória de vida”.

O segundo aspecto consiste na concepção do fenômeno da PSR como uma expressão radical da questão social, que aprofunda as desigualdades sociais, decorrendo no aumento da pobreza e na suscetibilidade da classe trabalhadora (Silva, 2009). Em consonância, a autora Pereira (2016, p. 26) afirma que a questão social tem na PSR uma de suas expressões e em sua gênese o modo de produção capitalista. Assim ressalta: “não existe uma ‘nova questão social’, na cena contemporânea, mas, sim, novas expressões da questão social que assume novas roupagens”. E conforme expressa Iamamoto (2001, p. 18, grifo da autora), referência nos estudos de ambas as autoras citadas anteriormente, sobre a questão social:

Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da questão social, reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo. A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na *autonomização de suas múltiplas expressões* — as várias “questões sociais”, — em detrimento da perspectiva de unidade. Impede assim de resgatar a origem da questão social imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de apreender as múltiplas expressões e formas concretas que assume.

O terceiro aspecto apontado por Silva (2009) compreende a localização da PSR nos grandes centros urbanos, devido à concentração de atividades que possibilitam a realização de trabalhos informais para a sua sobrevivência, bem como a distribuição de espaços, serviços e instituições que viabilizem a satisfação de suas necessidades básicas de alimentação, higiene, abrigo etc. A pesquisa nacional reitera este entendimento, conforme assinala a pesquisadora Santos (2009, p. 139): “[...] diferentes tipos de espaços urbanos se tornaram nichos de sustentação para a vida diária das pessoas em situação de rua”. Estas pessoas exercem atividades como trabalhadores informais, além de sua alimentação, abrigo/habitação e higiene dependerem em sua maioria de espaços públicos, estabelecimentos comerciais e albergues (SAGI, 2009).

O quarto aspecto denota o preconceito e a discriminação a que esta população é exposta. Sendo a sua condição vista como falha moral, são rotuladas de forma recorrente como “mendigos”, “vagabundos”, “vadios”, “bandidos”, “carentes”, “loucos”, etc. (Silva, 2009). Conforme complementa Mattos e Ferreira (2004), as representações sociais a respeito da PSR, como “vagabunda”, “louca”, “suja”, “coitadinha”, influem de forma negativa na construção de

suas identidades e exercem uma violência simbólica e a desumanizam. Em seu estudo sobre os mendigos na cidade de São Paulo, a autora Di Flora (1987, p. 51) destaca: “existem muitos dos tais rótulos pelos quais se costuma classificar ou estereotipar o mendigo: perigosos, doentes, sujos, vadios, imorais, fracos, coitados etc. [...] é percebido pela sociedade ‘normal’ como alguém que fracassou em assumir um papel social legítimo [...]”.

O quinto aspecto se refere às particularidades da PSR de acordo com o território em que esta vivencia a sua condição, isto influenciará nas sociabilidades, hábitos, valores e estratégias de sobrevivência. Por fim, o sexto aspecto que a autora ressalta ser pronunciado no Brasil se relaciona com a naturalização do fenômeno como inerente à sociedade, como um atributo particular, que cabe à responsabilização do indivíduo por sua condição e que se expressa na escassez de dados sobre a PSR e políticas públicas de enfrentamento das desigualdades sociais que alcancem este segmento (Silva, 2009).

Em consonância, a pesquisadora Neves (2011, p.12, grifo da autora) assinala que o fenômeno da PSR, apesar de reconhecido como problema social, o estudo deste campo de pesquisa, por vezes, utiliza-se de diferentes termos para explicar a condição de vida na rua, que individualiza e reforça uma compreensão de fatalismo da história individual e/ou familiar das pessoas em situação de rua, que “deformam as razões dessa própria existência social, ressaltando um suposto perfil ou estilo de vida: *mendigos, vagabundos, homeless, sans domiile fixe, população ou morador de rua*. Complementa que o que denominamos atualmente por PSR como uma questão social e que vem ganhando espaço na agenda pública, no mercado midiático e nas pesquisas acadêmicas, fora por muito tempo denominado como “*vadiagem, vagabundagem e mendicância*” (Neves, 2011, p. 13, grifo da autora).

Em sua pesquisa, Neves (2011) expõe um importante levantamento bibliográfico dos estudos desenvolvidos sobre a PSR em diferentes contextos históricos, apresentando diferentes categorizações para este segmento e com a contribuição de diversos campos de estudos. Inicialmente, conforme aponta Stoffels (1977) citada por Neves (2011), a mendicância estava relacionada à prática da caridade (ligada à filantropia católica). Em outras literaturas, vê-se a sua caracterização como um desvio (a vagabundagem), como uma falha moral, e a necessidade de medidas de correção e disciplinamento para o trabalho.

No Brasil, os estudos se iniciam a partir de 1975 com a condição de marginalização de crianças, denominado “menor de rua”, “meninos e meninas de rua” e posteriormente “crianças e jovens em situação de rua”. Dentre as pesquisas estão: Ferreira (1979), Arruda (1983), Borel (1987), CNBB (1987), Carvalho (1989), Silva (1990) e Leite (1991). E no mesmo período surgiram pesquisas e registros históricos sobre as experiências de pessoas que vivem na rua,

tais como trabalhadores informais e catadores de materiais recicláveis, mendigos e pessoas que vasculham lixos públicos para a sua sobrevivência: Stoffels (1977), Vogel (1981), Castelvechi (1982), Neves (1983), Reis (1985), Violante (1985), Costa (1986), Di Flora (1986), Mota (1986; 1987), Freire da Silva (1988), Pires (1988), Muñoz (1991) e Santos (1991) (Neves, 2011, p. 17-18).

A partir da década de 1990, as pesquisas evidenciaram os fatores econômicos e sociais do fenômeno da PSR, os termos “população adulta em situação de rua” e “crianças e jovens em situação de rua” passaram a ser amplamente utilizados, e os estudos acadêmicos se voltaram para a visibilização das existências de quem vive na rua, por meio de registros fotográficos e etnografias: Neves (1992; 1995), Simões Jr (1992), Guareschi (1992), Broide (1993), Bandeira de Ataíde (1993), Dimenstein (1993), Lusk e Mason (1993), Martins (1993), Rosemberg (1993), Alves (1994), Magni (1994), Muñoz (1994), OAF (1994), Brum e Centurião (1994) e Rosa (1995) (Neves, 2011, p. 19-21).

As pesquisas qualitativas e etnográficas com enfoque em crianças e jovens em situação de rua são mencionadas nos trabalhos de Milito (1995), Sarti (1995), Fausto e Cervini (1996), Lunardi (1996), Gregori (2000), Gregori e Silva (2000), Coimbra, Ayres e Nascimento (2002), Rizzini (2003) e Ascoli (2005). Com enfoque em idosos está a pesquisa de Oliveira (2001), e em grupos específicos de trecheiros e pardais, o estudo de Brognoli (1996). Com temáticas variadas, como trabalho e desemprego, há o trabalho de Oliveira *et al.* (1996), a metodologia de trabalho com a PSR em Muñoz (1997), trajetórias de luta e estratégias de resistência em Romano (2001), Costa, D. (2003) e Costa, J. (2006), a condição de vida nas ruas em Taveira (2002) e Barbosa e Paulino (2003), as memórias e a construção identitária em Kasper (2006), e as desigualdades sociais e pobreza em Borin (2003) e Leal (2008) (Neves, 2011, p. 23-25).

Surgiram pesquisas que abordam os conceitos de exclusão e desfiliação social sofridos pela PSR nos processos estruturais de desemprego, perda de direitos básicos e vida precarizada: Telles (1990), Rangel (1996), Bursztyń (1997; 2000), Oliveira (1997) e Escorel (1999) (Neves, 2011, p. 24-26). Estudos sobre as atividades decorrentes da condição de vida nas ruas, que abordam a complexidade dos limites entre a sobrevivência com trabalhos informais, a mendicância e os atos ilegais de furtos e roubos: Jardim (1998), Souza (1999), Nasser (2001), Lavarello (2003), Tiriba (2003), Barros (2004) e Gomes (2004) (Neves, 2011, p. 27-28).

A organização política de catadores de materiais recicláveis possibilitou a realização de fóruns, congressos e a publicação de pesquisas sobre o trabalho da coleta de materiais recicláveis, a organização de cooperativas e a economia solidária: Ferreira dos Santos (1996), Escurra (1997), Dozzi (1999; 2003), Couto (2000), Freitas (2001), Juncá (2001), Oliveira

(2001), Yamamora (2002), Magera (2003), Domingues Jr (2003), Hayashida (2003), Nicolau (2003), Freitas (2005), Adametes (2006) e Santos (2008) (Neves, 2011, p. 27-29).

As pesquisas relativas ao atendimento especializado e atuação junto à PSR foram estudadas na medida em que instituições, organizações sociais e profissionais se inseriram neste contexto. Há temáticas correlatas: à saúde da PSR em Reis (1999), Machado (2000), Ferraz (2000), Silva (2000), Andrade (2001), Mattos (2003) e Nogueira (2008); a políticas socioassistenciais em Quintão (2000), Ferreira (2001) e Martins (2001); espaço urbano em Frangella (2004); direito à moradia em Santos (2000), Costa e Magalhães (2002), Endrigue (2002) e Shimabukuro (2003); filantropia em Gregório (2002), Alvarez (2003), Bastos (2003); cidadania em Muñoz (2003), Seidenberg (2003), Souza (2003) e Waranda (2003); e uso de substâncias psicoativas em Waranda (2009) (Neves, 2011, p. 29-31).

Ainda, com o objetivo de ampliar o entendimento sobre o fenômeno da PSR, estudos dedicaram-se a produção de dados sobre o índice de pobreza e a desigualdade socioeconômica, em especial o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Dentre eles estão: Henriques (2000), Matoso (2001), Lima (2004), Sprandel (2004) e Schwartzman (2004; 2007) (Neves, 2011, p. 32).

3.2 População em situação de rua: um fenômeno urbano e desigual

As pessoas que se encontram em situação de rua representam a expressão máxima das desigualdades produzidas em um sistema econômico que acumula riquezas e não as distribui de forma igualitária. Dado que, ao analisar a PSR, nos deparamos com um grupo heterogêneo de pessoas, de diferentes gêneros, faixas etárias, raça/cor e que se relacionam com o território da rua de modos diversos, tanto na sua circulação, nas formas de habitar/abrigar-se, de prover seu sustento e sobrevivência, como nas sociabilidades estabelecidas no cotidiano e em suas trajetórias de vida. Diante dessa multiplicidade de vivências, partimos de um ponto comum para a PSR: a sua condição de vida precária e marginalizada resultante da pobreza extrema e ausência de políticas sociais que proporcionem condições mínimas de vida, e que são decorrentes da desigualdade social.

O número de pessoas em situação de rua tem aumentado de forma expressiva no Brasil. Em última estimativa realizada pelo IPEA (2023), aponta-se que no decênio de 2012 a 2022 houve o crescimento de 211%, sendo que em 2012 eram 90.480 pessoas nesta condição e o número saltou para 281.472 em 2022. O crescimento foi identificado em municípios de todos os portes: pequeno porte I (até 20 mil habitantes), pequeno porte II (20.001 mil a 50 mil

habitantes), médio porte (50.001 mil a 100 mil habitantes), grande porte (100.001 mil a 900 mil habitantes) e metrópole (900.001 mil ou mais habitantes). Em termos de distribuição regional do número de pessoas em situação de rua, a região Sudeste é responsável por 53,6% do total, seguida das regiões Nordeste (19%), Sul (13,9%), Centro-Oeste (6,8%) e Norte (6,5%).

A estimativa destaca o aumento acelerado da PSR, que supera sobremaneira o crescimento vegetativo da população de 11% apenas, segundo a estimativa do IBGE de 2011 e 2021. Isso demanda o investimento e o planejamento de políticas e serviços de diferentes frentes, visto que este fenômeno se desdobra na problemática da garantia de direitos básicos, dentre eles, políticas de seguridade social e habitacionais. Salienta-se, assim, a importância de uma nova pesquisa nacional que contabilize essa população, pois a última pesquisa dessa dimensão foi realizada em 2008 (IPEA, 2023).

Dados publicados recentemente pelo Comitê de Oxford para Alívio da Fome (Oxfam), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo *World Inequality Lab* (Laboratório das Desigualdades Mundiais) expõem o acirramento das desigualdades sociais no mundo, e em particular no Brasil, que corroboram o crescimento da população em situação de rua.

De acordo com relatório publicado pela Oxfam (2023), a desigualdade cresceu aceleradamente desde 2020, sendo que o 1% mais rico deteve dois terços da riqueza gerada mundialmente, o que equivale a seis vezes mais que 90% da população global obteve no mesmo período. Ressalta, ainda, que pela primeira vez em 25 anos houve um aumento da pobreza, ao passo que a acumulação de patrimônio aumentou em um grau nunca visto anteriormente. Segundo os dados informados pela Oxfam (2023), a aceleração da riqueza de 2020 para 2021 foi de 63% de ganhos para o 1% mais rico, enquanto 99% da riqueza restante ficaram com 37% da população global, sendo que, destes, apenas 10% foram ganhos pelos 90% mais pobres. Desse modo, “[...] para cada dólar de nova riqueza global ganho por alguém situado nos 90% mais pobres, um dos bilionários do mundo ganhou 1,7 milhão” (Oxfam, 2023, p. 7).

O relatório de desenvolvimento humano regional de 2021, publicado pelo PNUD, aponta que a região da América Latina e Caribe (ALC) é a segunda mais desigual do mundo (em comparação com países em situação semelhante de desenvolvimento), pois são 22 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, enquanto o quintil mais rico é responsável por 56% da renda nacional. O Brasil figura entre os países com maior concentração de renda na região: a proporção de 10% dos mais ricos deteve 57% da renda nacional, e o 1% no topo dos mais ricos deteve 28% dos ganhos em 2019 (PNUD, 2021).

Dentre os fatores que corroboram a desigualdade na ALC, que são multidimensionais, estão as desigualdades de renda e de gênero na participação feminina no mercado de trabalho e no trabalho de cuidado não remunerado, na discriminação de pessoas LGBTQI+ e de minorias étnicas, resultando em diminuição no poder econômico, menor acesso ao mercado de trabalho, à educação e à saúde, e um crescimento da violência (PNUD, 2021).

No relatório publicado pela *World Inequality Lab* (Laboratório das Desigualdades Mundiais), em 2022, o Brasil seguiu como um dos países mais desiguais do mundo: os 10% mais ricos detiveram 58,6% da renda nacional e os 1% mais ricos com 26,6% dos ganhos, enquanto a metade da população mais pobre deteve apenas 10% da renda nacional. Em relação às desigualdades patrimoniais, estas acentuaram-se, pois os 10% mais ricos detiveram 80% do patrimônio privado (ativos financeiros como ações e títulos, e não financeiros como imóveis), em comparação aos 50% mais pobres que detiveram 0,4% desses ganhos (Chancel *et al.*, 2022).

A existência de pessoas em situação de rua advém de uma trajetória de desamparo e vulnerabilidade, e de um processo relevante de desfiliação social. A maneira como são tratados nos informa sobre o projeto de desenvolvimento do país, conforme apontam Valencio *et al.* (2010, p. 56):

A existência do grupo remete, dentre outros, ao projeto de desenvolvimento do país que dissocia produção de riqueza e ampliação do conjunto populacional vivendo em exercício pleno de cidadania. De um lado, faz-se recair sobre o indivíduo a responsabilidade por seu fracasso econômico, do que deriva a desresponsabilização pública por seu fracasso social. Se, de um lado, nas grandes cidades a oferta de material para reciclagem (principal fonte de renda da população em situação de rua) é abundante, de outro, o viver urbano nos grandes centros predispõem para o anonimato da agressão como para a indiferença frente ao sofrimento, típico da atitude *blasé* da vida moderna.

Assim, a lógica capitalista converte bens e serviços essenciais à manutenção da vida em mercadoria, de modo que “não se impõe para integrar os agentes econômicos e sociais numa outra racionalidade, pautada nos direitos da pessoa humana” (Valencio *et al.*, 2010, p. 58). Essa lógica geradora de processos de “desagregação social”, que podem ter como expressão as pessoas em situação de rua, deveria ser compreendida como um “drama coletivo”, ao invés da responsabilização individual deste segmento populacional (Valencio *et al.*, 2010, p. 58).

A desigualdade social no espaço urbano se traduz na ausência de acesso às oportunidades produzidas no território, tanto de bens e serviços quanto de interações e atividades que nele ocorrem, de forma que essa condição desigual é um produto do capitalismo, que é estrutural, social e territorialmente contextualizado. Ela se apresenta como uma questão

social do nosso tempo, na qual os ditos excluídos, que não estão inseridos no mercado de trabalho, estão situados em um território indefinido. Segundo aponta Vêras (2018, p. 32), trata-se de “uma zona cinzenta”, devido à falta de uma “cidadania salarial” que garanta a sua proteção social. Em outras palavras, eles estão incluídos perversamente na informalidade, quando não, à margem num processo de invisibilidade (Vêras, 2018).

A fábula do mundo globalizado, conforme aponta Santos (2002, p. 19), a qual possibilitaria proporcionar a “cidadania universal” e condições igualitárias, mostra-se em sua condição perversa quando as condições de existência não permitem uma qualidade de vida, ocasionam o aumento do desemprego, da fome e do desabrigo e resultam num processo de globalização perversa. Isto é, a necessidade de produção e consumo geram relações sociais de competitividade, diminuindo o senso de solidariedade e de regulação estatal e corroborando a desigualdade e violência estrutural (Santos, 2002).

Assim, o fenômeno da desigualdade social se relaciona ao território que ocupa — as habitações (territórios fixos) e as relações, espaços de interação e trocas cotidianas (territórios móveis). Esta compreensão permite um olhar ampliado para a segregação socioespacial, para além da moradia fixa, mas também como um espaço de disputa na aquisição de bens, recursos e poder dos atores que circulam no território, no qual incluem-se as pessoas em situação de rua e que se caracteriza pela ausência de moradia regular e constante circulação nos espaços públicos (Brasil, 2008b; Vêras, 2018).

Dessa forma, nas cidades, o território é distribuído de acordo com os interesses econômicos do capitalismo, a sua infraestrutura é acessível de acordo com o poder de compra, seus centros urbanos são destinados à circulação e não para usufruir. A cidade divide-se pelas classes sociais e as políticas públicas não são distribuídas igualmente, descortinando uma “cidade real” marcada pela precariedade de suas habitações irregulares (cortiços, ocupações e favelas) e pela presença da população de rua (Vêras, 2018, p. 30).

Neste sentido, Santos (2002, p. 85) fala sobre uma “solidariedade vertical” em que os interesses globais se sobrepõem aos interesses locais, ocasionando a fragmentação do território. Nele, as empresas atuam individualmente desconsiderando as realidades locais e agindo em prol de interesses globais que resultam em ações excludentes e que retiram a autonomia dos atores locais. O território, para o autor, possui uma dinâmica própria, pois nele a “vida está representada” e a negação deste contexto se dá na visão totalizante que produz discursos “nacionais-regionais” que alienam a vida local (Santos, 2002, p. 87).

A população em situação de rua se configura neste espaço de disputa imposto pelos interesses econômicos, e a sua condição de pobreza extrema retira a possibilidade de acesso em

condições de igualdade ao território fixo e móvel que a cidade dispõe. Restam-lhes as “sobras do consumo excessivo de nossa sociedade e com elas construir abrigos frágeis, movidos pela necessidade de sustentar a própria vida” (Santos, 2009, p. 139). Como salienta Frangella (2004, p. 12), “trata-se de uma categoria que, em função de inúmeras e diversas trajetórias de desvinculação social e econômica, passa a habitar ‘cantos’ da cidade impensáveis ao planejamento urbanístico e ao imaginário coletivo dos cidadãos”.

Ainda, de acordo com os interesses econômicos, as cidades são palco de investimentos financeiros que desconsideram os direitos humanos da população em situação de rua. Com o intuito de revitalizar os espaços urbanos, são adotadas medidas higienistas, repressivas e punitivas, segundo uma lógica revanchista em que as classes superiores revidam o que lhes foi “supostamente” tirado, que seria o direito à cidade, ocupada pelas populações marginalizadas. Criam-se, portanto, dispositivos que cerceiam a sua mobilidade aos espaços públicos, criminalizando-os e invisibilizando-os (Santos, 2009).

Como afirma Frangella, existe uma lógica disciplinadora e opressiva, de violência física e simbólica, exercida de forma a impedir a permanência das pessoas em situação de rua “vez que sua utilização contingente dos espaços urbanos coloca os sentidos oficiais do ‘público’ e dos planos e projetos urbanos em risco, cria-se uma incessante tentativa de negar esse corpo já desabrigado”. Assim, “reitera-se a imagem já estigmatizada dos habitantes de rua de poluidores do espaço urbano” (Frangella, 2004, p. 250-51).

A pesquisa realizada por Maria Cecília Santos (2009) refere-se ao modo como a distribuição espacial dos recursos e as interações das pessoas com estes espaços influenciam no comportamento e na rotina diária das pessoas em situação de rua. Quando se trata da discriminação sofrida por esta população, seus corpos, aparência e comportamentos são associados ao espaço físico que habitam, tornando-se locais estigmatizados.

Diante dessa transgressão da ordem territorial, como coloca Mendes (2007, p. 102-03), “cria-se em torno dos moradores de rua uma rede de ações e instituições que pretende reajustá-lo aos seus padrões” e que são compostas tanto por instituições repressivas com o objetivo de “limpar as ruas da sujeira material e moral”, como por instituições de cunho sanitarista, socioassistencial e filantrópicas “que visam a retirada dos moradores de rua da rua”.

A população em situação de rua, para Mendes (2007, p. 118-119), seria transgressora da ordem social e a sua presença faria emergir “novas e antigas impurezas, desfazendo, com a sua existência, o trabalho de purificação a que se dedicam os modernos”. Ao desafiar a ordem do território urbano, da inclusão no mercado de trabalho e da burocracia do Estado, “não possuem documentos de identificação [...] não se prestam ao recenseamento do IBGE [...] nem

sempre existem como cidadãos”. Porém, estão presentes nos centros urbanos: “eles impõem sua presença fixando-se nos espaços destinados à circulação. Privatizam o espaço público, poluindo a paisagem urbana. Vasculham os dejetos deixados na cidade. Criam para si novas identidades”.

Para Santos (2002), o lugar se configura no espaço vivido, e no contexto da globalização expõe-se o contraditório, diante do crescente aumento da população pobre e marginalizada, está se opõe à racionalidade dominante e manifesta seus desejos: “esse é, também, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta de que, a despeito de sermos o que somos, podemos também desejar outra coisa” (Santos, 2002, p. 114), de forma que o lugar revela as racionalidades constituídas por quem habita este espaço.

A racionalidade dominante produz um sistema de valores (serviços, relações e ideias) segundo o qual todos devem possuí-lo. Entretanto, esse sistema não é acessível para todos devido ao fato de a produção global ser distribuída de forma desigual. Cria-se, assim, a relação de necessidade e escassez, em que alguns possuem e outros não. Aqueles que não possuem convivem diariamente com a escassez numa disputa incessante pela sobrevivência; e na velocidade com que a oferta de novos bens de consumo se apresenta, também se renova a experiência de escassez cotidiana, extraindo destas pessoas uma capacidade de reinvenção, de se metamorfosear (Santos, 2002).

A população em situação de rua atribui novos usos e novas territorialidades em sua experiência cotidiana, como expõe Frangella (2004, p. 252): “boa parte das cercas de arame que envolve os viadutos foi furada e muitas pessoas moram ali, invertendo o seu sentido funcional ao tomá-las como uma proteção a mais para si mesmas”. Em concordância, Mendes (2007, p. 78-80) destaca que os elementos urbanos assumem novas funções, como caixotes que servem de mesas e bancos, papelões que viram camas e locais de passagem, como um viaduto, marquises e calçadas, que se transformam em abrigo. Tornando-os “territórios existenciais”, compõem-nos a partir dos elementos urbanos novas criações e “fazem dos fragmentos descodificados da urbe um outro conjunto de códigos, conteúdos e expressões [...] criando então uma rede de captura e codificação que se expande entre as fendas urbanas”.

A atividade da catação de materiais recicláveis demonstra essa metamorfose que as pessoas em situação de rua realizam cotidianamente, recolhendo o descarte da sociedade e transformando-a em geração de renda, além de contribuir com a redução de custos para a cidade com a coleta de lixo e no impacto ambiental na reciclagem de materiais (Santos, 2009).

No enfrentamento diário pela sobrevivência, produzem-se um conhecimento e uma cultura próprios. A política dos pobres, declara Santos (2002, p. 133), faz-se no “cotidiano

contraditório”, constituído na necessidade de lutar pela sobrevivência ao mesmo tempo em que a ideologia do consumo faz seu apelo. Gera-se, então, a expectativa de um desejo não alcançado dada a condição de pobreza. E neste mesmo contexto de escassez se desenvolve um território de convivência entre as pessoas, com um organismo político, econômico, cultural e discursivo próprios que representam o movimento da sociedade. Nele incide a sua força criadora, embora não disponham de recursos, geram sua própria cultura popular. Portanto, a população em situação de rua deve ser vista para além da sua condição de excluída e discriminada, mas principalmente na sua força criadora como possibilidade de resistência (Santos, 2002; Santos, 2009).

Desta forma, Santos (2002) defende que uma outra globalização seria possível a partir da experiência do fenômeno da urbanização — com o aumento do contingente populacional e crescente desemprego, que ocasionam o aumento do trabalho informal — caso ela seja vista como uma possibilidade de nova interpretação do mundo e do lugar que cada pessoa ocupa. Nessa lógica, seria valorizada a cultura popular e a escassez poderia ser fonte de inspiração para a criação de soluções para as demandas sociais, conforme uma compreensão de interdependência global apoiada em uma nova ideologia de solidariedade que construiria uma nova civilização.

3.3 As representações de São José dos Campos: um breve percurso histórico

Em sua origem, o município de São José dos Campos inicialmente fora um aldeamento indígena, localizado nas proximidades do Rio Comprido, região atual entre São José dos Campos e Jacareí. Era uma fazenda jesuítica que posteriormente foi transferida para o atual Largo da Matriz⁷, onde fundou-se a Aldeia de São José por volta de 1680 pelo jesuíta Manuel de Leão e criou-se a Vila de São José do Parahyba em 27 de julho de 1767 por fatores geopolíticos⁸, a qual foi proclamada cidade em 1864 (Silva, 2010; Oliveira, 2010).

A cidade não teve destaque como produtora cafeeira dentre as cidades do Vale do Paraíba que, no final do século XIX, detinham os barões do café — Areias, Lorena, Guaratinguetá, Bananal, Pindamonhangaba e Taubaté —, pois era composta por pequenos e médios lavradores (Papali, 2010). Com a abolição da escravidão e a inserção do liberto (ex-

⁷ O aldeamento indígena foi fundado por meio de uma doação de sesmaria onde atualmente está o Largo da Matriz (Silva, 2010, p. 50).

⁸ Como forma de proteção contra as incursões espanholas e de controle da mão de obra indígena, elevaram-se diversas aldeias à categoria de vilas (ver Oliveira, 2010, p. 80).

escravo) na organização social, houve a reprodução de estereótipos que eram o projeto nacional da época, conforme aponta a autora Papali (2010, p. 134): “a ideia de vagabundagem irá se associar quase que automaticamente ao tipo de trabalho que vinha desempenhando o liberto na cidade de São José”. Desse modo, a cidade teve como principal mão de obra trabalhadores libertos, uma vez que não havia projeção econômica para receber subsídios governamentais de mão de obra de imigrantes italianos como recebera o Oeste Paulista. Assim, “a imagem conferida ao liberto — ou seja, preguiçoso e vagabundo — vai sendo ‘emprestada’ a todo o contingente de trabalhadores pobres e braçais do país” (Papali, 2010, p. 138).

A fase sanatorial para o tratamento da tuberculose em São José dos Campos contribuiu para o desenvolvimento da cidade, conhecida pelos “bons ares”. Neste período, houve a construção do Sanatório Vicentina Aranha⁹ em 1924 e transformou-se em Estância Climática em 1935, recebendo doentes de todo o país. Contudo, apesar da dimensão que este período representou, esta parte da história foi desconsiderada “apagada da memória coletiva” e “um incômodo pano de fundo” conforme aponta Vianna (2010, p. 52), dada a ideologia de cidade tecnológica que estava sendo desenhada para São José, que havia criado o CTA e o ITA e recém inaugurado a Rodovia Presidente Dutra no início da década de 1950 (Belcufiné, 2010; Vianna, 2010).

Apesar do estigma sobre as pessoas que eram acometidas pela tuberculose (Vianna, 2010, p. 55), “os passageiros eram instruídos a permanecer nos vagões e proteger-se com máscaras” ao passarem pela cidade de São José dos Campos e “mães orientavam os filhos a reconhecer um tuberculoso e se afastar” e a identificar os sinais de uma pessoa com tuberculose. Entretanto, estas mesmas pessoas faziam parte das sociabilidades da cidade: “em 1938, dos 1.154 doentes em tratamento na cidade [...] 54% trabalhavam [...] os comerciários doentes superavam, em quantidade, os ‘sãos’ [...]” (Vianna, 2010, p. 61). Havia uma “pensão-bordel na cidade, que reunia prostitutas tuberculosas dispostas a trabalhar para deleite dos tísicos”, como aponta Rosenberg (1999 *apud* Martins *et al.*, 2010, p. 75). Ainda, faziam parte da vida cultural da cidade “as famílias geralmente não acolhiam doentes, mas portando um bandolim ou um violão em punho, tinha entrada em toda parte” (Zanetti; Papali; Del Olmo, 2010, p. 111).

O processo de industrialização que se iniciou nos anos 1930 e se estendeu até 1950 já contava com uma estrutura urbana de indústrias que se fixaram no município, como a Rhodia, a Johnson e a General Motors, a construção da Linha de Transmissão da Light e o crescimento de núcleos urbanizados ligando o centro ao bairro de Santana na região norte, ao sul próximo à

⁹ Na época, foi o maior sanatório da América Latina, e atualmente, tombado como patrimônio histórico, é um parque público da cidade (Vianna, 2010).

estrada que liga a cidade de Paraibuna e a sudoeste próximo a via Dutra. Na década 1960, surgiram novos núcleos urbanizados a leste do CTA, adensaram-se os núcleos ao centro-nordeste próximo a Dutra e houve a inauguração do INPE em 1961. Em 1970, a região central da cidade se verticalizou, na região sul os núcleos urbanizados se adensaram, as áreas próximas ao INPE e a Embraer (instalada junto ao CTA) tiveram um maior crescimento e a região leste da cidade começou a se desenvolver com a criação do conjunto Vista Verde, que fica próxima a via Dutra. Ademais, iniciou-se a ocupação da região oeste, bem como instalaram-se novas indústrias, como Ericsson, Panasonic, Phillips, Monsanto e a Refinaria da Petrobras (Revap). Assim, no início de 1980 a cidade apresentava urbanização em todas as direções, com exceção da região nordeste, e configurava um crescimento espraiado, mas que foi orientado pelo eixo da via Dutra com a instalação das indústrias e centros de tecnologias e a consequente urbanização no entorno (Oliveira; Gomes, 2010).

O município se estabeleceu como polo tecnológico com crescimento populacional superior ao estado de São Paulo, no período entre as décadas de 70 e 80. Nos anos de 1997 a 2007, a cidade cresceu de forma segregada devido à elevação do preço de determinadas áreas pelo mercado imobiliário, com o surgimento de condomínios fechados de alto padrão (regiões norte e oeste) em contraponto a loteamentos clandestinos (região leste) e conjuntos habitacionais (região sul). De acordo com Costa e Maria (2010, p. 136), “ao definir o local das faixas de renda mais altas, indiretamente definem-se os eixos mais pobres [...] decidem o lugar dos outros, vencidos e excluídos”. Portanto, a cidade possuía um número maior de loteamentos fechados que a maioria das cidades médias brasileiras (Costa; Maria, 2010).

O Plano Municipal de Assistência Social publicado em 2017 recuperou alguns dados em relação à desigualdade social do município, que fazem um contraponto a visão de cidade tecnológica. No período de 1991 a 2000, a cidade apresentou uma tendência de exclusão social que se deslocou para as suas franjas. Em 2010, o Índice Gini¹⁰ do município era de 0,5633, um dos mais altos em níveis entre as cidades paulistas, demonstrando uma alta desigualdade de renda (SASC, 2017).

A respeito do atendimento à PSR¹¹, à época havia o Serviço Especializado de Abordagem Social¹², dois Centros de Referência Especializado para a População em Situação

¹⁰ O Índice Gini mensura a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O índice varia de zero a um, sendo que zero representa igualdade de renda e um o oposto, no qual uma pessoa detém toda a riqueza (Wolffebüttel, 2004).

¹¹ Compõe a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e está vinculada à Proteção Social Especial de média e alta complexidade (SASC, 2017).

¹² Serviço de média complexidade consiste na busca ativa no território para identificação de situações de violação de direitos e inserção na rede de serviço socioassistencial (SASC, 2017).

de Rua-Centro POP¹³ e sete serviços de Acolhimento Institucional¹⁴ para Pessoas em Situação de Rua (SASC, 2017).

Segundo aponta a pesquisadora Silva (2023, p. 72) em relação aos serviços socioassistenciais para a população em situação de rua, estes “‘dependem’ de uma política de inclusão”, que ao longo do tempo resultou tanto em melhorias como em retrocessos. O quadro síntese (quadro 2), elaborado pela autora, aponta as mudanças que ocorreram nestes serviços que se iniciaram no ano de 2012, momento em que os serviços para a população em situação de rua foram implementados no município em decorrência do decreto nº 7.053 de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua:

Quadro 2 - Síntese dos principais eventos relacionados a implantação dos serviços para população em situação de rua (2012-2020) (continuação...)

2012	Inauguração do Centro de Convivência para a população em situação de rua – Centro POP – CCP CECON situado na zona norte. Contando com uma equipe de 2 assistentes sociais, 3 agentes educadores, 1 vigia, 5 bolsistas do Programa de Incentivo a Qualificação, 1 administrativo, 1 motorista. Cerca de 50 pessoas acessaram o serviço por mês. Abrigos existentes: Pop Guararapes e Casa de Passagem. Abordagem social.
2013	Parceria com a Fundação Cultural Cassiano Ricardo para oficinas de cultura e participação em feiras. O Centro POP passou a ser porta de entrada para outros serviços. Parcerias com serviços da rede de atenção: CRAS, CAPS AD. Cerca de 150 pessoas acessaram o CECON mensalmente. Realização de avaliação social e encaminhamento das pessoas com mais de 60 anos para Instituições de Longa Permanência (ILPI's).
2014	Oferta de cursos de Jardinagem em parceria com SENAC. Mudança de coordenação, passando de CECON para Centro POP 2. Inserção das pessoas em situação de rua no Cadastro Único para recebimento do Bolsa Família. Cerca de 170 pessoas acessaram o serviço mensalmente.
2015	Criação de duas novas casas de acolhimento: República da Vila Industrial e República da Vista Verde. Casa de Passagem passa a ser Abrigo Família Indivíduo – atendendo demandas do CRAS e calamidades. O Centro POP 2 passa a operacionalizar no prédio da Secretaria de Desenvolvimento Social. Mudança na Coordenação Geral dos serviços da Pop Rua. Aumento da equipe técnica, passando para: duas psicólogas; 4 assistentes sociais; 4 agentes educadores e 4 oficinairos. Aplicado o primeiro Censo da população em situação de rua no município. Participação ativa na X Conferência Municipal de Assistência Social. Cerca de 210 pessoas acessavam o Centro POP 2 mensalmente.

¹³ Serviço de média complexidade voltado para a população em situação de rua que oferece atendimento e atividades que visem o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento de vínculos e construção de novos projetos de vida (SASC, 2017).

¹⁴ Serviço de alta complexidade para indivíduos ou famílias com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, com o objetivo de propiciar o convívio familiar e comunitário (SASC, 2017).

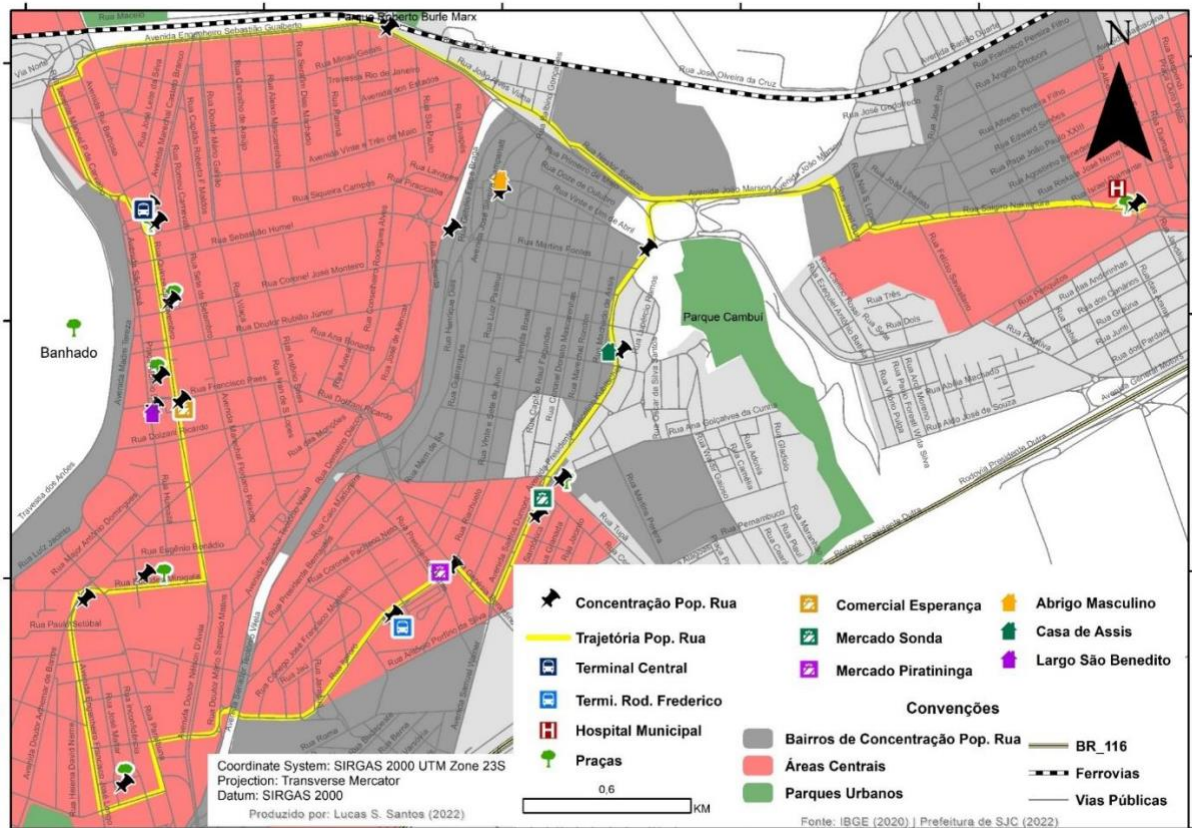
Quadro 2 - Síntese dos principais eventos relacionados a implantação dos serviços para população em situação de rua (2012-2020) (conclusão)

2016	Formação continuada dos técnicos e educadores. Abertura de 2 novos abrigos: mais um abrigo masculino e o abrigo Eugênio Bonadio destinados a idosos em situação de rua. Criação da oficina de futebol – “Bola pra Frente”. Capacitação destinada às pessoas em situação de rua para retorno ao mercado de trabalho. Cerca de 160 pessoas acessavam o Centro POP 2.
2017	Mudança na gestão municipal e na coordenação do trabalho voltado a Pop Rua. Redução da equipe técnica, passando a ser: 1 psicóloga; 3 assistentes sociais; 3 agentes educadores e 2 oficineiros. Mudança do Centro POP 1 para ao lado do Terminal Rodoviário Interestadual. Abertura de 2 novos abrigos: Abrigo Centro e Abrigo Coronel Moraes destinados ao público feminino. Entidade Nova Esperança assume os serviços destinados a pessoas em situação de rua Encerramento da oficina “Bola pra Frente”.
2018	Secretaria de Desenvolvimento Social passa a ser Secretaria de Apoio Social ao Cidadão. Fechamento da República da Vila Industrial e Vista Verde. Fechamento do Centro POP 2. Abrigos em funcionamento: Feminino, situado à Rua Rui Barbosa – Centro; Masculino, situado à Rua Guararapes – Monte Castelo e Abrigo Família Indivíduo. Entidade Dandara assume o abrigo feminino. Redução da equipe de atendimento aos serviços. Aumento significativo da população em situação de rua no município.
2019	Entrega dos abrigos Viva Masculino e Viva Feminino/LGBTQIA+, totalmente revitalizados. Criação do projeto “Empreender é viver” – com foco no empreendedorismo feminino das mulheres em situação de rua.
2020	Criação do Abrigo Familiar. Aumento do número de vagas para pessoas em situação de rua devido a Pandemia do Covid-19. Testagem em massa da população em situação de rua para Covid-19. Reformas e melhorias nos equipamentos. Ampliação e qualificação das equipes de abordagem e assistência social. Aquisição de tablets para o serviço de abordagem a população de rua. Aquisição de viaturas para o serviço de abordagem a população de rua.

Fonte: Silva (2023).

Em sua pesquisa, Marília Silva (2023) apresenta a cartografia da PSR por meio dos fluxos (circulação) que essas pessoas realizam, cujos deslocamentos cotidianos demarcam uma rede territorial necessária a sua sobrevivência, tanto pela interação da rede de sociabilidades, acesso a comércios e locais que ofereçam alimento, banho, oportunidade de trabalhos informais, como pela sua fixação indesejada em determinados locais, que levam a sua expulsão e contínuos deslocamentos. O mapa elaborado por Silva (2023, p. 106) aponta a circulação da PSR no território de São José dos Campos (figura 5).

Figura 5 - Mapa da circulação da população em situação de rua



Fonte: Silva (2023).

A circulação destacada em amarelo pela autora tem como ponto de partida o Terminal Rodoviário Central (conhecido como Rodoviária Velha), localizado na região central da cidade, e passa por pontos de concentração da PSR que têm como característica possuírem algum tipo de serviço, comércio e/ou concentração de pessoas, tais como: na região central, a Praça Padre João Marcondes Guimarães (Praça da Matriz), Praça Cônego Lima (conhecida como Praça da Telefônica), Praça Afonso Pena, Largo São Benedito, mercado Comercial Esperança, Rua Euclides Miragaia (ponto de ônibus conhecido como ponto da Sabesp), Praça Kennedy, Praça Monsenhor Ascânio Brandão (conhecida como Praça São Dimas), Terminal Rodoviário Frederico Ozanam (conhecido como Rodoviária Nova, fica ao lado do Centro POP), supermercado Piratininga, supermercado Sonda, Praça Capitão Pedro Pinto da Cunha (conhecida como Praça da Igreja São Judas pois se localiza junto a Paróquia São Judas Tadeu), Rua Henrique Dias (próximo a Secretaria de Apoio Social ao Cidadão e próximo ao Viaduto Prof. Everardo Passos), Casa de Assis¹⁵ (na Av. Juscelino Kubitschek); na região leste, a Praça

¹⁵ A Fraternidade Casa de Assis faz parte da diocese de São José dos Campos, ligada à Igreja Católica, e realiza ação social com o objetivo de acolher moradores de rua e oferecer alimentação, banho, roupas limpas e direção espiritual (Diocese de São José dos Campos, 2023.).

Aida Monteiro de Castro Veloso (em frente ao Hospital Municipal); e na região norte, o Parque Roberto Burle Marx (conhecido como Parque da Cidade).

Estes trajetos são realizados pela PSR andando a pé e durante o dia, visto que o período da noite representa maior risco de violência, e nesta circulação pelos espaços de sobrevivência é que a população em situação de rua adquire “um saber sobre o território” (Silva, 2023, p. 107).

A autora aborda as dissimetrias dos locais ocupados pela PSR. Os espaços que estas pessoas ocupam com a sua existência podem diferir daquele ocupado por quem está de passagem ou, ainda, dos moradores das residências do entorno, pois o espaço que a população em situação de rua ocupa sofre com a ação do tempo (chuva, frio, calor), com a remoção pelo apoio social (serviço de abordagem social), que é acionado junto a guarda municipal, e com a não aceitação e preconceito de moradores locais, comerciantes e trabalhadores (Silva, 2023).

O pesquisador Luciano Oliveira (2017), em suas observações etnográficas na cidade de São José dos Campos, que teve como lócus da pesquisa o Centro POP I¹⁶ e o Serviço de Abordagem Social, evidenciou que a atuação destes serviços estava fundamentada em interpretações locais em relação às normativas da PNPSR, uma vez que o município aderiu a uma categoria própria de “migrante” e “município” para direcionar o atendimento da rede socioassistencial. O município era aquele que comprovava residir na cidade por no mínimo dois anos e o migrante não possuía “vínculos” com o município.

O Serviço de Abordagem Social atuava para a remoção de pessoas em situação de rua em atendimento às denúncias pelo número 153¹⁷ e não havia o trabalho de busca ativa¹⁸ preconizado por este serviço. O pesquisador afirma que trabalhadores do Serviço de Abordagem tinham jornadas exaustivas, que, por vezes, chegavam a trabalhar em jornadas duplas de 24 horas e que durante a sua pesquisa presenciou os relatos de suas angústias em relação às atividades que exerciam e que não se sentiam ouvidos: “não temos voz” (Oliveira, 2017).

¹⁶ À época, no município havia o Centro POP I e o Centro POP II, sendo que cada equipamento tinha objetivos diferentes: o primeiro era voltado para pessoas migrantes e o atendimento socioassistencial era focado no retorno da pessoa à sua cidade de origem; e o segundo para pessoa nascida ou com vínculos familiares na cidade realizava-se atividades de convívio e socialização, além do atendimento socioassistencial com foco na superação da situação de rua.

¹⁷ Central telefônica voltada para receber denúncias de pessoas em situação de rua, atua em parceria com o Centro de Operações Integradas (COI), após recebida a denúncia aciona-se o Serviço de Abordagem Social para atuação no território.

¹⁸ A abordagem social “constitui-se em processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social” (Brasil, 2013a).

Atualmente, segundo a página oficial do município, o Serviço Especializado para PSR possui um Centro POP (Serviço de Abordagem Social e Centro de Atendimento ao Migrante) e seis Serviços de Acolhimento Institucional para PSR (São José dos Campos, 2023d):

- Abrigo Masculino adulto - Unidade Leste: Rua 2, número 599 - Majestic;
- Abrigo Masculino adulto - Unidade Sul: Estrada Bezerra de Menezes, 2.500 - Torrão de Ouro;
- Abrigo Masculino adulto - Unidade Sudeste/Leste: Estrada municipal Francisco de Moraes, 1.150 - Serrote;
- Abrigo Feminino/LGBT - Centro: Avenida Princesa Isabel, 1.235 - Santana;
- Abrigo Masculino para pessoas com limitações para atividades de vida diária - Centro: Rua Major Antônio Domingues, 227, centro;
- Abrigo Famílias e Indivíduos - Leste: Rua José Luiz Cembranelli, 40 - Vila Tesouro.

Em setembro de 2023, a Prefeitura do município iniciou a campanha “Não Dê Esmola, Dê Cidadania” (figura 6), com caráter permanente, que tem por objetivo desestimular a prática de dar esmolas e orientar sobre “a melhor forma de ajudar” as pessoas em situação de rua, pois, de acordo com a notícia, o ato de dar esmolas faz com que recusem o acolhimento (SASC, 2023a). Inicialmente, as ações da campanha estavam voltadas à abordagem de pessoas com veículos nos semáforos, e posteriormente focou em grupos de voluntários religiosos para abordar sobre “o quanto a esmola prejudica as pessoas que estão nas ruas” (SASC, 2023b).

Figura 6 - Lançamento da campanha “Não dê esmola, dê cidadania”



Fonte: Foto de Cláudio Vieira/PMSJC (SASC, 2023a).

A campanha informa que os serviços para PSR possuem 69 agentes da equipe de abordagem social (denominado Apoio Social) com atuação 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados, e que os abrigos municipais estão preparados para acolher “todos que estão em situação de rua”. Além disso, o Centro POP oferece “oficinas e atividades de convívio e socialização”. Ressalta que desde o início da campanha houve uma redução de 21,59% no número de pessoas em situação de rua (SASC, 2023b).

No entanto, salienta-se que a localização dos abrigos masculinos para a PSR está nas extremas periferias da cidade (figura 7), conflitando com a promoção de cidadania que a Prefeitura visa oferecer. Isso porque a população em situação de rua sobrevive de trabalhos informais decorrentes de atividades características das dinâmicas dos centros urbanos e, ainda, as orientações técnicas para o Serviço Especializado para PSR objetiva o desenvolvimento da autonomia e a convivência comunitária para a superação da situação de rua e a construção de novos projetos de vida. Desse modo, o deslocamento destes serviços para as extremas periferias da cidade não contribui para os objetivos a que se propõe a política nacional para PSR.

Os endereços dos abrigos masculinos para PSR coincidem com o endereço de Comunidades Terapêuticas (CTs)¹⁹ do município, no que consta frisar que se trata de políticas

¹⁹ São entidades privadas, sem fins lucrativos, classificados como equipamentos da rede suplementar, pois não compõem a rede SUS e tampouco o SUAS. Objetivam o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas em caráter voluntário (espontâneo) por um período que varia

públicas diferentes e, apesar de haver pessoas em situação de rua com questões de saúde relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, o acolhimento institucional para a população em situação de rua é um serviço socioassistencial que preconiza ações diferentes daquelas que compõem o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

Cabe reforçar que o acolhimento institucional “deve estar distribuído no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos” (Brasil, 2014, p. 45).

A figura 7 considera a distância calculada a pé dos abrigos para PSR até a Praça da Matriz, demonstrando que os abrigos masculinos das regiões leste, sul e sudeste estão respectivamente, a 3h55min, 2h48min e 3h49min de distância caminhando a pé até a Praça da Matriz, região central e de grande circulação e atividades da população em situação de rua.

Figura 7 - Distância a pé dos abrigos para PSR até a região central



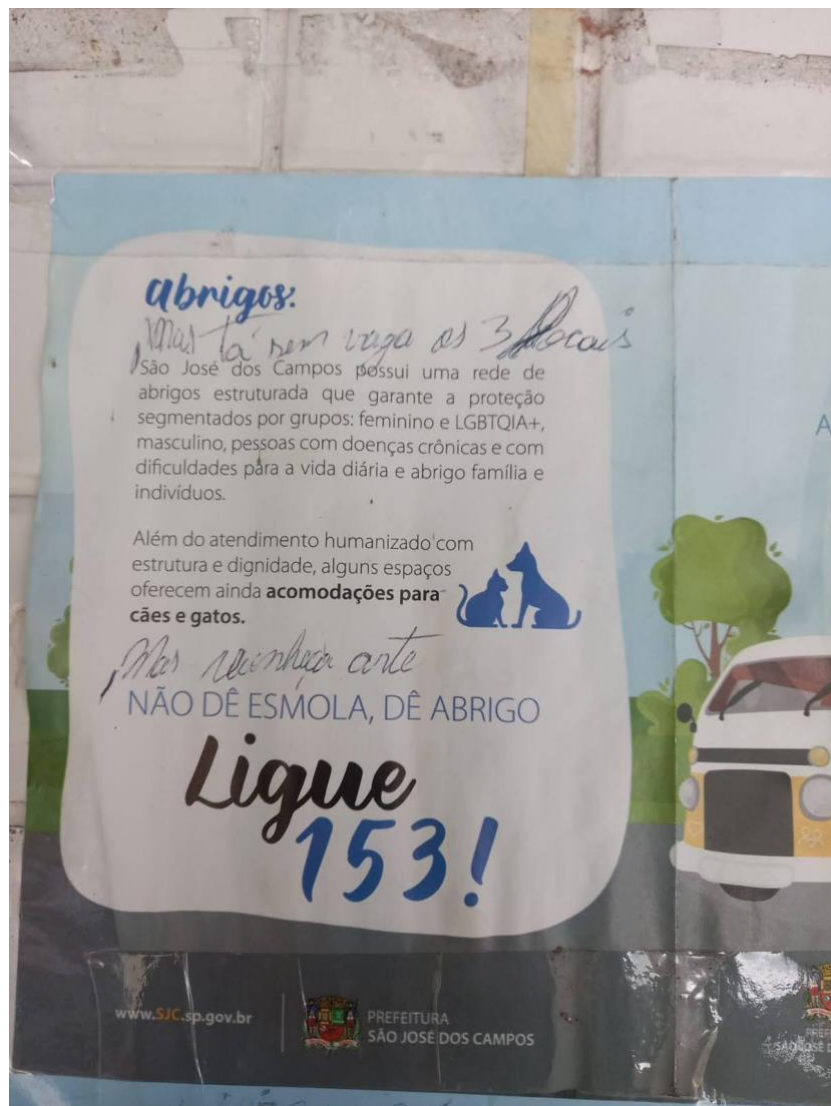
Fonte: elaboração própria a partir de Google Maps (2023c).

de 3 meses a 12 meses, a depender do projeto terapêutico da entidade. As CTs integram o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) pelo Decreto nº 9.761/2019 (Brasil, 2023a).

Os registros fotográficos (figura 8 e 9) capturados por Maria Lúcia de Sousa Cortez, do Núcleo de Extensão Pesquisa-Ação Cartografias Sociais - NEPACS/UNIVAP, a respeito da campanha municipal “Não Dê Esmola, Dê Cidadania”, expressam nos escritos à caneta no panfleto uma contestação a respeito da oferta dos serviços socioassistenciais informados pela Prefeitura.

Na figura 8 pode-se ler o escrito à caneta abaixo da palavra abrigos, “mas tá sem vaga os 3 locais”, possivelmente, referindo-se aos abrigos masculinos das regiões leste, sul e sudeste. Ao final do texto, lê-se “mas reconheça a arte”, o que sugere uma menção aos artistas de rua que se apresentam nos semáforos como forma de obter seu sustento e que podem ser impactados pelas ações de panfletagem da campanha nos semáforos.

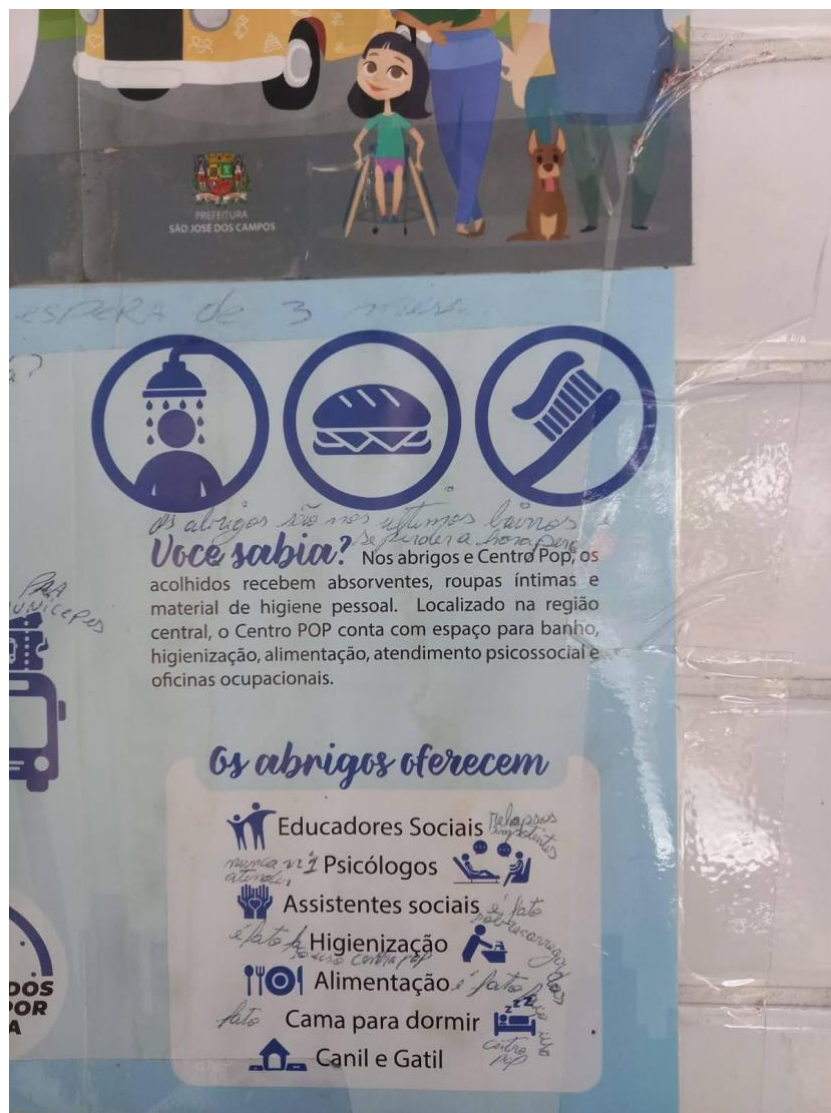
Figura 8 - Panfleto “Não dê esmola, dê cidadania” rabiscado em protesto



Fonte: Imagem do laboratório NEPACS/UNIVAP - Maria Lúcia de Sousa Cortez (2023).

Na figura 9, nos escritos à caneta lê-se “espera de 3 meses”. Deduz-se que seja em referência à espera para conseguir uma vaga no abrigo. Acima da frase “você sabia?” do panfleto é possível ler o escrito à caneta “os abrigos são nos últimos bairros se perder a hora perde”, corroborando a figura 7, que evidencia a distância dos abrigos para PSR no município. Sobre os serviços oferecidos, há críticas registradas à caneta em relação aos educadores sociais “relapsos”, “impotentes”, aos psicólogos “nunca vi 1 atender” e aos assistentes sociais “sobrecarregados”. E há a confirmação de que são ofertadas a alimentação e a higienização: “é fato faço uso no Centro POP”.

Figura 9 - Panfleto “Não dê esmola, dê cidadania” rabiscado em protesto (continuação)



Fonte: Imagem do laboratório NEPACS/UNIVAP - Maria Lúcia de Sousa Cortez (2023).

Contemplando as trajetórias femininas, no contexto de São José dos Campos, um livro de fotodocumentário também teve destaque nos anos recentes. *Espelho invisível*, de Natália

Ribeiro Cruz (2016), trouxe diferentes visões imagéticas sobre as mulheres em situação de rua. Ana Cristina (figura 10) é uma síntese de muitas trajetórias encontradas no campo. Mulher em situação de rua, nascida em São José dos Campos, graduada em Geografia pela Univap em 1999, docente por dez anos na rede básica de ensino, teve depressão que se intensificou após o falecimento do seu irmão e do seu pai. Foi para a situação de rua após o término do relacionamento com seu companheiro e pai de sua filha de 14 anos. Estava no abrigo na época deste registro e seu desejo era fortalecer o vínculo com a sua filha, conseguir um emprego, fazer uma nova faculdade e lançar um livro (Ribeiro, 2016).

Figura 10 - Registro fotográfico do livro *Espelho Invisível*



Fonte: Montagem de fotos a partir de Ribeiro (2016).

Trajetórias como a de Ana Cristina são comuns quando se trabalha com mulheres em situação de rua. Mãe, separada e com filhos. Os casos que serão abordados nas entrevistas mostram o quão vulneráveis são as mulheres nesta condição.

3.4 Comportamento desviante: um breve percurso histórico da população em situação de rua e o território brasileiro

Interessa descrever, mesmo que brevemente, o processo de rotulação da população em situação de rua. No percurso histórico de produção do território brasileiro, essas populações adquiriram diferentes rótulos e partilharam experiências comuns de serem julgadas como *outsiders*.

Desse modo, não se pretende esgotar uma revisão histórica do processo de formação do território brasileiro, mas, a partir deste processo, recuperar elementos que contribuíram para o processo de julgamento e rotulação de pessoas como desviantes, consideradas *outsiders* no contexto social em que viveram, atribuindo-se diferentes estigmas e que, na atualidade, encontram eco nas representações sociais sobre a população em situação de rua.

Antes de retomarmos o percurso histórico dos diferentes rótulos e experiências compartilhadas por grupos marginalizados que hoje se denominam população em situação de rua, cabe definir os conceitos utilizados neste estudo de representações, identidade, estigma e *outsiders*, e esclarecer que estes foram adotados com o entendimento de que se busca compreender as representações acerca deste grupo estudado e como o julgamento e os estigmas influenciam na construção das representações. Para isso, considera-se que essas representações produzem significados que constituem as identidades da população em situação de rua.

As representações se referem ao sentido que atribuímos às coisas. Pessoas que compartilham uma mesma cultura possuem um sistema de representações formado por conceitos, imagens, pensamentos e emoções que dão significado para a realidade em que vivem. Portanto, não são as coisas em si, mas o que elas significam, os sentidos atribuídos para tais coisas que são as representações delas mesmas, como, por exemplo, a linguagem é um sistema representacional que simboliza as ideias transmitidas seja por meio da escrita, fotografia, comunicação oral etc. (Hall, 2016).

Assim, a representação está correlacionada à identidade, pois é nesse sistema de “significação”, que é a representação dentro de uma cultura, que possibilita que uma identidade se constitua ao adotar ou rejeitar determinados significados desse sistema representacional (Hall, 2016).

Identidade se constitui pela dimensão psíquica, simbólica e social, logo, as relações sociais e as condições materiais compõem a construção da identidade, bem como as classificações que diferenciam o “eu e o outro”, “nós e eles”, “o excluído e o incluído”. Assim, a identidade é relacional e marcada pela diferença (Woodward, 2014).

A análise das representações possibilita compreender as posições-de-sujeitos ao produzir práticas de significação e sistemas simbólicos que constroem lugares em que as identidades irão se posicionar, as quais sempre envolvem relações de poder (Woodward, 2014).

Desse modo, pode-se analisar como determinado conhecimento gerado por um discurso está relacionado ao poder, que “regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados” (Hall, 2016, p. 27).

O estigma está vinculado ao conceito de identidade social. Para Goffman (1981), há duas dimensões da identidade: a identidade social real, que consiste nos atributos que a pessoa prova possuir, enquanto a identidade social virtual baseia-se nas expectativas normativas que se esperam que uma pessoa possua, o que ela deveria ser e não o que realmente é pautada nas preconceções do outro sobre ela.

O estigma, então, compreende o reconhecimento de um atributo que torna a pessoa diferente dos outros que estão em uma categoria em que ela poderia ser incluída. Este atributo que a difere é o estigma: “um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (Goffman, 1981, p. 6).

Portanto, o estigma reside na relação entre atributo e estereótipo, isto é, ele constitui “a discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real”. O estigma está relacionado às “culpas de caráter individual”, por meio das quais são imputadas as fraquezas, paixões, crenças falsas, desonestidade e são atribuídos a situações de transtornos mentais, prisão, vícios, desemprego, comportamento político radical (Goffman, 1981, p. 6-7).

A pessoa estigmatizada no contato com outras pessoas tem a capacidade de perceber o que seu atributo diferencial — considerado um estigma — causa nestas interações sociais e, assim, pode responder antecipadamente de forma defensiva, ou ainda, sentir o mal-estar gerado “uma interação angustiada” e saber que o outro também percebeu este mal-estar e que não se importou que ele tenha sido percebido (Goffman, 1981, p. 18-19).

Ainda, pode significar uma maior habilidade para lidar com situações desconfortáveis, conforme aponta Goffman (1981, p. 19):

É provável que, em situações sociais onde há um indivíduo cujo estigma conhecemos ou percebemos, empreguemos categorizações inadequadas e que tanto nós como ele nos sintamos pouco à vontade. Há, é claro, frequentemente, mudanças significativas a partir dessa situação inicial. E, como a pessoa estigmatizada tem mais probabilidades do que nós de se defrontar com tais situações é provável que ela tenha mais habilidade para lidar com elas.

Nestas interações, a pessoa que sofre o estigma desenvolve ao longo do tempo um aprendizado, uma série de ajustamentos sociais a partir das experiências vividas na sua condição de possuir um estigma que irão influenciar na “concepção do eu” (Goffman, 1981, p. 30).

O conceito de *outsiders* desenvolvido por Howard Becker em sua obra *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (2019) foi escolhido nesta pesquisa dado o enfoque nas interações sociais que produzem o comportamento rotulado como desviante e como este afeta as experiências cotidianas de quem recebe este rótulo, bem como constituem uma “carreira desviante” influenciando na constituição da identidade, na autoimagem e participação social mobilizadas por motivações socialmente aprendidas pelo *outsider*.

O rótulo de desviante, ou seja, aquele que se desvia das regras sociais, denominado por *outsider*, geralmente é atribuído a uma característica individual que levaria a pessoa a cometer o desvio. Buscam-se explicações na sua personalidade e em situações vividas pelo indivíduo, desconsiderando o processo de julgamento daquilo que se considera desvio (Becker, 2019). Uma vez que, a sociedade é composta por diferentes grupos, cada qual terá suas próprias regras. Assim, “*grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders*” (Becker, 2019, p. 23-24, grifo do autor).

O desvio não está pautado em razões sociais que o produzem, tampouco é qualidade do ato em si, mas sim a consequência da aplicação de regras estabelecidas por um grupo a uma pessoa que as infringe. Ela é rotulada como “*outsider*” em razão do julgamento do grupo que credita seu comportamento como desviante. E se este comportamento rotulado desviante for uma consequência do julgamento de outras pessoas, suas implicações poderão resultar em equívocos. Há que se considerar que as pessoas rotuladas como *outsiders* não são um grupo homogêneo, nem todas as pessoas neste grupo, de fato, infringiram alguma regra. Ademais, aqueles que realmente infringiram podem ter escapado ao processo de julgamento e atribuição do rótulo. Sendo assim, não há possibilidade de definir fatores em comum na personalidade ou situação vivida que expliquem o desvio. O que os *outsiders* possuem em comum são o próprio rótulo e a experiência de serem rotuladas como tal (Becker, 2019).

Neste caso, a população em situação de rua possui em comum a própria experiência de ser rotulada como desviante por estar “em situação de rua”, ou seja, por um processo de julgamento iniciado ao infringirem “regras” quando utilizam o território da rua para a sua sobrevivência e sustento de forma divergente daquilo que se entende como norma social. Aqui, não pretendemos defender que esta condição de inclusão perversa destes grupos não deva ser combatida. O que propormos é uma reflexão sobre quais são os efeitos que este rótulo de desvio constitui nestas trajetórias identitárias, podendo inclusive contribuir para uma deterioração destas identidades já estigmatizadas.

Ainda, destaca-se que a atribuição de um comportamento como desviante irá depender da reação dos outros a este, pois se uma pessoa comete um desvio, mas não há reação dos outros, o processo de julgamento e rotulação não se efetiva. Do mesmo modo, uma pessoa pode ser rotulada como *outsider* sem ter tido nenhum comportamento desviante. A reação das pessoas ao desvio possui variações a depender do tempo/contexto, de quem comete o desvio e quem se sente prejudicado por ele. Assim, o desvio resulta tanto do ato em si como da reação que as pessoas têm a ele, não sendo uma categoria do próprio comportamento desviante, mas da interação entre a pessoa que comete o ato de desvio e as pessoas que reagem a ele (Becker, 2019).

As reações diante da presença de pessoas em situação de rua podem diferir a depender do contexto, do mesmo modo que em diferentes períodos históricos foram objeto de caridade, como também de disciplinamento e correção. Na atualidade, o contexto neoliberal exerce influência no processo de julgamento daquilo que se considera um comportamento desviante.

Deve-se ponderar também que a pessoa rotulada como desviante pode considerar que aquelas pessoas que a rotulam é que são *outsiders*, pois, como são grupos que criam regras, pode haver divergências naquilo que se considera um comportamento desviante. Outro fator fundamental na aplicação de regras consiste no entendimento de quais regras se sobrepõem quando há diferentes grupos estabelecendo suas regras e sanções: a imposição será estabelecida pelo poder político e econômico de um grupo em detrimento de outros, de tal modo que sempre haverá divergências e conflito (Becker, 2019).

O conceito de carreira desviante explica como o desvio se desenvolve em um modelo sequencial, e não simultaneamente, no qual cada passo na “carreira” compõe uma parcela do comportamento resultante. O primeiro passo na carreira desviante pode ser intencional ou não. A ausência de uma reputação a zelar ou um emprego a manter pode corroborar a decisão intencional de infringir regras. Em outras circunstâncias, o ato desviante pode parecer necessário ou conveniente para se alcançar seus interesses. O que mantém o padrão de desvio

ao longo do tempo, influenciando na constituição das identidades, decorre de motivações socialmente aprendidas. A identidade pública de uma pessoa rotulada como desviante resulta em consequências consideráveis na sua participação social e autoimagem (Becker, 2019).

O rótulo de desviante contém um “valor simbólico generalizado”, ou seja, um traço desviante é associado a outros traços indesejáveis, mesmo que a pessoa não os possua. Ocorre a generalização e, assim, adquire-se um novo status de identidade desviante: “ela será identificada primeiro como desviante, antes que outras identificações sejam feitas [...] A identificação desviante torna-se dominante” (Becker, 2019, p. 45-46). Neste sentido, uma sucessão de reações das outras pessoas frente à pessoa rotulada como desviante contribui para reforçar o seu comportamento de desvio e atua como a profecia autorrealizadora, conforme aponta Becker (2019, p. 46, grifos nossos):

Em primeiro lugar, *após ser identificada como desviante, ela tende a ser impedida de participar de grupos mais convencionais, num isolamento que talvez as consequências específicas da atividade desviante nunca pudessem causar a si mesmas caso não houvesse o conhecimento público e a reação a ele.*

[...]

O comportamento é uma consequência da reação pública ao desvio, não um efeito das qualidades inerentes ao ato desviante. Expressa de maneira mais geral, a questão é que *o tratamento dos desviantes lhes nega os meios comuns de levar adiante as rotinas da vida cotidiana acessíveis à maioria das pessoas.* Em razão dessa negação, o desviante deve necessariamente desenvolver rotinas ilegítimas.

[...]

Um passo final na carreira de um desviante é *o ingresso num grupo desviante organizado.* Quando uma pessoa faz um movimento definido para entrar num grupo organizado — ou quando percebe e aceita o fato de que já o fez —, isso tem forte impacto sobre sua concepção de si mesma. [...] Ele *lhes dá um sentimento de destino comum, de estar no mesmo barco.* A partir desse sentimento de destino comum, da necessidade de enfrentar os mesmos problemas, *desenvolve-se uma cultura desviante:* um conjunto de perspectivas e entendimentos sobre como é o mundo e como se deve lidar com ele — e um conjunto de atividades rotineiras baseadas nessas perspectivas. O pertencimento a um grupo desse tipo solidifica a identidade desviante.

Por isso, grupos desviantes tendem a justificar seu modo de vida, formulam uma ideologia que explique como iniciaram a atividade desviante e por que permanecem exercendo-as, com argumentos que lhe são coerentes para seguir com o comportamento desviante. Além disso, a participação em um grupo desviante possibilita o acesso a um repertório de conhecimento de membros do grupo mais experientes para lidar com as atividades desviantes e encontrar soluções para possíveis sanções (Becker, 2019).

Isso posto, na sequência será abordado um breve percurso histórico dos diferentes rótulos e experiências compartilhadas por grupos marginalizados que se compreende compor o conjunto de significações que constituem as representações sobre a população em situação de rua.

Inicialmente, cabe retomar a obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* de Engels, publicada em 1845. Apesar de não tratar da situação brasileira, traz importante correlação com a condição da classe operária no contexto da industrialização capitalista e os processos de urbanização e pauperismo, descrita detalhadamente. Ademais, dimensiona a precariedade no modo de vida desta população, sinaliza como eram tratados no século XIX na Inglaterra e evidencia que estas condições terão correspondência com a formação das cidades no Brasil.

A classe operária que se constituiu com a Revolução Industrial, formada por antigos trabalhadores manuais que migraram das regiões agrícolas para as cidades. Foram, conforme aponta Engels (2010, p. 41), “a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social”. Assim, sua pesquisa buscou descrever a questão social que surgia.

Os despossuídos são aqueles “que consomem hoje o que ganharam ontem” (Engels, 2010, p. 60). Em sua época, o número de pessoas nesta condição aumentava conforme a demanda industrial requeria trabalhadores. Todavia, Engels (2010, p. 61) aponta que a classe industrial que “se enriquece diretamente com a miséria dos operários” expressa indiferença e não se responsabilizava pela questão social gerada pelo próprio desenvolvimento das indústrias (Engels, 2010).

Ao abordar o crescimento da cidade de Londres, que havia se tornado a capital comercial do mundo, Engels (2010, p. 68) expressa seu espanto com os custos que a civilização causou ao homem: “essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno de seu interesse pessoal [...] princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão impudente e claro como na confusão da grande cidade”.

As condições da classe dos despossuídos eram precárias em todos os aspectos: alimentação, saúde, vestuário, habitação, salário. Viviam em “bairros de má fama”, que eram consideradas as áreas mais feias da cidade, com casas e ruas dispostas de forma irregular que não favoreciam a ventilação, e as vias públicas eram sujas, sem esgoto ou escoamento, formavam charcos fétidos. Nestes locais viviam aglomerações de operários (Engels, 2010, grifo nosso).

As descrições sobre as condições de vida da classe operária eram associadas à “degradação” da população, uma espécie de moral explicitada pelos noticiários da época, que

relacionava a situação que vivia o proletariado com um desvio de comportamento que geraria consequências de vício, doenças e imoralidade. São diversas as referências, dentre elas o jornal *The Artizan* (1843) (Engels, 2010, p. 80, grifos nossos):

Os albergues para operários são mais numerosos (mais de quatrocentos), situados principalmente nos pátios do centro da cidade; quase todos muito sujos e mal-cheirosos, refúgios de mendigos, vagabundos [*trampers* – mais adiante, voltaremos ao significado preciso dessa palavra²⁰], ladrões e prostitutas que, sem se preocuparem minimamente com conforto e decência, aí comem, bebem, fumam e dormem numa atmosfera que só é suportável por esses *seres degradados*.

Em outro trecho, pode-se conferir o relatório do inspetor de governo Symons (1839), citado por Engels (2010, p. 82, grifos nossos):

Os wynds de glasgow abrigam uma *população flutuante de 15 a 30 mil pessoas, essa área se compõe unicamente de ruelas e pátios retangulares, no centro dos quais se ergue sempre um monte de imundícies [...] em alguns desses dormitórios que nós [o superintendente policial, capitão Miller, e o próprio Symons] visitamos à noite, encontramos literalmente uma camada de seres humanos estendida no chão, por vezes quinze a vinte, uns vestidos, outros nus, homens e mulheres misturados [...] o furto e a prostituição constituem os principais recursos dessa população. Parece que ninguém se dava ao trabalho de limpar esses estábulos de Áugias, esse pandemônio, essa concentração de crimes, sujeira e pestilência cravada no centro da segunda cidade do império.*

Após detalhada descrição da situação de diversas cidades da Inglaterra, Engels (2010, p. 105, grifos nossos) resume o que observou:

Em síntese, nas moradias operárias de Manchester não há limpeza nem conforto e, portanto, não há vida familiar possível; só podem sentir-se à vontade nessas habitações *indivíduos desumanizados, degradados, fisicamente doentios e intelectual e moralmente reduzidos à bestialidade.*

²⁰ O termo *trumper* advém da palavra *tramp*, que significa o movimento migratório do operário desempregado à procura de trabalho (Engels, 2010, p. 250).

E ainda sobre as condições dos albergues, afirma (Engels, 2010, p. 107, grifos nossos):

Cada um abriga de vinte a trinta hóspedes, num total geral aproximado de 5 a 6 mil pessoas por noite. A natureza desses albergues e de sua clientela é a mesma que verificamos em outras cidades; em cada quarto, cinco a sete colchões diretamente sobre o piso e sobre eles instalam-se, todas misturadas, o maior número possível de pessoas; é desnecessário descrever a atmosfera física e moral que reina nesses *antros de vício*. Cada um desses albergues é um *centro de crimes* e cenário de atos que *repugnam à consciência humana* e que nunca se perpetrariam não fora essa concentração forçada de imoralidade.

O teórico Engels (2010, p. 115) conclui suas observações sobre as condições da classe operária afirmando que “nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana” e que a sociedade compreenderia esta condição de forma individualizada: “não se preocupa com eles, atribuindo-lhes o encargo de prover suas necessidades e as de suas famílias, mas não lhes oferece os meios para que o façam de modo eficaz e permanente”. Assim, informa que diante deste cenário o operariado “está constantemente exposto ao perigo do desemprego, que equivale a morrer de fome e são muitos os que sucumbem”.

No território brasileiro, a situação de miserabilidade de uma população que será incluída de forma marginal no mercado de trabalho está indissociada da condição do ex-escravo, como aponta (Moura, 2021, p. 31): “sem uma política de absorção do ex-escravo na nova economia, a Abolição se transformaria em uma ‘ironia atroz’”. A visão ideológica das classes dominantes sobre o ex-escravo ser “incapaz para o trabalho qualificado no mercado livre” foi determinante para a sua marginalização (Moura, 2021, p. 40).

O processo de marginalização do negro deu-se após a abolição da escravidão, quando ele não foi incorporado ao sistema de trabalho. Isto ocorreu pelo fato de o sistema escravocrata tratar o negro como mercadoria, alienando-o da possibilidade de criar condições de romper com a estrutura ideológica em que estava inserido. Além disso, o trabalho que executava não era motivo de aperfeiçoamento pelos senhores, que tinham maior vantagem em comprar outro escravo ao invés de investir no seu trabalho. Isso resultou na situação dos ex-escravos repelidos enquanto cidadãos que não estavam aptos como trabalhadores livres, não havendo para este excedente de trabalhadores nenhuma política que os integrasse ao novo mercado de trabalho que se formava (Moura, 2021).

Houve um grande fluxo migratório que deslocou o ex-escravo para a periferia. O imigrante ocupou-se do trabalho assalariado, de acordo com Moura (2021, p. 46, grifo do autor): “[...] tudo aquilo que era *novo* na sociedade *nova* que se criava com o trabalho assalariado, foi

suprido quase que exclusivamente pelo imigrante que chegava, como *excedente populacional* da Europa, aliviando tensões sociais no Velho Continente e vendendo no Brasil, a sua mão-de-obra, como trabalhador livre”. Conforme vimos em Engels, as condições da classe operária eram miseráveis, e este problema também esteve presente no território brasileiro. Contudo, a população marginalizada passou a ser de ex-escravos. Para Moura (2021, p. 47), isto gerou “[...] uma grande massa marginalizada que, ao sair das senzalas, não tinha condições para ingressar no processo de produção, em pé de igualdade com o novo concorrente que chegava”. Esta grande massa ficaria situada no mercado na “faixa do subemprego”, pois “[...] à medida que o negro deixava de ser escravo, deixava, também, na sua esmagadora maioria, de ter ocupação regular”.

Assim, o estereótipo de mau cidadão negro seria daqueles que viviam em cortiços e favelas, classificados como operário não qualificado, como trabalhadoras domésticas, mendigos, biscateiros, criminosos ou alcoólatras, que não foram incorporados formalmente à sociedade como cidadãos e, ainda hoje, estão marginalizados (Moura, 2021).

Moura (1997, p. 53) ressalta a posição do negro na sociedade como herança da escravidão: “[...] esses mecanismos de peneiramento e compressão determinaram o posicionamento do negro até hoje nas últimas escalas do sistema de estratificação social”. Esse processo de estratificação, conforme aponta o autor, fica evidente no fenômeno da população de rua, inclusive ao se analisarem o recorte de gênero e a correlação entre raça, violência de gênero, prostituição, migração e desemprego nas narrativas apresentadas.

A racionalização sobre o negro estaria vinculada a uma concepção de “inferioridade congênita”, ligada à sua própria incapacidade, desconsiderando “às barragens de peneiramento que lhe foram impostas” (Moura, 2021, p. 30). Assim, a etnia negra estaria associada à situação de pobreza, exploração e delinquência e este preconceito naturalizado como representativo da realidade social, e não como uma expressão da racionalidade dominante (Moura, 2021).

Em concordância, Oliveira (2021) pontua que o racismo estrutural se alicerça na base material da sociedade, nas estruturas sócio-históricas de produção e reprodução de riquezas. De fato, o racismo não nasce com o capitalismo, mas acompanha o contexto das estruturas sociais em dado tempo histórico. Neste caso, o sistema capitalista se organiza em hierarquizações a partir da raça que sustentam a exploração-dominação.

Dessa forma, o conceito de cidadão é muito relativo, “de cidadãos eles não têm quase nada”, pois faltam segurança de estabilidade de empregos, e a violência cotidianamente é infligida contra esta população. Para o autor: “há um ponto-limite a partir do qual aqueles

direitos que caracterizam o cidadão deixam de existir para eles que, por seu turno, criam seus mecanismos de defesa específicos [...]” (Moura, 2021, p. 32).

Logo, o marginal se mostra como um modelo de mau cidadão, em contraponto ao bom escravo do passado, e este “ideal” representa a ideologia das classes sociais dominantes e culmina em “medidas práticas de controle social e atos repressivos” que buscam manter “os padrões e valores tradicionais” (Moura, 2021).

Conforme aponta Chalhoub (2017), o conceito de classes perigosas surgiu no Brasil em 1888 a partir do debate na Câmara dos Deputados do Império nos meses seguintes à abolição da escravidão. Em decorrência da preocupação com a organização do trabalho, debatia-se um projeto de lei de repressão à ociosidade, dado que havia a preocupação de que os libertos permanecessem assujeitados aos senhores para a acumulação de riquezas.

Deste debate, os deputados concluíram que as “classes pobres e viciosas” seriam potencialmente “classes perigosas”, uma vez que o “bom cidadão” teria a virtude do gosto pelo trabalho e, por consequência, o hábito da poupança para adquirir conforto para si. Aquele que não conseguisse acumular e vivesse na pobreza seria considerado suspeito de não ser um bom trabalhador, corroborando, assim, o maior vício da ociosidade (Chalhoub, 2017).

Desse modo, adotou-se uma estratégia de repressão com base na teoria da suspeição generalizada, tendo em sua essência as classes perigosas. Os negros eram os suspeitos preferenciais, pois a opinião dominante dos parlamentares se pautava nas qualidades “naturais” que julgavam ter os libertos baseados em teorias racistas. Portanto, estes seriam permanentemente potenciais classes perigosas. A manutenção da ordem pela esfera pública passou a ser adotada a partir deste momento, e pode ser vista na atualidade por meio de mecanismos de controle como “pedir a carteira de trabalho” (Chalhoub, 2017).

Outra dimensão mencionada por Chalhoub (2017) em relação às classes perigosas era que os pobres representavam o perigo de contágio de epidemias²¹ devido a sua condição de habitação coletiva: os cortiços. Inicialmente, havia o entendimento de que estas habitações coletivas deveriam ser regulamentadas e prover condições higiênicas para impedir que se tornassem “focos de vícios”, “focos de enfermidades” e transgredissem a “moralidade dos costumes”. Contudo, esta percepção se modificou para a expulsão das “classes pobres/classes perigosas” das áreas centrais da cidade.

A higiene pública assumiu a representação de civilização e prosperidade para o país em contraposição ao período colonial de desordem e imundície, tornando-se uma ideologia da

²¹ Na época, houve elevadas taxas de mortalidade em decorrência das epidemias de febre amarela (1850), cólera (1855) e tuberculose (1860). Sobre o assunto, ver Chalhoub (2017).

higiene para gerir os problemas da cidade. Isso culminaria, posteriormente, na ação saneadora de engenheiros e médicos e na demolição do famoso cortiço Cabeça de Porco em 1893. Junto às práticas higienistas contra as habitações coletivas, houve grande interesse de empresários no investimento de construção de moradias e infraestrutura da cidade (Chalhoub, 2017).

Disso resultaram a ampliação da malha urbana, a especulação na construção de habitações, o monopólio de empresários na exploração de serviços públicos (concessão de linhas de bonde) e a aquisição de terras pouco valorizadas que, após a conclusão das linhas de transporte e do loteamento das terras, retornavam em avultosas remunerações para estes empresários. Ou seja, a ideologia da higiene justificava os investimentos e não havia preocupação em melhorar as condições de vida das classes populares, mas sim torná-las menos perigosas para a classe dominante (Chalhoub, 2017)

Em vista dos estigmas de despossuídos, “mau cidadão” e “classes perigosas” eram denominações utilizadas para uma classe que estava marginalizada, sobrevivendo de forma precária no período histórico do qual fazia parte. Estes estigmas emergiram das representações ao se tratar da população em situação de rua em razão da sua condição permanecer na marginalidade. São considerados *outsiders* do nosso tempo pelo fato de que aqueles que fazem as regras os consideram desviantes, os culpabilizam pela sua própria condição, como uma falha individual.

No entanto, ao olharmos a construção destes estigmas pelo contexto histórico, é possível visualizar que viver na condição de marginalidade nas cidades acompanha o desenvolvimento do capitalismo e as desigualdades que este modo de produção tem gerado. Contudo, também ilumina a percepção que o outro possui sobre quem está na condição marginal, que pode diferir a depender das representações que dada cultura e seu contexto histórico constrói sobre essa problemática.

No contexto atual de globalização neoliberal, Haesbaert (2014, p. 183) aponta para uma massa de expropriados que passa a ser vista como perigo ou risco pela “mera ocupação de espaços”, incidindo sobre esta massa de expropriados os processos de desterritorialização decorrentes das relações do capital de produção, consumo e especulação. A desterritorialização consiste na “exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto ‘recurso’ ou ‘apropriação’ (material e simbólica)” (Haesbaert, 2004, p. 315, grifo do autor). Porém, esse movimento de desterritorialização levou à reterritorialização, à construção de outro território, pois nenhuma pessoa “vive sem algum tipo de controle do espaço, por mais instável e precário que pareça. Mesmo um morador em situação de rua, ao defender a marquise de um prédio para dormir durante a noite [...]” (Haesbaert, 2014, p. 184).

A precarização territorial possui diferentes dimensões, tanto as condições materiais e econômicas, tais como a organização e participação política, quanto nas práticas cotidianas e na dimensão simbólica — um território pode carregar estigmas da sua precarização. Essas dimensões trazem múltiplas configurações espaciais e complexas dinâmicas de desterritorialização, as quais o autor denomina de “aglomerados humanos de exclusão” (Haesbaert, 2004, p. 189).

Estes aglomerados podem ser considerados processos temporários, dinâmicos, desordenados e instáveis em que os “excluídos” buscam se territorializar. Não sendo possível delimitar de forma clara zonas de controle territorial e nem fluxos definidos pelos usuários destes territórios, são marcados pela profunda insegurança e disputa acirrada pelo espaço. Estes processos resultam do mundo contemporâneo que tem aprofundado a exclusão econômica, política e cultural (Haesbaert, 2004).

Neste sentido, o termo exclusão adotado assume a perspectiva de processos sociais, políticos e econômicos excludentes, de forma a não desconsiderar que a pessoa que sofre o processo de exclusão reage e participa deste processo, mesmo que o processo a negue. Esta é incluída precariamente e convenientemente à reprodução do capital, portanto, o termo em si “exclusão” pode não considerar os processos de inclusão precária indissociável da lógica capitalista (Martins, 1997).

A massa marginal se encontra em “condições de pobreza ou miséria absoluta, não logram chance alguma de (re)inserção no mercado de trabalho”, sem perspectiva de inclusão no mercado. Estão em uma condição de vida precária associada ao assistencialismo e em ocupações de trabalhos temporários e instáveis. Estão inseridos na informalidade (Haesbaert, 2004).

3.5 Outsiders nas cidades: representações sobre a população em situação de rua

Neste subtítulo, analisaram-se as representações sobre a população em situação de rua por meio dos comentários coletados na plataforma *YouTube* em notícias veiculadas sobre este segmento nos canais *@Jovempannews* e *@SBT News*. Para isto, adotaram-se as palavras-chave considerando o radical da palavra e suas variações, resultando em: *decidiu; escolhem, escolha; gosta, gostam; liberdade; opção; preferem, prefere, preferir, preferiu; preguiça; querem, quer; regras; responsabilidade, responsabilizar; trabalhar, trabalho, trabalha, trabalhei, trabalham, trabalharam, trabalharem, trabalhando; e vagabundo, vagabundagem.*

Dessa forma, as palavras-chave escolhidas têm correlação com os referenciais teóricos discutidos até o momento. Isso responde ao intento de estudar como as representações sobre a população em situação de rua, situadas em um recorte atual de 2019 a 2023, possuem relação com as representações que se constituíram no percurso material, histórico e social das populações incluídas precariamente na formação das cidades e, por consequência, no julgamento e produção de estigmas desses grupos marginalizados.

Assim, os dados coletados resultaram em 122 comentários que podem ser lidos na íntegra, no apêndice C, no quadro elaborado com a sistematização das notícias por: número; código; canal; temática; título da notícia; data; descrição; número de comentários total; comentários selecionados por palavras-chave e número; link da notícia. A leitura também pode ser feita nos “comentários selecionados por palavras-chave”, que foram transcritos integralmente para o quadro. Para tanto, utilizou-se do destaque em negrito para os trechos que foram codificados na análise e posterior categorização dos dados.

A figura 11 demonstra um exemplo da captura de tela dos comentários selecionados:

Figura 11 - Captura de tela de comentários código J2

PANFLIX ONDA DE FRIO EM SP
JR PREFEITURA AMPLIA AÇÕES COM MORADORES DE RUA
 ATUALMENTE, MAIS DE 24 ML PESSOAS NÃO TÊM CASA NA CAPITAL PAULISTA
 SP 8 ° ? ignora versão europeia e segue modelo russo • Karina Bacchi questiona se recebeu v JOVEMPANNEWS

Abrigos e solidariedade salvam quem vive nas ruas de São Paulo em dias frios

Jovem Pan News 7,57 mi de inscritos [Inscrever-se](#) 41 [Compartilhar](#) [Download](#)

1,7 mil visualizações há 2 anos #JovemPan #JornalDaManhã Prefeitura de São Paulo amplia ações de atendimento e acolhimento para moradores de rua da capital paulista durante o inverno. Atualmente, mais de 24 mil pessoas não têm casa na capital. ...mais

6 comentários Ordenar por

@ [nome] há 2 anos
 Eles querem comida...cama...cobertor e liberdade para viajar dentro do albergue...
 1 [Responder](#)

@ [nome] há 2 anos (editado)
 todo ano essa epoca chega , todos sabem que vai ter frio e ficam falando mesmas coisas de sempre , pq nao se organizam antes da temporada de frios ja pensando nos desabrigados? eles propios nao querem ser acolhidos , preferem viver na ruas pq nao tem regras etc , quem nao respeita regras , só existe um unico local , as ruas ;
[Responder](#)

@ [nome] há 2 anos
 Eu ja dormir nesse albergue oumelhor, também dormi no albergue do outro lado também éramos oubrigados a entrar 20 horas éramos oubrigados a levantar 3 da madrugada, tinha um baixinho que pegava uma barra de ferro e batia nas grades de ferro e gritava levanta cambada de vagabudos! Essa e o motivo de muitos não quere ir para la graças a Deus dei a volta por cima e hoje tenho minhas casas que conquistei com muito sofrimento não acredite nessas propaganda de prefeitura eles mentem para elas moradores de rua são apenas vermes que não serve para nada?
 Mostrar menos
[Responder](#)

Fonte: elaboração própria a partir da coleta de dados (Jovem Pan News, 2023).

A captura da tela dos comentários selecionados possibilitou a sistematização dos dados em um quadro (Apêndice C), a codificação dos comentários pelo registro de unidade *palavra* e a regra de enumeração de *presença e frequência* das palavras-chave selecionadas, conforme a figura 12, seguida da análise qualitativa destes comentários e a sua categorização.

malandros/vagabundos; querem ser sustentados pelo Estado; coisa de esquerda/do Lula; serem tratados como coitados/vítimas; o governo dá ousadia, dá alimentos, auxílios, bolsa família, assistente social; o auxílio Brasil torna a pessoa dependente; ganham mais dinheiro pedindo; pedir é mais fácil; na rua são livres; drogas e álcool; brasileiro gosta de ficar à toa; o vício do trabalho estar acabando. A palavra *trabalho* foi relacionada a meios de lidar com a situação de rua: recuperar e colocar no mercado de trabalho; dar trabalho para comprarem suas casas; dar trabalho e moradia; dar um trabalho para ocuparem a mente.

A palavra *trabalho* foi associada à procura de trabalho por pessoas advindas de outros estados: “foram p SP atrás de trabalho, sem qualificação nenhuma e sem dinheiro p voltarem às suas cidades de origem foram ficando p aí”. Também foi associada ao sentimento de injustiça relativo ao fato de a população em situação de rua ser tratada como “coitados”, enquanto uma “cidadã que paga impostos e muitos [...] trabalho fim de semana, sabe quando tenho férias? Nunca”. Julga-se que essa situação é atribuída a si a “culpa e responsabilidade” pela condição desta população.

Ainda sobre o sentimento de injustiça, outro comentário revela a indignação de noticiar sobre a população em situação de rua: “morador de rua não trabalha e desocupado tem que preocupar com trabalhador sendo morto por ladrão todo dia”. Esta notícia tratava da investigação da morte de duas pessoas em situação de rua, e o sentimento de injustiça se expressa em outros dois comentários: “adote um noia vagabundos quem trabalha tá fudido” (neste caso a notícia abordava o projeto Auxílio Reencontro) e “eu trabalhei a vida TD não tenho casa e um bando de noias, vagabundos e bandidos vão ter????” (noticiava o projeto Vila Reencontro, ambos os programas fazem parte do Programa Reencontro²²). Em outra notícia sobre a manifestação de pessoas em situação de rua a respeito das vagas para acolhimento e da condição de higiene de abrigos, na época das medidas de restrição da pandemia de Covid-19, um comentário expressa indignação: “[...] eu trabalhando desde a adolescência e hoje me preocupo em pagar minhas contas que fiz para crescimento e os vagabundos querendo alojamentos kkk”.

²² Instituído pelo Decreto nº 62.149, de 24 de janeiro de 2023, constitui-se dentro da Política Municipal para a População em Situação de Rua da cidade de São Paulo. No artigo 44, lê-se: “o Serviço de Moradia Primeiro está estruturado nas seguintes modalidades: I - Vila Reencontro; II - Auxílio Reencontro”. A Vila Reencontro “é um conjunto de moradias sociais” e o Auxílio Reencontro “consiste no auxílio financeiro pago a quem se dispuser e demonstrar condições de acolher a pessoa em situação de rua”. Ambos devem ofertar o acompanhamento social com a avaliação do grau de autonomia do indivíduo e promover ações intersetoriais (São Paulo, 2023a).

Destacam-se dois comentários de pessoas que afirmam já terem trabalhado com o atendimento à população em situação de rua e que consideram que este segmento não deseja “mudar”:

Já trabalhei com projetos de ajuda às pessoas em situação de rua, e 80% delas *não manifestam interesse real em mudar* sua realidade.

Não precisa passar a mão na cabeça deles, já trabalhei na rua por oito anos. Já conviver com vários deles e hoje dou comida para todos os que me pede. E *eles não querem mudar [...] Infelizmente é um caso perdido.*

A palavra *vagabundo/vagabundagem* aparece vinte vezes e se apresenta em comentários associados às notícias que veicularam sobre a política de assistência social de moradia (Vila Reencontro), Pesquisa Cidades Sustentáveis: Desigualdades²³, a Lei Padre Júlio Lancellotti²⁴ contra a arquitetura hostil, a abertura da estação de metrô para acolhimento com a chegada do inverno e a doação de comida. Evidencia-se nos comentários a revolta que as ações em favor da população em situação de rua produzem:

- Vila Reencontro:

“Eu trabalhei a vida TD não tenho casa e um *bando de noias, vagabundos e bandidos* vão ter???”

“Tem que dar casa para trabalhadores não pra *cracudos VAGABUNDOS.*”

“Tudo isso pra dar mais *moleza pra vagabundos!*”

- Pesquisa Cidades Sustentáveis: Desigualdades:

“Pode ter certeza que não estão na rua por ser pobre. Boa parte são aventureiros ou aqueles seres que não querem nada com nada [...] Enfim estamos com *muitos vagabundos nas ruas, pobres posso apostar que não.*”

²³ Pesquisa publicada pelo Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC) em 2022. Disponível em: <https://icidessustentaveis.org.br/wp-content/uploads/2022/07/EMBARGO-Pesquisa-Cids-Sustent%C3%A1veis-Desigualdades-2022.pdf>. Acesso em: 07 out. 2023.

²⁴ Promulgada pela Lei nº 14.489, de 21 de dezembro de 2022. A lei contra arquitetura hostil diz “vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14489.htm. Acesso em: 07 out. 2023.

- Lei Padre Julio Lancellotti:
 “Isso coloca esses marginais embaixo do viaduto e esse padre junto. *Cambada de vagabundo.*”
 “Tudo que der para atrapalhar, tudo, estes *vagabundos* vão fazer. *Bando de parasitas.*”
 “Tudo *vagabundos usuários de drogas.* e só os esquerdistas leva esses moradores de ruas para suas casas!”
- Doação de comida:
 “E AINDA TEM UNS CABRA QUE QUEREM POSAR DE BONS SAMARITANOS E VEM DE OUTROS BAIROS PARA O CENTRO *DAR COMIDA E MARMITA CARA PARA ESSES VAGABUNDOS E LADROES* QUE FICAM NA PORTA DO PRÉDIOS ROUBANDO.”

Em uma outra notícia sobre uma agressão cometida contra uma pessoa em situação de rua, denotam-se comentários que se solidarizam com os agressores que são empresários, frente ao julgamento em relação à pessoa em situação de rua considerada “vagabundo”:

Vagabundo é foda, mais o que você fez, foi covardia é triste.

O empresário se excedeu, porém tem muito vagabundo que tem muita saúde para trabalhar mas prefere esmolar...

QUEM TAMBÉM TEM RAIVA DESTES NÓIAS VAGABUNDOS QUE NÃO QUEREM TRABALHAR E FICAM ENCHENDO O SACO DO POVO DE BEM EM SEMÁFOROS E NAS RUAS...

Não se deve dar nada à vagabundos pedintes, pois você incentiva ele a não trabalhar!

A notícia veiculada sobre a morte de duas pessoas por envenenamento de marmitas também evidenciou o julgamento sobre a população em situação de rua nos comentários:

Dependem do amor ou vagabundos que não tem coragem de trabalhar e como a custa dos outros!

E so não comer mais kkkkk... bando de vagabundos ainda ganham comida.. trabalhar que e bom nada.

E poriso que cada dia que passa tem mais e mais moradores de rua, pq existe gente pra financiar a vida de vagabundagem deles

Neste mesmo sentido, a palavra *preguiça* aparece duas vezes nos comentários e está associada à concepção de ociosidade da população em situação de rua: “infelizmente o que leva esse povo pra rua é preguiça e vícios principalmente [...]” e “esse povo precisa perde preguiça e trabalha pega no pesado [...]”.

A generalização por meio de rótulos que estigmatizam, como *vagabundo*, *parasitas*, *alcóolatrás*, *dependentes de drogas*, *usuários de crack*, *usuários de drogas*, *noia*, *ladrões*, *bandidos*, é empregada à população em situação de rua e, por vezes, mais de um rótulo em um mesmo comentário.

As palavras *preferem*/*prefere*/*preferir*/*preferiu* aparecem dezenove vezes e estão relacionadas a população em situação de rua preferir: viver nas ruas porque não tem regras; ficar nas ruas por ser uma opção mais fácil; viver nas ruas ao invés de abrigos ou em casas; fica na rua; ficar pedindo; viver assim; morar na rua do que trabalhar/cuidar de uma família; estar na rua como mendigos; esmolar; viver pedindo; e ficar na rua bebendo/dependência de drogas.

A palavra *regras* aparece nos comentários oito vezes e está associada às pessoas em situação de rua: não respeita regras; não querem regras; teriam que seguir regras e abrir mão da “liberdade”; não gostam de seguir regras; disponibilizam albergues pra essas pessoas. Só que tem regras; Abrigo disponível tem [...] não querem pois tem que seguir regras; só seguir as regras dos albergues? São pessoas que não aceitam regras.

A palavra *responsabilidade/responsabilizar* está presente sete vezes nos comentários. Em um deles, ambas as palavras aparecem juntas, enquanto a palavra *responsabilidade* se direciona à ideia de que a pessoa que comenta se sente responsabilizada por essa questão social: “é fácil jogar a culpa e responsabilidade nos outros, enquanto eles são vistos como vítimas da sociedade. Essa sociedade trabalha e muito pra poder comer fora, ter as coisas e etc.”. A palavra *responsabilizar* atribui a condição de estar em situação de rua a irresponsabilidade: “as pessoas fazem filho e não querem mais se responsabilizar pela vida e acontece essas coisas. aí querem jogar a culpa em nós [...]”.

A palavra *responsabilidade* também se relaciona à concepção de que as pessoas em situação de rua, em sua maioria, advêm de outros estados e estes deveriam “tomar responsabilidade por seus cidadãos”. Há também a compreensão de que pessoas em situação de rua não tem ou não querem ter responsabilidade. A palavra *responsabilizar* também se relaciona à compreensão de que as famílias de pessoas em situação de rua deveriam se responsabilizar, e não o estado: “sou contra esse história de q o estado tem q se responsabilizar totalmente pelas pessoas, os responsáveis mesmo deveria ser a família quando existem”.

As palavras *gosta/gostam* aparecem cinco vezes nos comentários e se relacionam à compreensão de que pessoas em situação de rua “gostam de ficar à toa”, como também de que há pessoas que gostam de defender a população em situação de rua: “pra quem gosta de defendê-los teriam que começar tirando-os das ruas, né?”. Esse tipo de comentário está associado a um julgamento e estereótipos: “moradores de rua só enche o saco, emporcalham a cidade e não são úteis em porra nenhuma” e “pais de bosta que gosta de vagabundo”. Há também a percepção a respeito de os abrigos não serem desejados: “não gostam e não vão para abrigo”.

A palavra *liberdade* que está presente cinco vezes nos comentários na concepção de que a rua proporciona liberdade: “ficar na rua é ter mais liberdade”; “‘liberdade’ de fazerem o que querem”. Em oposição a compreensão de que o abrigo seria um espaço de regras:

Lógico: é muito mais fácil, prático e barato liberar as ruas a essas pessoas que providenciar abrigos [...] Apesar de muitos desses indivíduos se recusarem a ficar lá, pois para isso *teriam que seguir regras e abrir mão da "liberdade" que tinha nas ruas.*

Outra concepção relacionada a liberdade está associada ao uso de drogas: “eles querem comida... cama... cobertor e liberdade para viajar dentro do albergue”; “ter escolhido a “liberdade” as drogas e o álcool com certeza é o que mais levam pessoas para as ruas”.

As palavras *escolhem/escolha* (4), *opção* (3) e *decidiu* (1) aparecem nos comentários sete vezes, no total, e estão associadas à ideia de que estar em situação de rua é uma decisão tomada pelas pessoas de forma deliberada, inclusive denota-se a opinião de que estar nesta condição seria “mais fácil” em face de ter que “seguir regras” no abrigo:

O pior é que muitas pessoas preferem ficar nas ruas por ser uma *opção mais fácil* do que ir para abrigos!

Abrigo disponível tem, o problema é que os noias não querem pois *tem que seguir regras.* Estão na rua por opção.

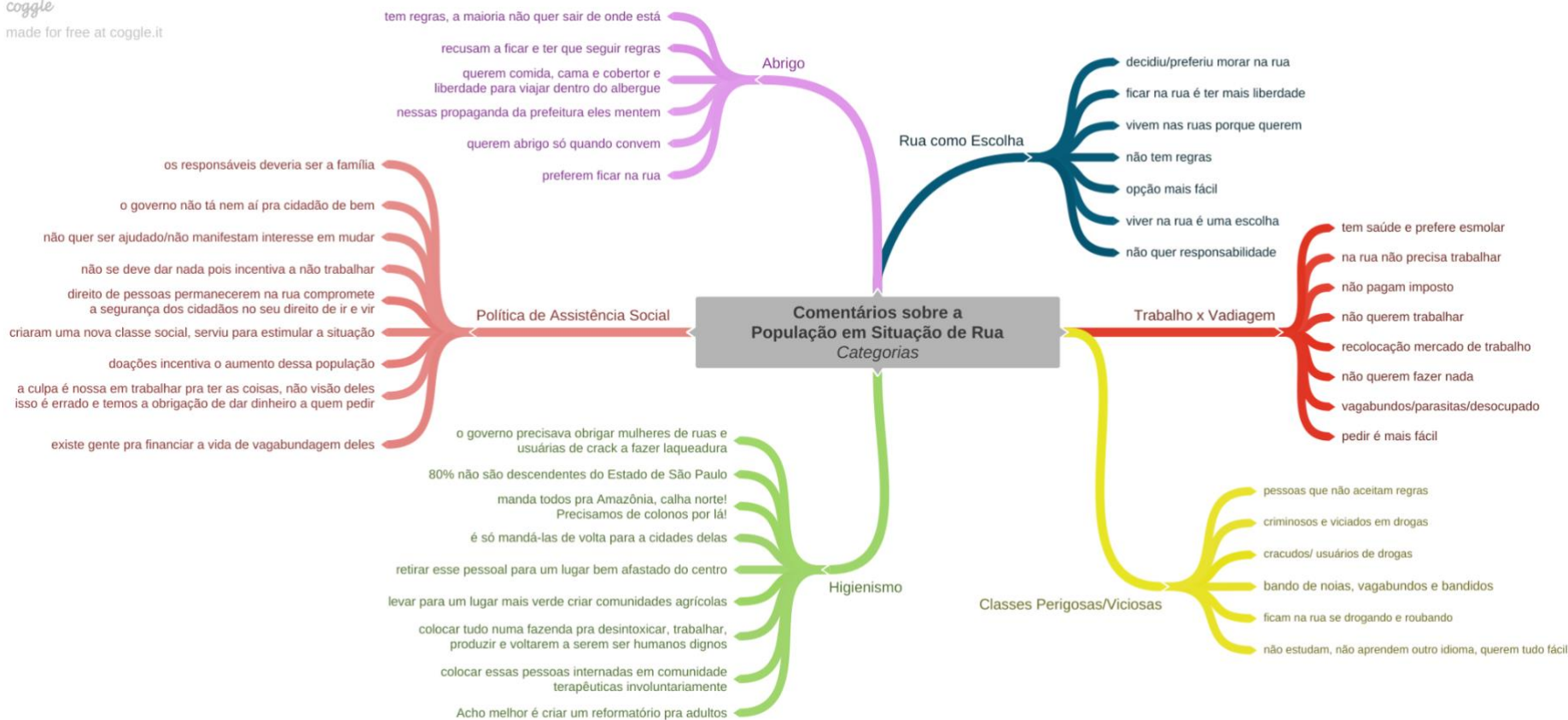
Se não tem abrigos deveria ter, e *se tem abrigos viver na rua é uma escolha.* No caso da escolha deve ser proibido

Os comentários foram categorizados nas temáticas: 1) Abrigo; 2) Política de Assistência Social; 3) Higienismo; 4) Rua como Escolha; 5) Trabalho x Vadiagem; e 6) Classes Perigosas/Viciosas. A figura 13 apresenta um mapa mental para ilustrar uma síntese das representações de cada temática. Buscou-se evidenciar as principais ideias contidas no

comentário, sendo que um mesmo comentário pode conter duas frases cujas mensagens exprimem temáticas diferentes. Assim, elas foram separadas e atribuídas a sua respectiva temática. Ainda, havia comentários que expressavam ideias semelhantes, os quais foram aglutinados a uma única frase.

Figura 13 - Mapa temático dos comentários sobre a PSR

coggle
made for free at coggle.it



Fonte: Autora.

A categoria “abrigo” sintetiza os comentários que expressam uma opinião a respeito do Serviço de Acolhimento Institucional, que, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2014, p. 44, grifos nossos), consiste em um serviço:

DESCRIÇÃO GERAL: Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. *As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.*

Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Existe a compreensão nestes comentários de que o Serviço de Acolhimento é um espaço onde existem regras as quais a população em situação de rua não deseja seguir e, por isso, estas pessoas escolhem ficar na rua para ter liberdade. Como veremos nas próximas categorias, o território da rua representa, nestes comentários, um espaço de ausência de responsabilidades, liberdade, ociosidade e facilidade para viver.

No entanto, as condições reais destes serviços de acolhimento devem ser consideradas no entendimento a respeito da “escolha” de ficar na rua ao invés de ir para os abrigos. Em reportagem realizada em 2016 pelo UOL, foram entrevistadas pessoas em situação de rua sobre os motivos que as levavam a não ir para os abrigos: banheiros e roupas de cama em más condições de higiene; calor excessivo; tratamento desrespeitoso de alguns funcionários; falta de vagas; a distância dos abrigos do centro; insegurança e agressão física (Costa, 2016).

Conforme alguns relatos — como um dos entrevistados afirma “o maior problema nos abrigos é que eles colocam regras e eles mesmo não a respeitam” —, a realidade pode ser outra (Costa, 2016, grifos nossos):

Quando está quente aquele lugar é insuportável. Eu fico sem respirar direito, naquele ar abafado. Então eu só vou quando está muito frio, igual a esta semana (Edinuza Duarte, 52 anos).

Não gosto de dormir com gente estranha ao meu lado, *a gente nunca sabe o que se passa na cabeça, se vão querer fazer alguma coisa.* Como é que vou tomar banho com gente que não conheço perto de mim? (Chris “Priscila”, 42 anos).

Eu até iria, mas *o problema é que não tem vaga.* A gente liga para o pessoal dos abrigos, dizendo onde está, eles respondem dizendo que vão buscar e nunca aparecem [...] Os funcionários gostam de tirar uma de nós, gostam de *tratar como se tudo fosse ladrão, vagabundo.* Eu não sou. (João Vitor Gomes, 19 anos).

Às vezes, *a gente não tem para onde ir porque o albergue fica longe.* Não temos dinheiro para o ônibus. Outra coisa que eu não gosto é que os funcionários nos *tratam como se a gente fosse inferior* (Érica Amorim, 20 anos).

No albergue é meio molhado. *Você tem que se acertar com as panelinhas do pessoal mais antigo,* às vezes eles pedem para levar drogas para dentro. Tem outros que jogam mandinga na gente, ou *gostam de bater* (Gleimárcio Nunes da Silva, 33 anos).

No abrigo você tem jantar: feijão com arroz, e alguma mistura. E café da manhã, pão e café com leite. Às vezes *you bebe o que eles te dão e tem que ir correndo para o banheiro por causa da diarreia.* [...] A maioria dos funcionários trata o pessoal com arrogância, só porque a gente está por baixo. E sempre *tem os valentões entre o pessoal que dorme nos abrigos.* Eu tento ficar na minha (Jeferson José Barbosa, 32 anos).

A pessoa em situação de rua só vai para o albergue quando está frio para evitar morrer congelado. Não porque gosta de ficar em lugares como esse. *Aqui nós somos tratados de maneira muito desumana.* Muitas vezes nós não recebemos a doação de roupas que chegam nos abrigos, a comida nem sempre é de boa qualidade, os banheiros ficam muito sujos. Os lençóis também. E se você reclamar corre o risco de ser expulso pelos seguranças. *A gente sofre muita discriminação* (Roberval Araújo dos Santos, 30 anos).

Segundo o relatório da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania elaborado em 2019, em visita aos centros de acolhida para pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo após diversas denúncias, foram identificados problemas como higiene inadequada, superlotação, calor excessivo e até a presença de percevejos, muquiranas e pombos. Alguns espaços tiveram que ser interditados (São Paulo, 2019).

Em 2020, durante as restrições devido à pandemia de Covid-19, pessoas em situação de rua relataram a dificuldade de conseguir vagas nos abrigos, longa espera para o atendimento, como também a lotação nos centros de acolhimento sem a adoção de medidas de distanciamento necessárias à época (Sena, 2020; Souza, 2020).

As condições precárias dos centros de acolhimento na cidade de São Paulo persistiram na inspeção realizada no ano de 2021 pela Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, apresentando violações dos direitos da população em situação de rua: falta de água constante, rede elétrica e iluminação inadequada, valetas de esgoto abertas, falta de tela de proteção para espaços com crianças, restrição no uso de mamadeiras após as 21 horas para as crianças, presença de pombos nos espaços de alimentação com fezes do animal nos mobiliários, alimentação estragada, infestação de percevejos, presença de mofo, escassez de banheiros e em condições insalubres, mofados, entupidos e sem portas, escassez de itens de higiene básicos (sabonete, toalha, pasta de dente, papel higiênico), truculência dos funcionários, ameaças de desligamento do serviço de acolhimento, rondas abusivas por funcionários nos quartos dos conviventes com o entendimento de que seriam suspeitos de cometer atos ilícitos ou violar regras do equipamento e falta de transporte para tratamento de saúde (São Paulo, 2021).

A categoria “Política de Assistência Social” reuniu os comentários que apontavam a visão a respeito dos programas e projetos ligados à garantia de direitos socioassistenciais. Com ela, percebeu-se uma incompreensão ou desconhecimento do fato de que estes direitos são constitucionais, e não uma benesse do Estado. Nota-se um descontentamento na oferta de programas socioassistenciais em oposição àquele que se julga “cidadão de bem” e sente preterido pelo governo frente às políticas socioassistenciais, e que pode se sentir constrangido: “a culpa é nossa em trabalhar pra ter as coisas [...] temos a obrigação de dar dinheiro a quem pedir”. Também se denota a percepção de que as políticas socioassistenciais podem “financiar a vida de vagabundagem”, “incentivar o aumento dessa população” ou ainda ferir o “direito de ir e vir”, sendo que se acredita que “os responsáveis deveriam ser a família”.

Neste sentido, compreende-se que a desinformação a respeito dos direitos sociais, bem como de as políticas socioassistenciais estarem calcadas na constituição, não sendo partidárias, e sim garantias básicas de todo cidadão, pode influenciar diretamente no julgamento e estereótipos a respeito da população em situação de rua.

A Constituição Federal tem por objetivo fundamental no artigo 3º, inciso III, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Estabelece no seu artigo 6º, que trata sobre os direitos sociais, “a assistência aos desamparados”, sendo que a assistência social deve ser “prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”, segundo o artigo 203 (Brasil, 1988). Conforme pontuado no Caderno Capacita SUAS (Brasil, 2013b, p. 102, grifos nossos):

iii. os direitos socioassistenciais são direitos de natureza social que compreendem benefícios e serviços públicos de assistência social oponíveis contra o Estado [*obrigatório e não benesse*], estabelecidos ou, às vezes, em processo de consolidação [emergentes], sempre derivados da Constituição Federal e da LOAS e concernentes à iniciativas estatais primordialmente, concentradas na proteção social, vigilância social e defesa de direitos dos usuários da assistência social, com *fundamento na dignidade da pessoa*.

A categoria “higienismo” representa os comentários que exprimem uma ideologia da higiene (Chalhoub, 2017), que buscava um ideal de “civilidade” do país por meio de práticas higienistas e sanitaristas. Ao sugerir práticas higienistas de expulsão dos centros para regiões periféricas, pretendia-se “retirar esse pessoal para um lugar bem afastado do centro”, bem como reduzir as questões sociais da população em situação de rua ao modelo médico. Com o início da internação compulsória de forma indiscriminada, buscava-se “colocar essas pessoas internadas em comunidade terapêuticas involuntariamente” e, ainda, propor práticas repressivas e de controle (“acho melhor é criar um reformatório pra adultos”) para uma população considerada como uma classe perigosa.

Por fim, há um higienismo relacionado à xenofobia contra migrantes, pautado em um preconceito sobre a questão social da população em situação de rua, como se esta questão decorresse da migração: “é só mandá-las de volta para a cidade delas”, “80% não são descendentes do Estado de São Paulo”. A pesquisa nacional (SAGI, 2009) apontou que a maioria da população em situação de rua é originária do estado e, destes, 45% do próprio município em que estavam em situação de rua.

A categoria “rua como escolha” traz a dimensão da percepção sobre estar em situação de rua ser uma escolha. Grande parte dos comentários exprime esse entendimento e associa a rua como um território que traz a “liberdade” e “facilidade” e que possibilita não ter “regras” e “responsabilidades”. Desconsideram-se, no entanto, as vivências do território da rua para quem busca seu sustento e sobrevivência cotidiana.

Segundo o manual para cuidado integral da saúde da população em situação de rua elaborado pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2012b), a vida nas ruas pode expor a riscos: violência física e moral; higiene inadequada; alimentação incerta; água de baixa qualidade; privação de sono; privação de afeição e violação de sua dignidade com reações de nojo; desprezo, raiva, indiferença; variações climáticas (frio, calor, chuva); limitação ao acesso em serviços de saúde; risco aumentado para doenças dos pés, infestações, tuberculose; ISTs; álcool e outras drogas.

Para Tiengo (2016), a verbalização da preferência por permanecer em situação de rua seria uma estratégia de sobrevivência para a redução do sofrimento de se estar nesta condição. De acordo com Becker (2019), a identidade desviante, o *outsider*, tende a justificar seu modo de vida a partir de uma sequência de aprendizados frente às experiências de ser rotulado que afetam a sua autoimagem e participação social.

O entendimento da rua como escolha também representa a individualização de uma questão social, atribuindo a “situação de rua” a uma falha individual e descontextualizando as suas diferentes dimensões. O discurso midiático que responsabiliza individualmente as pessoas em situação de rua por sua condição também está evidenciado na pesquisa de Resende e Santos (2020). Para as autoras, ao se adotar essa perspectiva, desconsidera-se que a situação de rua possui múltiplas determinações e que se trata de um problema social mais amplo. Em concordância Toledo (2019), ressaltam que, ao se atribuir a situação de rua a uma ótica individualista, tende-se a naturalizar essa condição e gerar uma postura de insensibilização, quando não práticas higienistas e repressivas.

Toledo (2019, p. 115) aponta a “inversão de papéis” nas reportagens jornalísticas que consideram as pessoas em situação de rua como um “problema”, quando são estas pessoas que estão expostas “a uma série de problemas ou negação de seus direitos (falta de moradia, trabalho, espaços para higienização, água para saciar a sede e alimentação, medo e insegurança para dormir, entre outros) que ameaçam e/ou podem pôr um fim a sua própria existência”.

A categoria “trabalho *versus* vadiagem” representa o julgamento de que pessoas em situação de rua não trabalham e reforça a ideia de que a rua é sinônimo de liberdade e ausência de regras e responsabilidades, como “pagar impostos”. Sugere-se que a população em situação de rua tenha uma recolocação no mercado de trabalho, no entanto, cabe ressaltar que esta população já está inserida no mercado de trabalho informalmente. Segundo a pesquisa nacional (SAGI, 2009), 70,9% trabalham em diferentes atividades, como catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, construção civil, limpeza e carga/descarga, ou seja, realizam trabalhos precários.

Nessa perspectiva, estar em situação de rua significa estar ocioso, isto é, quando não há o emprego, de forma pejorativa, a palavra “vagabundo” está associada à representação histórica da vadiagem em nosso país. O crime de vadiagem que se instituiu no Código do Império em 1830 e que ainda hoje está presente na Lei das Contravenções Penais afirma que: “Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência [...]” (Brasil, 1941).

O referencial simbólico do “vadio” enquanto categoria temporal e histórica se ressignifica na figura do morador de rua como meio de desqualificar a sua condição de vida, que desafia a ordenação das cidades e atribui sentidos diferentes ao espaço urbano e aos “moradores de casas” (Rodrigues *et al.*, 2020).

Para Rodrigues (2015), em sua dissertação sobre a construção social do morador de rua, as pessoas que se encontram nessa condição são vistas como “caso de polícia”, herança da criminalização da pobreza em nossa recente história, corroborando a representação das classes perigosas apontada por Chalhoub (2017).

Assim, a categoria “classes perigosas/viciosas” aglutinou os comentários que representavam o entendimento da população em situação de rua como uma ameaça à “civildade” e à ordem social. Alguns comentários expressam a ausência de regras e vida fácil associada à situação de rua. Em outros comentários, de modo pejorativo, empregam-se os estereótipos relativos à criminalidade e ao vício “noias”, “vagabundos”, “bandidos”, “cracudos”, “criminosos”, evidenciando que as representações sobre a população em situação de rua reflete o pensamento desenvolvido acerca das populações marginalizadas ao longo do processo de urbanização.

A identidade da população em situação de rua é marcada pela assimilação destes estigmas que são atribuídos a ela (Rodrigues, 2015). Para o autor Wallace Rodrigues (2020, p. 52), a população em situação de rua vista como *outsider* seria complementar à própria “sociedade murada”, uma vez que, “para haver o interior, tem-se um exterior”, e para “haver estabelecidos, tem-se *outsiders*”. Desse modo, a identidade *outsider* é reforçada para que a identidade dos estabelecidos seja afirmada. Ou seja, há “uma espécie de controle de sua identidade e de seu significado marginal”, reproduzindo uma violência simbólica pela afirmação simbólica de um grupo sobre o outro (Rodrigues, 2020, p. 56-58).

São *outsiders das cidades* pela atribuição de um “traço simbólico generalizante” (Becker, 2019), ora vistos como despossuídos por serem considerados “seres degradados” ligados ao vício, doenças e imoralidade, ora como despossuídos de qualificações para o mercado de trabalho, o que os tornam maus cidadãos. Quando estão em “aparente” ociosidade por ocuparem o território da rua de modos diferentes do “cidadão de bem”, podem ser vistos como classes perigosas ou, ainda, como uma massa marginal. Logo, medidas higienistas e práticas repressivas são acionadas para manter o discurso da “civildade” que oculta o controle do território pela lógica do capital.

Atribuir um rótulo de desvio à população em situação de rua atua para reforçar o comportamento de desvio, como aponta Becker (2019), criar uma “profecia autorrealizadora”

que culminará na identidade desviante. Deste modo, essas representações sobre as pessoas que se encontram em situação de rua contribuem para o prosseguimento em uma carreira desviante. Ao considerarmos que a pessoa portadora de um estigma desenvolve uma série de aprendizados e ajustamentos sociais a partir das experiências vividas e que estas irão influenciar na “concepção do eu” (Goffman, 1981), reforçar esses estereótipos contribuirá para que essas pessoas se ajustem ainda mais à condição que se encontram ao invés de superá-la. Na direção contrária, reforçar percepções que as enxerguem como cidadãos que possuem direito à dignidade contribui para a produção de representações, linguagens e relações sociais diversas que produzirão identificações distintas e, por conseguinte, novas significações poderão ser apropriadas pelas identidades da população em situação de rua.

4 SER MULHER NA RUA É MAIS DIFÍCIL AINDA: TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS FEMININAS NA VIVÊNCIA DA RUA

Poetisa da Sarjeta

*Beirando a sarjeta donde mora a ingratidão,
sarjeta do relento, residência da solidão.
Risos banhados de sofrimento,
pés que marcam canseiras,
sou a poetisa da sarjeta,
sou uma ave vagueira.*

*Olhos fitos no vazio,
mente sonhadora de pão,
corpo gelado de frio.
Sarjeta. Ingratidão*

*Coluna esbelta de dormir no chão,
gega é cama de papelão.
Na friagem da noite, marquises em açoite,
a noite passa, o sonho inquieto a fome disfarça.
A cama dura, dói a carcaça,
a vida vai indo — prematura morte.
Fugitiva de nós a ingrata sorte,
tangidos somos como papel no ar:
só mesmo a brisa nos acalenta.
A vida é complexa. Vida nojenta!
A sociedade nos enxota,
até mesmo as igrejas nos batem à porta —
nos julgam pela revolta.*

(Poesia que eu fiz chorando)

(Maria Elisabete Lima Mota, 1986, p. 9)

A compreensão da mulher em situação de rua passa pelo entendimento do patriarcado e das relações de dominação que também estão presentes no território da rua. O espaço público historicamente não é destinado à mulher, e aquela que o ocupa está em maior condição de risco e vulnerabilidade. Então, faz-se necessário identificar os elementos da condição da mulher na acumulação capitalista, do processo de perda do controle sobre o seu corpo, instrumento reprodutivo para a expansão da força de trabalho. A expropriação de suas terras e a sua exclusão, em um primeiro momento, do trabalho assalariado passando a exercer atividades consideradas como não trabalho, fez com que a mulher se convertesse em propriedade e objeto de dominação masculina (Federici, 2019).

4.1 Breve percurso histórico da categoria mulher e o território da rua

Durante os séculos XV e XVII, a acumulação primitiva realizada por meio da expropriação de terras e privatização resultou no empobrecimento da classe trabalhadora ao retirar-lhe os meios de subsistência (Federici, 2019). Conforme explica Federici (2019, p. 143), as mulheres tiveram forte presença nas lutas contra o avanço do capitalismo agrário, visto que elas “resistiram ao cercamento de terras ou à drenagem de pântanos quando seu modo de vida estava ameaçado”. Ainda explica a autora que “para elas, era muito mais difícil tornar-se ‘vagabundas’ ou trabalhadoras migrantes, pois uma vida nômade as expunha à violência masculina”. Soma-se a isso a dificuldade na mobilidade pela condição de gravidez e cuidados dos filhos (Federici, 2019, p. 144).

Desta maneira, foram as mulheres que sofreram o maior impacto com a privatização da terra e as novas relações monetárias estabelecidas. O trabalho reprodutivo, atividade que lhes restara, passou a ser desvalorizado no modo econômico vigente que valorizava a produção fabril, externa à casa.

Surgiu neste contexto uma nova divisão sexual do trabalho, em que a condição da mulher como trabalhadora foi ocultada, assumindo a posição de “bem-comum”. O trabalho feminino passou a ser considerado um recurso natural à disposição do homem, que se apropriou do seu trabalho, do seu corpo e de seus filhos (Federici, 2019). Conforme aponta Federici (2019, p. 191, grifo nosso), “com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada”.

A família assumiu a centralidade para a apropriação e ocultamento do trabalho feminino, sendo o território de dominação patriarcal e de reprodução da força de trabalho. Estando separada da esfera pública, a família se tornou um “microestado”, tendo na figura do marido o seu representante e a esposa e os filhos seus subordinados, a quem o homem supervisiona e disciplina. O conceito de “família moderna” e a figura da “dona-de-casa” em tempo integral surgiu neste contexto (Federici, 2019).

Houve uma reconfiguração nas relações entre homens e mulheres, na qual buscaram-se a domesticação das mulheres e o cerceamento de sua autonomia: deixaram de realizar atividades econômicas havendo a necessidade de um representante legal; não podiam andar nas ruas desacompanhadas, correndo o risco de serem ridicularizadas ou atacadas sexualmente; e eram desencorajadas a se reunir com outras mulheres e até visitarem seus familiares com frequência após o casamento (Federici, 2019).

A inferioridade da mulher era reforçada por meio de estereótipos relacionados à ideia de que o gênero feminino é temperamental, lascivo, insensato e ingovernável, exigindo o controle masculino. No período, obras de teatro e literatura reproduziram as personagens da esposa desobediente, da mulher desbocada, da puta e da bruxa, que representavam a insubordinação feminina. No plano político, buscavam-se a humilhação, a tortura e até a morte das mulheres. Havia práticas comuns, como o uso de focinheira em público por aquelas que eram acusadas de serem desbocadas, prostitutas que sofriam açoitamentos e afogamentos e mulheres adúlteras que eram condenadas à pena de morte (Federici, 2019).

A identidade social de mulher sofreu um processo de degradação. A caça às bruxas da mulher europeia serviu como justificativa para a apropriação e controle sobre seus corpos à serviço da acumulação primitiva (Federici, 2019): “a definição das mulheres como seres demoníacos e as práticas atroz e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram *marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades*” (Federici, 2019, p. 203-204, grifo nosso).

A demonização das mulheres europeias foi transposta aos africanos e ameríndios colonizados nas Américas, de acordo com Federici (2019, p. 184, grifo nosso): “a definição da *negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade* e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa — assim como das mulheres e dos homens nas colônias”. Foi uma estratégia de cercamento das terras, dos corpos e das relações que visava destruir as resistências coletivas e instigar o conflito, com o objetivo de reprimir e desumanizar os povos escravizados para justificar a escravidão e o seu genocídio (Federici, 2019).

Com a colonização, as ideias misóginas europeias reorganizaram as relações de gênero, e as mulheres foram expropriadas do uso da terra e da água e assumiram a condição de servas, criadas e assujeitadas aos seus maridos. Elas se tornaram vulneráveis a raptos, a estupros, à prostituição e configuraram como “objeto” de troca econômica pelos homens (Federici, 2019).

Neste mesmo contexto de desenvolvimento industrial, no plano colonial no Brasil, a escravidão e outras práticas de dominação sujeitaram as mulheres à objetificação de seus corpos e à violência sexual por homens brancos (senhores de engenho e seus familiares, traficantes de escravos etc.), em especial, as mulheres indígenas e negras. A miscigenação que promoveu a criação do povo brasileiro é fruto deste processo. Segundo Gonzalez (2018), a uma resolução “pacífica” via a explicação do mito da “democracia racial” desconsiderava a resistência do povo negro contra a superexploração do trabalho. Conforme aponta Tiene (2004, p. 46), as mulheres negras resistiam à submissão realizando abortos resultantes da violência sexual que sofriam e

organizando fugas e formando quilombos: “devemos as mulheres negras as primeiras manifestações de luta por identidade feminina”.

O papel da mucama era servir a casa grande com tarefas domésticas e amamentar as crianças das sinhás. Desta função exercida pela mulher negra é que surgiu a figura da “mãe preta”, que cuida e educa os filhos dos senhores e transmite a cultura africana numa espécie de “resistência passiva”. Por isto, a cultura brasileira é negra e o papel da mulher negra é fundamental em nossa sociedade (Gonzalez, 2018).

O projeto de civilização das elites no período do Império se opunha às sociabilidades de pobres brancos, pardos, mulatos, cafuzos e pretos considerados bárbaros. O Código Criminal de 1832 instituiu “termos de bem viver” que criminalizavam as práticas e festividades, vinculadas à capoeira, à congada, às festas religiosas, e reuniões nas ruas, tabernas e vendas. A rua passou a ser policiada e as mulheres que trabalhavam neste espaço eram estigmatizadas. Esperava-se que o comportamento da mulher fosse controlado em todas as esferas sociais, das festas à rua, pois uma “dama” deveria ser “composta, reservada e submissa” (Del Priore, 2020, p. 96-98). Ao sair de casa desacompanhada, era tratada como “mulher da rua” e se tornava alvo de assédio masculino (Del Priore, 2020).

Com a urbanização, na passagem do Império para a República, teve início a construção da imagem feminina “civilizada” e associada à pureza da figura católica da Virgem Maria, imagem de mulher casta e santa. Todas que estivessem fora desta identidade, mulheres transgressoras, podiam ser violadas (Del Priore, 2020). Segundo Del Priore (2020), se “não fosse santa, era puta”. Os tribunais julgavam a reputação das mulheres considerando se “eram do lar e mães”. Neste cenário, as mulheres pobres eram alvo de muitos preconceitos (Del Priore, 2020, p. 139-140).

Segundo aponta Del Priore (2020, p. 83), “inúmeras mulheres pobres integraram a massa de livres desclassificadas que faziam parte de vilas e cidades”. Esta condição de liberdade não as eximia da violência masculina de homens livres ou escravos, além de serem mão de obra barata.

Após a abolição da escravidão, a mulher negra arcou com a “posição de viga mestra de sua comunidade” oferecendo o suporte moral, econômico e físico, e dividindo-se entre os cuidados com a sua família e casa e o trabalho como empregada doméstica (Gonzalez, 2018, p.71).

A mulher negra, nesse processo, permaneceu sem perspectivas de ascensão a novas posições no mercado de trabalho. Os estereótipos associados ao racismo e sexismo relegaram-na a um alto grau de opressão, restando-lhe a permanência na prestação de serviços domésticos

ou no papel da “servente” em supermercados, escolas e hospitais, o que acentuou a “internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’” (Gonzalez, 2018, p. 45).

A exploração sexual da mulher negra está representada na figura da “mulata”, fruto da miscigenação de preta(o) com branco(a). O seu corpo considerado “produto de exportação” é alvo da sexualização e reforça o mito da “sensualidade especial da mulher negra” (Gonzalez, 2018, p. 45-47).

Em contraposição à escravização e aos efeitos do racismo e da “superioridade” branca que perduram na atualidade, Gonzalez (2018) propõe a categoria da “amefricanidade” para uma identidade étnica de povos africanos oriundos de diferentes países que possuem em comum a diáspora para as Américas, sem hierarquizar as experiências de amefricanos no continente. Busca-se evidenciar a cultura afrocentrada. Um exemplo consiste em reconhecer a resistência e luta dos povos negros na escravidão, como as organizações sociais livres dos quilombos.

Diante disso, a pesquisadora Marise de Paula (2012, p. 162) aponta que a identidade feminina ligada à noção de casa vincula-se ao espaço privado, às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos. Ao ocupar o espaço público, a mulher o faz com certas restrições, pois existem espaços ainda tidos como masculinos (bares, oficinas mecânicas, estádios de futebol, pescaria etc.), e isso, “no subconsciente sexista”, representa uma transgressão.

Em concordância, as autoras Marsicano e Levinson (2020) afirmam que a rua reproduz as estruturas de gênero e o caráter privado nas relações cotidianas, os quais ratificam o lugar da mulher associado ao espaço privado, de forma que a mulher em situação de rua contraditoriamente não estaria classificada neste mundo social. Assim, a sua vivência se reduz a “corpos que pronunciam a *precariedade* e a condição social de vulnerabilidade” (Marsicano; Levinson, 2020, grifo das autoras).

Paula (2012) aponta que as espacialidades são sexistas, constituídas por subjetividades, signos e códigos de conduta que produzem uma cultura da permanência do feminino, e que requerem uma reflexão da intersecção do gênero na análise da espacialização e no reconhecimento das mulheres como sujeitos da história, que lhe foi negado por muito tempo.

De acordo com Roberto DaMatta (1997), em seu estudo sobre a sociedade brasileira a partir dos espaços da casa e da rua como esferas de significação que regem as relações sociais e suas éticas particulares, determinando atitudes, gestos, roupas, papéis sociais e condutas, são complementares entre si e não excludentes.

O código da casa é moral, pautado nas relações sociais e seus laços de simpatia e lealdade pessoal, e avesso ao individualismo, à mudança e ao progresso. Por outro lado, o código da rua é ligado ao progresso, ao legalismo jurídico e ao mercado, e produz discursos

impessoais e falas totalizadas. O código do outro mundo abdica do mundo com seus sofrimentos, contradições e injustiças (DaMatta, 1997).

O espaço da rua é impessoal e desumano, enquanto a casa é o espaço das relações pessoais, da constituição dos laços familiares. Expressões populares traduzem a diferenciação destes espaços. Sair da casa e ir para a rua simboliza o rompimento dos laços afetivos: “vá para o olho da rua!”, “fiquei na rua da amargura”, “ser posto pra fora de casa”. Ao contrário, a expressão “se sentir em casa” significa se sentir acolhido (DaMatta, 1997).

No entanto, esses espaços rua e casa, apesar de apresentarem oposição, relacionam-se de modo dinâmico e complexo. Assim, a rua pode ser apropriada por pessoas ou grupos e torná-los sua “casa” ou “ponto”. Logo, “a rua tem espaços de moradia e/ou ocupação, a casa também tem seus espaços ‘arruados’” (DaMatta, 1997, p. 51).

De todo modo, a casa simboliza o espaço em que as relações são pessoalizadas e hospitaleiras, associada ao “calor humano” e “amor”. Na contramão, a rua simboliza seu inverso, espaço do “governo” e do “povo”, das relações individualizadas, de movimento e fluidez, mas também perigosa, favorável à criminalidade (DaMatta, 1997).

As pessoas que transitam pela rua temem serem identificadas por aquilo que não são: “gente comum”, “zé ninguém”, “indigentes”, uma pessoa de “boa família” ser confundida com um “moleque da rua” e uma moça ser confundida com “mulher da vida”, pois a rua é o espaço público relacionado à impessoalidade e à imoralidade (DaMatta, 1997).

Logo, o interior da casa é reservado às mulheres que ocupam o papel central das rotinas familiares, enquanto os ritos políticos de poder são destinados aos homens (DaMatta, 1997). Em concordância está Bourdieu (2022) em sua análise sobre a divisão sexual entre os Cabilas, em que inscreve um sistema de diferenças e de dominação masculina. Há estruturas objetivas como a casa, cujas partes são “sexuadas”, e estruturas cognitivas, formando esquemas de percepção, pensamento e ação.

Portanto, a dominação masculina delimita a divisão sexual do trabalho e a estrutura do espaço, o homem ocupa a assembleia ou o mercado, em oposição a mulher, que ocupa a casa. A ordem masculina se inscreve nos corpos das mulheres, limitando seus movimentos e deslocamentos no território numa espécie de “cerco invisível”, sobretudo em espaços públicos, delimitando sua postura, suas roupas e seu caminhar em um “confinamento simbólico” (Bourdieu, 2022).

A violência simbólica consiste nas estruturas de dominação masculina que produzem o *habitus* — matrizes de percepções, pensamentos e ações — incorporado pelas mulheres, fazendo-as perceber o mundo a partir das categorias construídas pelos dominantes, o que pode

levá-las a naturalizar as relações de dominação e se autodepreciarem, vendo-se como inferiores. Esta é uma força simbólica, um poder exercido diretamente nos corpos sem coação física, o qual age de forma invisível e insidiosa. Por agir como um sistema de estruturas duradouras inscritas nos corpos, efetiva-se para além da consciência e da vontade, pois são resultantes de manifestações simbólicas de poder que levam à cumplicidade do subordinado (Bourdieu, 2022).

As violências física, sexual, emocional e moral estão correlacionadas e, tratando-se da violência de gênero, aqui considerada como violência de homens contra mulheres e mais especificamente no contexto da violência doméstica e intrafamiliar, os limites são tênues na percepção entre a ruptura da dignidade e a obrigação de suportar a submissão de pais e maridos (Saffioti, 2015). Há o incentivo da sociedade para homens exercerem sua força-potência-dominação, que pode transformar agressividade em agressão. A pedagogia da violência naturalizada o fato de que homens maltratam suas mulheres, assim como pais e mães maltratam seus filhos (Saffioti, 2015).

Para Saffioti (2015), a violência contra a mulher está indissociada das estruturas sociais produtoras de desigualdades de gênero, do mesmo modo que as desigualdades são inerentes às estruturas de classe e raça/etnia. Em consonância, Lopes (2019) afirma que mulheres em situação de rua, sendo em sua maioria negras, são mais vulneráveis às violências perpetradas pela intersecção da classe, raça e gênero.

Em suas trajetórias de vida, há mulheres que se encontram em situação de rua devido ao histórico de violência doméstica e intrafamiliar. Elas relatam agressões físicas, violência psicológica e sexual e que buscam neste território da rua uma saída para as violências que sofriam em casa (Rosa; Brêtas, 2015; Rosario, 2015; Tiene, 2004).

Rosario (2015) aponta que a realidade de mulheres em situação de rua não se diferencia de outras mulheres, pois, assim como no espaço da casa, as relações de poder estão presentes em outros espaços. E para as mulheres em situação de rua a violência se intensifica para além do gênero, pelo fato de a mulher buscar a rua para a sua sobrevivência e, ao estar neste território, diferentes estratégias, resistências, violências e preconceitos são enfrentados.

As pesquisas de Rosario (2015) e Tiene (2004) evidenciam que a violência é uma constante no cotidiano de mulheres em situação de rua. Embora a presença masculina de um companheiro “garanta” sua proteção na rua, esse mesmo companheiro perpetra a violência física, psicológica e simbólica contra elas.

Para garantir a sua sobrevivência, também sofrem violências ao se submeterem sexualmente em troca de proteção, o que “marca-as profunda, física e psicologicamente” (Tiene, 2004, p. 156). Outra estratégia adotada é o uso de roupas masculinas e o tom de voz

mais grave, pois a aparência “masculinizada” pode deixá-las em menos evidência e, assim, evitar possíveis agressores (Rosario, 2015).

Quiroga e Novo (2009, p. 157) expõem que as mulheres em situação de rua podem ser vistas como “vítimas fáceis”, “frágeis” e “menos adaptadas” em razão de o território da rua ser uma “realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos”.

De acordo com Iglesias e Ferreira (2022), a vulnerabilidade, o preconceito e os sentimentos de medo e insegurança são comuns nas experiências cotidianas de mulheres em situação de rua e os marcadores sociais da desigualdade e diferença impactam suas vivências pela raça, classe, gênero e sexualidade. E quando se trata de uma mulher em situação de rua negra e transgênero, a experiência de violência é vivenciada de forma integral, considerando todos os marcadores sociais da diferença.

4.2 Histórias invisíveis: as trajetórias femininas e a situação de rua em São Paulo

Verifica-se, então, que no Brasil, desde os princípios da colonização, as mulheres sofrem os reflexos da estrutura ideológica e econômica que as violenta. Nos séculos XX e XXI, a cidade de São Paulo apresenta-se como um território de intensa mobilidade em que as histórias das mulheres em situação de rua são rotineiramente invisibilizadas. O trabalho realizado pelos autores do livro *A cidade que ninguém vê* nos ajuda a compreender o processo de identificação das mulheres na rua, o que se liga às representações discutidas também na seção 3 desta dissertação. Além desses aspectos, oferece pistas reflexivas para melhor compreender as entrevistas apresentadas na próxima seção.

O livro *A cidade que ninguém vê* (Lima, V., 2016)²⁵ reúne noventa e uma histórias de pessoas em situação de rua e, destas, dez histórias são de mulheres que foram escolhidas para serem abordadas nesta seção. A figura 14 apresenta uma montagem de fotos elaborada a partir dos registros fotográficos que acompanham as histórias das mulheres entrevistadas no livro. Nestas histórias analisadas, verificou-se que em nove delas se tratava de mulheres negras, corroborando as pesquisas sobre este grupo populacional, as quais afirmam que a maioria é de pretos e pardos (Brasil, 2008b; SAGI, 2019).

²⁵ A obra foi publicada por meio de financiamento coletivo como resultado do projeto social realizado pela ONG SP Invisível.

Figura 14 - Mulheres entrevistadas pelo SP Invisível

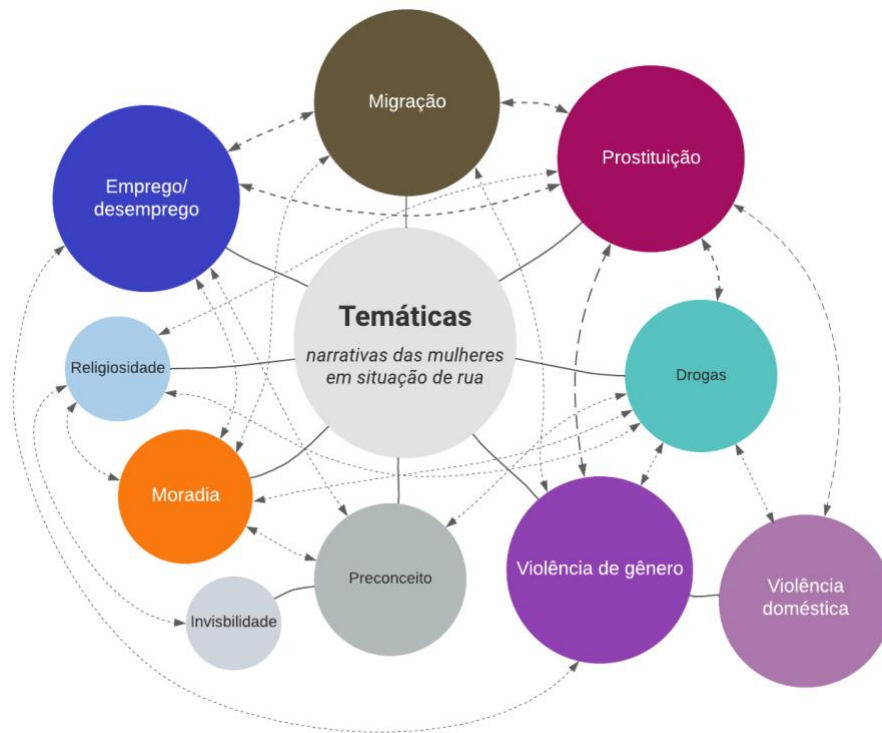


Fonte: elaboração própria a partir do registro de Lima, V. (2016).

Entre as entrevistadas, a faixa etária das mulheres variava de 23 a 71 anos de idade, sendo que cinco delas estavam na faixa de 23-31 anos, uma delas com 59 anos e outra com 71 anos, além de três mulheres que não informaram a idade.

A figura 15 demonstra um esquema visual da recorrência e correlação das temáticas mais citadas nas narrativas das dez histórias analisadas: emprego/desemprego (5), migração (5), prostituição (5), violência de gênero (5), violência doméstica (4), drogas (4), preconceito (4), moradia (3), religiosidade (2) e invisibilidade (1).

Figura 15 - Esquema visual das temáticas das histórias analisadas



Fonte: Autora.

Diferentes cidades de origem são citadas pelas mulheres entrevistadas: Daiane migrou do Mato Grosso do Sul devido a conflitos familiares; Maria de Fátima migrou do interior de São Paulo, da cidade de Avaré, em busca de emprego; Rosinha migrou do Maranhão, onde já estava em situação de rua, em busca de melhorar a sua condição de vida; Taís migrou do interior do Pará para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para São Paulo em busca de emprego; e Tamara migrou do Piauí, em busca de um serviço especializado de saúde estética.

Também foi evidenciada no relato de Geralda a sua atuação religiosa na região onde se concentram pessoas em situação de rua. E os relatos de Daiane, Maria A, Maria B, Taís e Tamara abordam a invisibilidade e o preconceito de se estar em situação de rua. Apesar de Maria B ser domiciliada, ela se utiliza do espaço da rua para obter o seu sustento com a mendicância. Enquanto Taís refere o preconceito e a transfobia sofrida, Tamara aborda o preconceito sobre quem trabalha como garota de programa:

- *Daiane: Aqui na rua é difícil, as pessoas te olham e te veem como um lixo. Tem muito preconceito...*
- *Maria A: Eu tenho o nome de Deus, aliás, da mãe dele. ... E como o nome de uma pessoa tão especial pode estar em mim, uma moradora de rua?*
- *Maria B: ... eu venho aqui pra conseguir pagar o aluguel e ajudar meus três netos... Eu escondo por amor, não é legal falar que a vó tá pedindo.*
- *Tais: Foi difícil encontrar emprego, as pessoas me olhavam da cabeça aos pés e eu recebi muitos 'nãos'. Eu ficava mal, chegava em casa chorando... No último serviço sofri muita transfobia... Meu patrão não aceitava muito.*
- *Tamara: Também ajudo na questão do preconceito, sabe? Rola muito por aqui, mas os mais preconceituosos vêm aqui...*

Destacam-se nas falas das entrevistadas as temáticas relacionadas ao gênero feminino: a prostituição, a violência doméstica e a violência de gênero. O tema da prostituição foi evidenciado em metade do total de relatos. As entrevistadas Daiane, Geralda e Tamara abordam a prostituição como forma de viabilizar o uso de drogas, enquanto Rosinha e Simone correlacionam-na à obtenção de dinheiro para o seu sustento.

Os relatos de Daiane, Maria de Fátima, Priscila e Simone abordam a violência sofrida dentro de casa.

- *Daiane: ... ele batia em mim e até abusou da minha irmã (violência sofrida pelo padrasto).*
- *Maria de Fátima: Ele saía de casa de manhã e voltava de noite bêbado pra me bater e me machucar (violência sofrida pelo marido).*
- *Priscila: Ele não bebia, só que às vezes tinha uns surtos e me batia (violência sofrida pelo marido).*
- *Simone: Quando a gente morava junto ele já me empurrou da escada do nono andar... (violência sofrida pelo marido).*

A violência de gênero fora do contexto doméstico fica evidenciada nos relatos de Daiane, Maria de Fátima, Priscila, Simone e Tamara, que abordam a exposição à violência do corpo feminino na rua.

- *Daiane: Ser mulher na rua é mais difícil ainda. Eu nunca fui abusada porque tenho meus parceiros e tenho moral na rua, mas umas amigas minha já foram, é muito perigoso.*
- *Maria de Fátima: Graças a Deus, nunca fui abusada e nem agredida, mesmo sendo mulher.*
- *Priscila: Ser mulher na rua é muito difícil, o mais difícil é ter que aturar umas papagaiadas dos homens, da rua e de fora. Os de fora mexem mais que os da rua, mas não é fácil. A rua é um pouco machista.*
- *Tamara: Eu dou conselhos sobre os clientes, falo pra não confiar muito... Eles tentam até matar a gente às vezes.*

Percebe-se, por meio das narrativas destas mulheres, a complexidade do fenômeno da população em situação de rua, visto que a identidade humana é sempre questionada pelos olhos alheios. Nas histórias, destacam-se ainda os múltiplos fatores que levam uma pessoa a estar nesta condição, tais como a questão da migração e do trabalho, a busca por melhores condições de vida, o desemprego e perda da moradia, o uso de álcool e outras drogas, que pode ser causa para a situação de rua, como também consequência de se estar nesta condição. A relação com os homens é sempre marcada pelo dualismo da proteção e do medo/risco.

5 DORMIR COM UM OLHO ABERTO E OUTRO FECHADO: TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS FEMININAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

As trajetórias identitárias femininas em situação de rua que serão abordadas nesta seção representam a multiplicidade de vivências em relação ao gênero feminino e à situação de rua, que corroboram o entendimento a respeito da complexidade do fenômeno população em situação de rua. Apresentam-se os resultados da pesquisa de campo, a partir da inspiração etnográfica e entrevistas semiestruturadas coletadas no período entre maio e julho de 2023, que resultaram em cinco entrevistas (participantes A1, A2, A3, A4 e A5) e observações em campo, que serão discutidas a seguir. Conforme o quadro 1, as idades das mulheres variaram de 24 a 37 anos, com amplo destaque à questão racial e à condição cisgênera.

Inicialmente, esta pesquisa delimitou o estudo de mulheres cisgênero e transgênero como população-alvo, contudo, deparou-se com a entrevistada A5, a qual será referida posteriormente, que se identifica com o gênero feminino, mas que se autodenomina como travesti. Foi uma escolha desta pesquisa considerar pessoas que se identificam com o gênero feminino, pois entende-se que o recorte é o gênero em suas diferentes identidades. Portanto, optou-se por retirar a palavra “mulheres” e utilizar “femininas” a fim de abarcar as diferentes identidades transgêneras.

Em concordância com Butler (2022, p. 25-26):

Se a noção estável de gênero dá mostras de não mais servir como premissa básica da política feminista, talvez um novo tipo de política feminista agora seja desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade — isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político.

Assim, compreende-se que o uso da palavra “mulher” poderia ser excludente para trajetórias identitárias diversas, mas que, ao mesmo tempo, compartilham da experiência do gênero feminino de ocupar o território da rua de maneira divergente da masculina. Para Firmino e Porchat (2017, p. 59), “tanto a travesti quanto a mulher desempenham atos que têm como efeito a produção de uma identidade considerada feminina”.

Assim como o termo “população em situação de rua” não contempla as diferentes vivências de estar em situação de rua, o recorte de gênero também não. No entanto, a intersecção do gênero na trajetória da situação de rua traz um ponto de convergência: a violência. E ainda,

ao considerar a circulação no território uma característica desta população, o gênero constitui uma condição desigual no circular feminino.

Há que se considerar que as desigualdades também são racializadas e classistas. Assim como as pesquisas apontam que a população em situação de rua é composta pela maioria de pretos e pardos, nas entrevistas realizadas as participantes também são. De acordo com a autora Rocha (2021), na sua dissertação sobre a trajetória de vida de pessoas negras em situação de rua na cidade de Santos - SP, ainda não há estudos sobre a população em situação de rua e as questões raciais, mesmo que esta seja maioria nesta condição.

A desigualdade socioeconômica é uma realidade para este segmento populacional. No caso das participantes da pesquisa, o desejo de mudar a sua situação socioeconômica é presente em suas narrativas: “o problema não é alugar a casa, o problema é o caução da casa... é isso que tá quebrando as minhas perna, senão eu já tava dentro de uma casa... mas eu vou tá” (fala da entrevistada A1); “eu queria arrumar um serviço, ter uma casa, sair da rua e não viver assim como a gente vive, entendeu?” (fala da entrevistada A4); “me erguer na vida, assim, ter um cantinho pra mim” (fala da entrevistada A5). Sem contar a sobrevivência diária na sua expressão máxima, quando informam que necessitam “pedir uma moeda” ou “manguear”²⁶ para obter dinheiro para o seu sustento:

Pesquisadora: *Como você tá fazendo pra sobreviver?*

Entrevistada A1: *Pra sobreviver é, **falando bem a verdade, é pedindo dinheiro na rua, tá ligado, a marmita, tudo... ou vende balinha, vende o que tiver né, o que dá pra gente fazer, a gente tá sobrevivendo desse jeito...e uma vez por mês pega bolsa família né, só, mais nada.***

P: *E como é pra você ter que fazer essas atividades?*

A1: *Péssimo, **não gosto, mas ou faz ou a gente morre de fome, o único jeito.***

Dessa forma, esses marcadores sociais da diferença (Zamboni, 2014) de classe, raça e gênero se articulam nas trajetórias identitárias das participantes da pesquisa e contextualizam as experiências vivenciadas no tempo e espaço, a partir das estruturas sociais, das relações de poder e de um momento histórico.

²⁶ Ação de obter recursos para a sobrevivência nas ruas, buscando estratégias criativas ao se relacionar com as pessoas que oferecem estes recursos. O pesquisador Tomás Melo, em sua dissertação, apresenta um glossário com as “gírias da rua” (Melo, 2011).

5.1 A rua e suas sociabilidades: uma breve apresentação das "autoras participantes"

O território da rua habitualmente percorrido no cotidiano assume dimensões diferentes ao se tornar território pesquisado, sobretudo, ao adicionar as camadas: população em situação de rua e gênero feminino. As representações sobre a rua costumeiramente utilizadas por transeuntes são acrescidas de novas significações por aqueles que nela retiram seu sustento e sobrevivência.

A rua, território *a priori* para circulação, onde pessoas se deslocam de um ponto a outro, para a população em situação de rua se estabelece como território de fixação — mesmo que de curta duração — onde o descanso, o lazer, as trocas econômicas, a higiene, as estratégias de sobrevivência são realizadas.

O fluxo de pessoas e trocas econômicas no centro de São José dos Campos compõe um território de sobrevivência para a população em situação de rua, uma vez que as sociabilidades geradas pela concentração de atividades comerciais e financeiras oferecem maiores possibilidades de inventividade e resistência cotidiana.

Em meio aos deslocamentos de transeuntes, um olhar mais atento pode capturar uma troca de afeto, risadas e compartilhamento de bebida, o contar de moedas chamado “intera”²⁷, que advém das estratégias de sobrevivência, como o mangueio, a catação de recicláveis, a venda de balas e a guarda de carros.

A marquise de uma loja se torna um abrigo contra o sol e a chuva e um espaço para descansar, e o papelão uma proteção para deitar-se no chão. Uma garrafa plástica descartada no lixo vira um recipiente para armazenar bebida. Uma árvore ou uma grade de arame se transforma em varal para pendurar roupas.

O maior número de pessoas se deslocando nestes espaços aumenta a chance de receber “uma moeda”. Os serviços públicos como o Terminal Central²⁸ e a Rodoviária Nova oferecem um banheiro, enquanto um comércio pode ser a oportunidade de conseguir um copo de água, um suco e até uma marmita de comida.

O pesquisador não passa despercebido em suas observações em campo nesta dinâmica, pois ele fica entre o circular e o fixar. Sem se relacionar diretamente com as sociabilidades que ocorrem no ponto de fixação da população em situação de rua, e sem se deslocar como os demais transeuntes, rapidamente é destacado como uma pessoa fora do lugar.

²⁷ Ação de juntar dinheiro em grupo para um objetivo comum, como comprar bebida, comida ou tomar um banho. A gíria “intera” vem do verbo inteirar.

²⁸ Localiza-se em frente à Praça da Matriz, conforme a figura 5 apresentada na seção anterior (p. 49).

Durante as observações em campo, perceberam-se olhares de estranhamento para a pesquisadora “parada” em locais de deslocamento. Um fator observado que contribuiu para estar “destacada” nestes territórios foi a ausência de bancos para se sentar (impossibilitando sentar-se para observar a dinâmica do território). Algo comum em praças e áreas verdes, não estavam presentes nos espaços da Praça da Matriz (figura 16) e Rodoviária Nova (figura 17), locais de maior concentração da população em situação de rua.

Figura 16 - Praça da Matriz não tem bancos para sentar



Fonte: Autora.

Figura 17 - Área verde adjacente à Rodoviária Nova não tem bancos para sentar



Fonte: Autora.

Observa-se que a ausência de bancos na tentativa de impedir o uso pela população em situação de rua acaba por limitar o uso para qualquer pessoa e não contribui para lidar com esta questão social. Cintra (2019) aponta que a transformação dos espaços públicos em espaços desconfortáveis, quando não hostis, gera um esvaziamento e os torna inseguros. Kussler (2021) aponta que a arquitetura hostil também compreendida por “arquitetura defensiva”, “arquitetura disciplinar” e “arquitetura de controle” são elementos estruturais inseridos nos espaços públicos para que grupos específicos não o utilizem de determinada forma exercendo um disciplinamento de seus corpos.

A estratégia adotada para a observação em campo ocorrer inicialmente sem a interação com a população em situação de rua foi realizar pequenos deslocamentos no espaço, utilizando pontos de apoio, como bancas de revistas, pontos de táxi e a Igreja da Matriz. Observar antes de interagir se tornou necessário para a identificação dos grupos em que havia a presença feminina, além de que estes grupos têm a presença majoritária de homens, havendo a necessidade de cautela na aproximação.

Em dado momento da observação, encontrei uma pessoa que era atendida pelo serviço do Centro POP e já me conhecia. Ele informou que estava aguardando uma vaga para tratamento em uma Comunidade Terapêutica e enquanto isso ficava ali na Praça da Matriz se distraíndo, pois não aguentava ficar em casa. Conversamos sobre a pesquisa que estava em andamento e este era o motivo de eu estar ali. Neste instante, ele disse “aqui é o fluxo, tá sempre cheio de gente”. Apontou para algumas pessoas, dentre elas uma mulher que estava dormindo e disse que, devido ao frio, havia menos pessoas. E expressou: “você vai fazer isso sozinha? Você é bem locona, né?”. Eu respondi que estava apenas observando por enquanto.

Percebe-se que a rua é um território simbolicamente masculino, onde o corpo feminino está assujeitado à dominação masculina e abarca um conjunto de representações ao estar posicionado neste espaço que o inferiorizam e o vulnerabilizam²⁹.

Com o decorrer das observações e as tentativas de aproximação e convite para a participação da pesquisa, percebeu-se que o tempo para a população em situação de rua é valioso, portanto, a partir do momento em que uma entrevistada aceitasse participar da pesquisa, esta precisaria ocorrer naquele momento, caso contrário, ao surgir uma oportunidade para uma doação de marmita, a obtenção de uma bebida ou alguém cuja chegada era aguardada, estes

²⁹ Deste modo, tornou-se prudente com o andamento da pesquisa estar acompanhada para a realização das entrevistas. Foi possível contar com a colaboração de Edna Vieira, a mãe da pesquisadora, residente no bairro Jardim Paulista, onde se localiza o Centro POP. A familiaridade de Edna na circulação pelo bairro facilitou as observações.

eventos encerrariam a possibilidade da entrevista ocorrer, e dificilmente essa pessoa seria encontrada novamente no mesmo horário e local.

A rua e as suas sociabilidades têm uma dinâmica própria, as pessoas que se relacionam neste contexto estão cotidianamente improvisando e lidando com imprevistos. A passagem do tempo em um dia não é contada pelo relógio, mas sim pelo horário em que o Centro POP oferece o café da manhã, o banho e o café da tarde, pelo fluxo de pessoas se deslocando nas áreas comerciais que possibilitam obter uma moeda, pela ação das ONGs que, ao anoitecer, oferecem doações de marmitas, produtos de higiene e roupas, e pelas diversas estratégias desenvolvidas pelos grupos de pessoas em situação de rua para obter recursos que são compartilhados entre si. Essas ações são chamadas de corre³⁰.

Assim, notou-se que haveria uma maior disponibilidade para as entrevistas ocorrerem no período da manhã, mas não tão cedo, pois as pessoas em situação de rua não conseguem dormir adequadamente durante a noite, os riscos de agressões e violências durante a madrugada aumentam, logo, o raiar do dia e o início da movimentação de transeuntes nas ruas pode garantir uma maior visibilidade e proteção para que possam dormir.

O entardecer, momento em que muitos trabalhadores regressam aos seus domicílios, para a população em situação de rua se intensifica o corre para garantir sua sobrevivência até o dia seguinte, pois a movimentação de pessoas e atividades comerciais diminui e em algumas áreas cessa, e, com isto, as possibilidades de obter recursos ficam limitadas ou inexistentes.

Deste modo, as entrevistas ocorreram no período da manhã com as entrevistadas A1, A3, A4 e A5, que estavam em situação de rua e foram realizadas no mesmo local em que estavam fixadas naquele dia: a calçada da Rodoviária Nova e a Praça da Matriz. Somente com a entrevistada A2, por ter uma trajetória em situação de rua, mas ser domiciliada, que a entrevista ocorreu no período da tarde e no local combinado previamente, o Parque Vicentina Aranha³¹.

A sigla “A”, de “autora”, foi escolhida para identificar as quatro mulheres e uma travesti que aceitaram participar da pesquisa com o objetivo de evidenciar a relevância que essas vozes possuem para o âmbito acadêmico. Os seus relatos registrados por um gravador e, posteriormente, transcritos em texto exprimiram uma realidade indispensável ao conhecimento

³⁰ Gíria utilizada para designar o ato de ir em busca de algo, um objetivo, como comida ou trabalho.

³¹ Patrimônio histórico da cidade, foi inicialmente inaugurado em 1924 como Sanatório Vicentina Aranha e foi um dos maiores centros para tratamento de tuberculose da América Latina. Atualmente, oferece atividades culturais, ambientais e físicas abertas ao público. Fonte: <https://www.pqvicentinaaranha.org.br/o-parque>.

científico para lidar com a questão urgente da população em situação de rua, sobretudo na intersecção do gênero nessa vivência.

A1 estava há dois meses em situação de rua quando foi entrevistada. Cerca de um mês e meio depois a reencontramos na mesma região próxima ao Centro POP, e ela já havia conseguido alugar uma casa junto com seu companheiro em um bairro vizinho. O seu desejo, além de alugar uma casa, era reaver a guarda de seus filhos.

A entrevistada A2 possui trajetória em situação de rua, mas atualmente tem domicílio fixo e trabalha em um equipamento para a população em situação de rua. O fato de ter essa experiência de vida a motivou a participar da pesquisa, assim como ela costuma dar seu testemunho³² para aqueles que estão em situação de rua no seu trabalho:

Entrevistada A2: aonde que eu dou um chacoalhão na pessoa, eu falo: meu, olha pra mim, aqui ó, é... que eu tava na mesma situação que você, meu, para com isso, é... dá um voto de confiança pra você, que só depende de você, se você quiser, é só você aceitar um tratamento, do mesmo jeito que eu fiz um tratamento... do mesmo jeito que eu consegui, você também consegue.

A2, durante a sua vivência em situação de rua, deslocou-se de São José dos Campos (SJC) para a região da Cracolândia na cidade de São Paulo - SP, onde ficou cinco anos, sendo considerada desaparecida por sua família. Nesse período teve uma gestação e seu bebê foi para a adoção. Ao todo, A2 esteve em situação de rua por seis anos, iniciou seu tratamento para dependência química em SP e depois regressou para SJC. Expressou que pensar em seu filho lhe deu força para prosseguir com o tratamento, estando há oito anos limpa³³.

A participante autora A3 foi para a situação de rua após sofrer agressão da sua mãe, que possui transtorno mental. A3 tinha uma cicatriz na sua cabeça decorrente dessa agressão, informou que estava aposentada pela Lei Orgânica de Assistências Social (LOAS)³⁴ e que fazia tratamento em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Seus filhos estavam residindo com sua tia e aos finais de semana ia visitá-los. O seu desejo era ter sua família de volta.

A4 está há seis anos em situação de rua. No momento da entrevista, estava juntando dinheiro para tomar banho na Rodoviária Nova, pois o Centro POP, que oferece banho, fica fechado aos finais de semana. Ela estava com uma toalha nas mãos. Foi para a situação de rua

³² Para A2, o testemunho religioso consiste em um depoimento sobre a sua história de vida que envolve a sua fé em Deus, que a ajudou no tratamento contra a dependência química.

³³ Expressão utilizada para se referir à condição de não fazer uso de drogas.

³⁴ Refere-se ao Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (BPC-LOAS), que é um salário-mínimo mensal pago à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família (Brasil, 2023b).

após o falecimento da sua avó, a única parente com quem tinha vínculo. Sua mãe faleceu no seu parto e não conheceu o seu pai. Ela conta que gostaria de trabalhar, ter uma família e sair da rua.

A entrevistada A5 aceitou participar da pesquisa após se afirmar como travesti e não uma mulher, mas que se identificava com o gênero feminino. Solicitou ser acompanhada ao banheiro antes de iniciar a entrevista. No caminho ao sanitário do Terminal Central (próximo à Praça da Matriz), relatou que sofre preconceito das próprias mulheres ao usar o banheiro. Veio de Jundiá para SJC por causa de um relacionamento e, após o término, ficou em situação de rua. Os seus sonhos eram de ser professora, colocar uma prótese de silicone nos seios, trabalhar e ter uma casa.

Optou-se por descrever as entrevistas realizadas a partir de categorias temáticas identificadas na análise dos relatos das participantes A1, A2, A3, A4 e A5 e da sua relação com o território da rua.

5.2 Circular feminino: deslocamentos possíveis

A entrevistada A1 estava deitada na calçada da rua de acesso ao Terminal Frederico Ozanam (figura 2) e que fica ao lado do Centro POP. Deitado atrás dela estava seu companheiro, e próximos dela havia cerca de seis homens, alguns sentados e outros em pé, que também eram pessoas em situação de rua. Quando me apresentei e expliquei sobre a pesquisa, A1 prontamente aceitou participar e desejou realizar a entrevista no local onde estava. Ela e o seu marido estavam com uma coberta forrando o chão, a qual ela me ofereceu para me sentar e não ficar “no chão frio”. Também estavam com outra coberta cobrindo-os. Eram quase dez horas da manhã de um dia frio, muitas pessoas em situação de rua ainda estavam dormindo.

A participante A1 fala sobre sua trajetória estando há dois meses em situação de rua e sendo natural de São José dos Campos. A sua percepção sobre o aumento do preço dos aluguéis imobiliários e a dificuldade de receber um apoio socioassistencial:

Pesquisadora: *Como é para você viver em São José?*

Entrevistada A1: *É antigamente era melhor pra viver, mas **agora tá mais difícil por causa das situações né, que tá, principalmente nos aluguel, nas casa, pra gente tá convivendo com as crianças. E na rua tá mais complicado ainda porque antigamente tinha mais apoio, até do Centro POP, da Prefeitura, agora a gente tá sem apoio pra nada. E pra mim como vai fazer dois meses que eu vim aprender memo a calçada, tá mais complicado, agora que eu tô conseguindo, sabendo levar ela, mas espero que mude essa situação, tá complicado.***

Na rotina de A1 e nos espaços que acessa na cidade, percebe-se que a sua circulação no espaço urbano é limitada, uma vez escolhido o espaço de permanência temporária — já que a ação violenta dos agentes do Estado também é uma realidade que impede a sua fixação. Contudo, apesar dos deslocamentos contínuos, a variedade de locais e serviços que A1 acessa e/ou frequenta na cidade são restritos. A1 cita a unidade básica de saúde (UBS), pois havia informado que está com diabetes e mostrou uma ferida em sua perna, para a qual está fazendo curativo para tratar. Espaços relacionados à dimensão do trabalho, educação e lazer não são mencionados por ela:

Pesquisadora: *Como é a sua rotina diária?*

Entrevistada A1: *Acorda de manhã, ir pro banho, hum, depois ficar deitada, não tem mais o que fazer ou sair atrás das marmita, não tá mais aquela rotina igual era em casa*

P: *Como que era antes a sua rotina?*

A1: *Acorda cedo, fazer o café, dá café pros meus filhos, manda eles pra escola, depois chegava, ia, arrumava eles, ia pra Fundhas, era um rotina de, de família né, mas agora tá uma rotina sei lá, que nem eu sei...fala bem um papo, bem real memo, **tem hora que eu não tenho nem vontade de levantar do lugar, pra mim tá...tá pesado**, então que eu tô esperando ele (se refere ao seu companheiro) pegar uma moeda pra mim ver se eu consigo meter o pé da rua.*

P: *Quais lugares você frequenta/acessa na cidade?*

A1: *Satélite, Aquarius, aqui o Jardim Paulista, no centro eu não vou muito, por causa do pai dos meus filhos, é só por aqui mesmo.*

P: *O equipamento, você comentou do Centro POP, você acessa?*

A1: *Só o banho, o café da manhã, e pra eles pegar e levar eu pro médico, só, mais nada, que eles não, não tá tendo nem pra eles mesmo fazer o apoio pra nós.*

P: *Você falou que está indo na UBS, esses outros serviços da cidade você acessa?*

A1: *Eu acesso mais o CRAS, o CRAS e o CAPS.*

P: *Você faz tratamento no CAPS?*

A1: *Faço, na psiquiatria, e eu passo num grupo.*

P: *Qual a sua condição de moradia atual?*

Entrevistada A1: *Péssima, péssima... tá péssima... nem sei o que falar...só de tá na rua já tá péssimo.*

P: *Você está ficando nesse espaço aqui, perto do Centro POP ou você está ficando em outros lugares também?*

A1: *Satélite também fiquei uns dias ... **agora a gente não tá ficando mais aqui, a gente não tá podendo ficar aqui, porque agora tá vindo a GCM.... a GCM***

ontem veio, veio só vindo com um pau desse tamanho menina, um pau desse tamanho pra bater (mostra com as mãos o tamanho, falando com entonação de voz mais alta), entendeu? Acordou o marido dela com bicutão, uma cabada na perna.

P: *Eles já agrediram você?*

A1: *Agride, se deixar agride, esses dias mesmo, discuti com eles, jogaram spray de pimenta na minha cara, eles agride.*

Kunz, Heckert e Carvalho (2014) apontam que a população em situação de rua circunscreve no tecido urbano percursos próprios que diferem das rotas geográficas e mapeadas para a organização geral da cidade. Seus deslocamentos são orientados por uma rede de suporte necessária à sua sobrevivência, e lugares marcados por ações repressivas são evitados. Estes percursos são delineados a partir das experiências e apropriações que fazem do território de um conhecimento informal.

Esta circulação no espaço urbano de forma limitada também é evidenciada nas narrativas de outras participantes da pesquisa. A entrevistada A4 desloca-se apenas para dormir, sendo que o seu trajeto limita-se às imediações do Centro POP. Além disso, menciona a dificuldade de acessar o acolhimento institucional pela falta de vaga:

Pesquisadora: *Quais lugares você frequenta/acessa na cidade?*

Entrevistada A4: *Ali atrás, ali, do Centro POP, aqui na onde que o ônibus sai pra viajar. Nós dorme ali.*

P: *Você já ficou em algum outro lugar da cidade?*

A4: *Sim, aqui, lá atrás, lá na Maia. Agora nós tá dormindo ali.*

P: *Você acessa algum equipamento aqui da cidade? Algum serviço?*

A4: *Só o Centro POP aqui.*

P: *O que que você faz?*

A4: *Tomo banho, tomo café, só.*

P: *Algum outro serviço da cidade você acessa, de saúde..?*

A4: *Não, não.*

P: *Você chegou a algum momento a ficar no abrigo?*

A4: *Não, nunca fiquei no abrigo.*

P: *Você nunca ficou no abrigo por algum motivo específico?*

A4: *É porque eu nunca gostei mesmo porque eu queria ficar na rua, eu nunca fui no abrigo, eu também, **toda vez que eu pedia abrigo nunca tinha vaga.***

A entrevistada A5 tem fala semelhante a respeito da dificuldade no acesso ao abrigo, sendo que ambas estão há mais de um ano na cidade, mas são de outros municípios: A4 é de

Jacareí e A5 é de Jundiaí. Conforme aponta Oliveira (2017, p. 22), para este perfil, considerado não pertencente ao município e composto de “trecheiros” e “migrantes”, a oferta do serviço socioassistencial restringe-se à “oferta de passagens interurbanas”.

Pesquisadora: *Como é para você viver em São José dos Campos?*

Entrevistada A5: *É uma cidade grande, né, assim que é, tem muita gente boa, tem muita gente que não é. Como qualquer outra cidade de São Paulo. Pra mim é bom, só que eu acho que tem várias questões que tem que ser melhoradas pra...pra moradores de rua, né. Por exemplo, **a questão de que não sou daqui, eu não tenho direito a auxílio aluguel. Eu não tenho direito a ficar mais uns dias no abrigo**, agora quem é daqui, que a família é daqui pode, sabe, essas questões assim, também, eu acho, eu vejo que é difícil.*

P: *Quais lugares você frequenta/acessa na cidade?*

A5: *Ah, a região central.*

P: *Você fica aqui perto da Matriz?*

A5: *Não, fico na Matriz, perto da Afonso Pena, fico... vamo lá, hum... pra região ali da Nelson D'Ávila, é, região central eu fico. Zona Norte, Sul, Leste, Oeste eu não vou não, não conheço, né. Eu gosto do centro.*

P: *Você frequenta algum equipamento da cidade? Algum serviço?*

A5: *Não, eu quero começar a fazer tratamento no CAPS... mas tratamento...não, eu passo no Centro POP, às vezes, tomo banho... é... assim... tomo banho... é... mas serviço da Prefeitura mesmo público, não... CAPS, é... Saúde Mental, não.*

Para Nonato e Raiol (2016), as violações do direito à cidade para a população em situação de rua vão desde o fato de morarem na rua como estratégia de sobrevivência, às inúmeras exposições à fome e intempéries climáticas, até a falta de acesso a bens e serviços públicos para atender às suas necessidades básicas. A ausência de acesso às políticas de educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, previdência social etc. resultam, para além da negação de direitos, em violências.

A entrevistada A3 explicita que os lugares em que busca fixar-se no território dependem do seu companheiro, uma questão comumente relatada pelas mulheres como forma de garantir a sua proteção (Quiroga; Novo, 2009; Tiene, 2004):

Pesquisadora: *Você fica aqui todos os dias? Ou você fica em outros lugares também?*

Entrevistada A3: *Não ficava em outros lugares, tava com outro rapaz, tava lá perto do Extra esses dias atrás, aí ele largou eu, aí eu tô com ele agora.*

Como vimos, estar em situação de rua pode representar a negação dos direitos básicos e a violação do direito à cidade, e adicionar a camada da interseccionalidade de gênero a esta

condição requer das entrevistadas lidar com suas especificidades. A exposição do corpo feminino no espaço público exige diferentes estratégias de sobrevivência e redes de suporte. A apropriação do território da rua atravessado pela condição do gênero sucede em uma circulação desigual e assujeitada à dominação masculina.

5.3 A rua: territórios de dominação masculina

Iniciar a pesquisa de campo significou lidar com as limitações de gênero, tanto das participantes da pesquisa quanto da pesquisadora, pois corpos femininos no espaço público são objetificados como *outsiders* — espera-se que estejam no espaço privado. Desse modo, foram assimiladas percepções durante a coleta de dados a respeito da dominação masculina no território da rua que serão discutidas a seguir.

No momento da aproximação de pequenos grupos em situação de rua em que se identificou a presença de uma mulher, no contato inicial com as possíveis participantes da pesquisa que seriam entrevistadas, era percebido um incômodo pela presença feminina da pesquisadora e que estava interessada em conversar com outras mulheres (que sempre eram minoria nestes grupos). Havia comentários em tom de brincadeira dos homens que presenciavam o convite para que a mulheres participassem da pesquisa, de que queríamos ouvir apenas as mulheres.

Em todas as entrevistas, houve a presença de homens que permaneceram próximos durante a sua realização. Em algumas gravações, no momento da transcrição foi possível ouvir suas vozes ao fundo tecendo comentários e opinando sobre as perguntas feitas às entrevistadas. A maioria destas ficaram inaudíveis, entretanto, na entrevista com a participante A5, quando perguntado sobre “como você gostaria que as pessoas te vissem”, um homem interrompeu a entrevistada e fez sugestões de melhorias para a “periferia do Banhado”, dizendo que deveria ter “uma escola para a criançada, um quiosque, um parquinho, um sorvete, uma padaria perto, uma lanchonete, entendeu? Uma cama quente, entendeu?”, possivelmente se referindo à pergunta anterior que foi feita, “como você gostaria que a cidade de São José dos Campos fosse?”.

Para Bourdieu (2022, p. 53), seria o “confinamento simbólico” em que as mulheres são colocadas em um “cerco invisível” que limita os movimentos e deslocamentos dos seus corpos no território, em detrimento dos homens que ocupam maior espaço, especialmente em “lugares públicos”. Quando as mulheres o ocupam, a sua experiência pode ser “uma prova terrível”,

sendo que a discriminação sofrida nestes espaços poderia levar a sua autoexclusão (Bourdieu, 2022, p. 71).

A dominação masculina tem seus “efeitos duradouros”, pois está inscrita nos “corpos dos dominados” por meio de um sistema de estruturas de dominação e suas disposições adaptadas a esta ordem (Bourdieu, 2022, p. 73). Contudo, para a mulher em situação de rua, a autoexclusão não é uma opção. A rua é seu território de sobrevivência e sustento, o que reforçaria a condição de submissão masculina e a desigualdade na sua circulação.

As entrevistas ocorreram com este “cercamento” masculino do espaço onde estávamos — pesquisadora e entrevistada — causando um desconforto em ambas, que pode ser evidenciado nas respostas das entrevistadas sobre “como é ser mulher na rua”, em que as entrevistadas não falaram abertamente sobre o assunto, respondendo de forma velada.

As participantes não descreveram as experiências vivenciadas, apenas utilizaram expressões como “tudo é mais difícil, em vários sentidos”, “é meio difícil fica na rua”, “é difícil”. A palavra difícil se repetiu nas narrativas, contudo, não foram descritas pelas participantes situações vivenciadas que representam essa dificuldade imposta pelo gênero.

Assim, seria um tensionamento do espaço público de dominação masculina uma mulher ocupando-o, na posição de pesquisadora detentora de certo capital cultural em relação ao grupo de pessoas em situação de rua e que atribui a outra mulher a posição de poder ao ser entrevistada. Contudo, isto não ocorre sem resistência.

A entrevistada A1, por exemplo, aceitou participar da pesquisa e quis realizar a entrevista onde já estava quando foi abordada. Ela estava deitada na calçada junto com seu companheiro, que estava deitado atrás dela. Inicialmente ela permaneceu deitada, e com o andamento da entrevista ela se sentou, enquanto o seu companheiro permaneceu dormindo. A entrevista com A1 também transcorreu com outros homens nos arredores do local onde estávamos, que prestavam atenção na entrevista e faziam comentários, mas que não foram audíveis na gravação para serem transcritos. Na parte da entrevista em que se pergunta sobre a situação da mulher na rua, A1 responde:

Pesquisadora: *Como é ser mulher na rua?*

Entrevistada A1: *Péssimo... péssimo, péssimo, péssimo... num sei nem te falar, é péssimo.*

P: *Você acha que tem diferença entre o homem e a mulher na rua?*

A1: *Muito... muito... homem é mais fácil, né. **A muié tudo é mais difícil, em vários sentidos, entendeu?***

As entrevistadas A3 e A4 dão indicações do que seriam os “vários sentidos” sobre ser mulher na rua quando abordam as dificuldades com atividades cotidianas como cuidar da sua higiene pessoal, como o banho e a menstruação:

Pesquisadora: *Como é ser mulher na rua?*

Entrevistada A3: *Muito diferente, porque **é meio difícil ficar na rua, a mulher, é, pra homem é mais fácil, eu acho.***

P: *Por quê?*

A3: *Porque a mulher fica menstruada, essas coisas, às vezes não tem absorvente, não tem lugar pra tomar banho.*

P: *Tem coisas na sua rotina que você vê que é diferente do homem?*

A3: *É muito diferente, às vezes a gente quer ir no banheiro não tem., às vezes tem que ficar apertado.*

P: *Falando da experiência da mulher, tem alguma coisa que você sente falta?*

A3: *Só da minha família, bastante.*

A participante A4 menciona o aspecto da higiene pessoal e prossegue se referindo à necessidade de a mulher ter seu “espaço”, o qual ela afirma não ter. A ausência deste espaço para A5 se deve ao fato de a rua ter muita “maldade” e “safadeza”, havendo a necessidade de “dormir com um olho aberto e outro fechado”:

Pesquisadora: *Como é ser mulher na rua?*

Entrevistada A4: *Ah, **é difícil né, porque a gente é mulher, né** (é interrompida por uma mulher que diz que tem alguém a procurando, responde que vai depois). **É difícil, né, porque a gente é mulher, é complicado, né, complicado memo, de verdade.***

P: *Complicado em que sentido?*

A4: *Ah, em tudo, pra tomar um banho, pra arrumar alguma coisa, **é difícil a gente mulher, a gente mulher, a gente tem que ter o nosso espaço, né.***

P: *E esse espaço você acha que não tem?*

A4: *Não tem, **é muita maldade na rua, muita safadeza.***

P: *Como assim, por exemplo, quando você fala maldade?*

A4: *Ah, muita maldade, as pess, homem, tanto homem, como mulher, entendeu? **Na rua você não tem paz não, você tem que dormir com um olho aberto e outro fechado.***

P: *Você acha que tem alguma diferença [o homem e a mulher] no dia-a-dia?*

A4: *Tem muita diferença, né, muitas coisas diferente.*

P: *Como você gostaria que fosse? Se fosse pra ser diferente?*

A4: *Ah, queria ter uma casa, trabalhar e viver em paz, sair da rua, sair dessa vida, desse inferno.*

5.4 O corpo feminino na rua: territórios de violência

A violência de gênero perpassa as trajetórias de todas as participantes desta pesquisa, sendo elas mulheres cisgênero e travesti. As identidades femininas na vivência da situação de rua têm seus corpos objetificados e estigmatizados. De acordo com Bourdieu (2022, p. 77, grifo do autor), na economia de bens simbólicos, ou seja, as relações de produção e reprodução do capital simbólico, as mulheres são objetificadas:

[...] as mulheres são negadas como sujeitos da troca e da aliança que se instauram através delas, mas reduzindo-as à condição de objetos, ou melhor, de *instrumentos simbólicos* da política masculina: destinadas a circular como signos fiduciários e a instituir assim relações entre os homens, elas ficam reduzidas à condição de instrumentos de produção ou de reprodução do capital simbólico e social.

As participantes narram situações de violência simbólica da objetificação de seus corpos, pois o corpo feminino na rua é atribuído ao domínio público. Quando não estão sob o domínio de um homem, estar sozinha representa um risco a sua própria segurança, isto é, o risco de sofrer uma violência:

Pesquisadora: *Como as pessoas veem você?*

Entrevistada A1: *As pessoas quer tratar a gente como animal, não trata a gente mais como era, entendeu? Pra eles a gente é, até pra, pra algumas pessoas acha que a gente é, vira até garota de programa, **trata a gente como uma garota de programa, mas não é.***

A entrevistada A5 menciona uma estratégia de sobrevivência que adota diante da possibilidade de sofrer uma violência:

Pesquisadora: *Como é para você a situação de rua?*

Entrevistada A5: *É completamente opressora, que nem, **a gente vive num campo minado**, assim, **tem que tomar cuidado por todo o lado**. Por isso que eu gosto do dia, né, aí anoitece, eu já fico, aí meu Deus! Fico um pouco preocupada.*

P: *Com a sua segurança?*

A5: *Isso, com a minha segurança.*

P: *Você dorme sozinha ou vocês dorme com outras pessoas?*

A5: *Durmo com outras pessoas, **eu tenho medo de dormir sozinha. E eu não gosto de dormir onde não tem câmera**, vai que, né. **Aí que loucura, né.***

P: *Você dorme perto da câmera?*

A5: *Lógico! Né, se alguém fizer algum mal pra mim, pelo menos a minha mãe sabe quem foi, né.*

P: *De certa forma, você sente que a câmera te protege?*

A5: *Se acha que não? Eu acho que sim, né. Tem um registro, tem uma base da onde você tirar se alguém fizer um homicídio, alguma coisa, tentativa.*

Contudo, estar na companhia de um homem não as desvincula da violência, quando não, pode intensificar as situações de violência e opressão, como afirmam as entrevistadas A5 e A2:

Pesquisadora: *Qual a sua condição de moradia atual?*

A5: *Tá péssima, né. Eu tô na rua. Tô morando na rua, tem dia, nossa! É, durmo com um senhor que vou falar pra você, igual a gente tava conversando, homem, é complicado. Eles, é, **até pra deitar na coberta deles, eles querem que a gente tenha uma relação sexual.***

P: *Tem que ter uma troca?*

A5: *Sempre, é difícil que não. É complicado, tem homem bom, eu entendo, mas assim, eles são sexuais, mais sexuais, sempre são, é difícil. Então, tem que ter um jeito de levar a vida, tem que entender pra você tá na rua não é fácil, **tem que aceitar sua situação porque se você ficar levando pra cabeça, cê fica louca.***

Pesquisadora: *Como era pra você viver em São José dos Campos, na época que você estava em situação de rua?*

Entrevistada A2: *Na época que eu tava em situação de rua era muito...ruim, porque é, eu sabia que, eu conhecia os lugares, eu tinha mais acesso, pra poder chegar na droga, porque conhecia aonde tinha as biqueira, aonde que vendia...e a população, a sociedade, toda em si, sempre com muito preconceito, principalmente pra mim que era mulher e usava crack, né. E viver na rua por ser mulher, é uma situação muito ruim, muito desagradável, porque até os próprios usuários de droga, a parte masculina se aproveitava muito da ideia da gente ser mulher, da gente estar, ser dependente química, de a gente estar na abstinência de usar a droga, de querer trocar muitas vezes um, um trago, uma droga, é, querer abusar da gente, **querer fazer o corpo da gente de moeda de troca pra usar a droga, então...era, é muito ruim ser usuária de droga, ser usuária de crack sendo mulher, principalmente sendo mulher. E aqui em São José dos Campos era, pra mim era motivo de ter mais vergonha ainda porque eu conhecia todo mundo, assim né, tinha as pessoas que eu conhecia, e às vezes eu ficava com muita vergonha, por né, **às vezes por, pelo fato de precisar usar a droga, de muitas vezes, acaba tendo que me prostituir por conta da droga, mas graças a Deus hoje eu tô liberta disso.*****

A entrevistada A2, que não se encontra mais em situação de rua, e sim domiciliada, tem sua trajetória marcada pelo uso do crack, o que a levou a ir de São José dos Campos - SP para a região da Cracolândia em São Paulo - SP. Estando naquele cenário do uso de crack, A2 conta que engravidou e que não pode ficar com o seu filho. Isto nos remete ao corpo feminino como

domínio público, uma vez que, no caso de A2, a ação do Estado se viu no direito de retirar-lhe seu filho. A perpetuação da violência novamente se reproduz.

Ainda, há situações como a da entrevistada A3, que advém de uma situação de violência anterior à situação de rua. Nesse caso, a rua, num primeiro momento, representou uma alternativa, mas que nestes territórios a violência se perpetua para o gênero feminino.

Para Saffioti (2015, p. 78), a violência de gênero se estrutura em uma organização social que privilegia o masculino, e no território domiciliar a violência doméstica é cometida pelo chefe da família, o homem, e quando a mulher o exerce é na função patriarcal “por síndrome do pequeno poder ou por delegação do macho”.

Pesquisadora: Como era sua vida antes de estar aqui.

Entrevistada A3: Antes era mais boa, tinha família, tinha casa, tinha meus filhos perto de mim. Agora fica difícil.

P: Você gostaria de falar um pouquinho como foi a sua trajetória para estar aqui, agora?

A3: É que minha mãe me bateu, ela enfiou a garrafa na minha cabeça, ela me bateu. Ela tem problema epilético, tem tudo.

P: Ai você veio pra cá?

A3: Ai eu vim pra cá. Ai eu fiquei no abrigo, desde domingo retrasado eu tô na rua.

5.5 A travesti: território da resistência

Mulher não, travesti! Foi assim que a participante A5 se apresentou, pois não se identificava como uma mulher transgênero, e sim como travesti. A linguagem é uma afirmação da identidade e uma forma de resistência no território da rua, que é tão violento e que mais mata pessoas trans e travestis no mundo (Pinheiro, 2022).

Segundo Carvalho (2018), a identidade travesti assume a categoria de *outsider*, de desvio moral em relação àquelas identidades transexuais que estariam ancoradas na categoria médica-psiquiátrica, de um desvio “mental”, levando-as a trajetórias distintas, uma vez que a travesti constrói sua trajetória de forma marginal, associada a rótulos como a prostituição.

A participante A5 informou se identificar com o gênero feminino, e suas narrativas, algumas já mencionadas anteriormente, trazem a experiência comum do corpo feminino no circular desigual no território pela ação da dominação masculina e vivência da objetificação do seu corpo.

Pesquisadora: *Você falou que fica com medo de ficar na rua, porque?*

Entrevistada A5: *Ah, eu tenho medo de alguma maldade de alguém. Principalmente por eu ser travesti, ou homossexual, o preconceito comigo, sabe? Eu sei que existe, né. Porque o nosso país, é um dos países que mais, né, mata mulheres, né. É realmente machista, é se sabe disso. Então, a gente assim, é entregue na mão de Deus, num é assim, né. Eu num entrego só na mão de Deus, eu me vigio, mas o meu medo é mais esse de alguém fazer uma maldade porque coisa errada eu não faço, eu não roubo, eu não faço mal pra ninguém, entendeu? Mas eu entendo o meu corpo num lugar, na terra, na sociedade e a maneira como os outros colocam eu, entendeu? Por isso que eu tenho alguns medos.*

Percebe-se a sobreposição de “desvios” que a identidade travesti representa neste território, vista como um corpo feminino que é objetificado, mas que é questionado e invalidado em sua vivência. Como a própria participante relata, sofre a discriminação das mulheres para usar o banheiro e, por vezes, é chamada por outros homens do grupo que pertence de “irmão”, ao passo que, igualmente às mulheres, corre o risco de ter seu corpo violentado.

5.6 Identidade feminina no espaço público: territórios do desvio

A visão que as pessoas que não estão em situação de rua têm sobre quem está nesta condição e sobre elas mesmas é algo que importa. A entrevistada A2 nos apresenta de maneira bastante clara o processo de reflexão e reconhecimento de si no contexto da rua. Ela considera elementos formativos da dignidade humana, e a ausência deles nesta condição, o que reordena sua identidade.

Ah! Eu já..já, num... nem... nem me via mais, nem me enxergava, porque..., eu já num... não gostava de ver espelho, já não gostava de ver imagem, já não existia mais esse... eu num, num me sentia como pessoa, como ser humano, então... num tomava banho, não escovava dente, vivia...né.

Outro aspecto que é levantado diretamente é do estigma e do sentido do desvio. Podemos, assim, considerar a população em situação de rua como uma população *outsider* (Becker, 2019) por ocupar o território da rua para a sua sobrevivência e sustento, algo que não é “esperado” para aqueles que não estão nesta condição: utilizar o espaço público como espaço privado, dormir em locais que são considerados espaços de passagem, recorrer as outros meios para o seu sustento, como o manguieio etc. Dessa forma, as narrativas evidenciaram o estigma (Goffman, 1981) que estas participantes sofrem por vivenciarem este território da rua de forma desviante, conforme se verifica nas falas das participantes A1, A2, A3, A4, A5:

Pesquisadora: *Como as pessoas veem você?*

Entrevistada A1: *As pessoas quer tratar a gente como...**como animal**, né... não trata a gente mais como era, entendeu... pra eles a gente é, pra algumas pessoas, acha que a gente é, vira até garota de programa... trata a gente como uma garota de programa, mas não é.*

Pesquisadora: *Como as pessoas veem você?*

Entrevistada A3: *Às vezes as pessoas xingam a gente, humilha a gente, **pensa que a gente é bicho**. A gente não é. Às vezes sai de perto da gente, não gosta de gente.*

Pesquisadora: *Como você gostaria que as pessoas te vissem?*

Entrevistada A4: **Igual um ser humano qualquer**, igual uma pessoa comum

Pesquisadora: *Como você gostaria que as pessoas te vissem?*

Entrevistada A5: *Ah, eu acho que no fundo, **vê a gente como um ser humano**. Só que não é da maneira como eles vê, é como eles acredita, como eles seguem a vida deles, e aí eles acabam ficando com raiva e julgando a gente como vagabundo, como nóia, usuário, tranqueira, é isso.*

P: *E você gostaria que fosse como?*

A5: *De algumas? Porque tem muitas que são boas. **Eu queria que as pessoas abrissem mais o coração e entendesse mais, conversasse mais**, né. A gente vive numa época que agora tudo é celular, tik tok, as pessoas não se conectam muito com o olhar, pra entender um pouco.*

Pesquisadora: *Como você gostaria que as pessoas te vissem?*

Entrevistada A2: *Naquela época eu achava que, eu queria elas me visse, e já pronta pra me ajudar, né, me dá um trocado, me dá alguma coisa que eu tivesse precisando naquela época, mas acho, hoje que eu acho que se eu tivesse, hoje eu queria que, se elas visse alguém com problema assim, que às vezes, uma conversa, uma palavra, né. Às vezes, não que é deixa de ajudar, né, porque às vezes você precisa daquela ajuda ali, naquele momento, **mas tem pessoas que falam: Não, você não pode ajudar o morador de rua, se não o morador de rua nunca vai sair da rua**. Mas, às vezes, aquele morador de rua, tá ali, pedindo aquele trocado, ali, naquele momento, aquela ajuda, ali, naquele momento, pra, às vezes, num fazer uma coisa pior, num prejudicar a vida de outra pessoa, num prejudicar a sua própria vida, porque, às vezes, ele tá pedindo pra num ter que rouba, que, né mata, num ter que, né, se prostituir, num ter que prejudicar alguém por causa do próprio vício, né. Mas, eu queria que as pessoas, que encontra essas pessoas na rua, ou na época que eu estava na rua, é, fosse mais humanas, tivesse mais, é...num digo, é calor humano, mas, eu digo mais compaixão, ter mais, ver mais, assim, que a gente tá naquela situação porque tá acontecendo algum problema com a gente, a gente não tá naquela situação porque a gente quer, e **a gente tá ali, porque a gente tá precisando de ajuda, tá pedindo socorro, mas não sabe pedir, então, é o jeito que tá ali, é jogado à própria sorte, jogado à própria morte, né, porque a gente tá ali, é gritando socorro, né, alguém me ajuda, né, mas a ajuda não vem**.*

Conforme observado por Maciel, Silva e Souza (2020), a gestão das cidades opera na ordem da necropolítica, e a desumanização da população em situação de rua considerada

“indesejável” reflete na formação de discursos que ratificam práticas de violência e negação de direitos.

Vieira, Bezerra e Rosa (1992, p. 100) assinalam que “o morador de rua assume de forma extremamente rígida o estigma lançado sobre si, utilizando os olhos da sociedade para avaliar sua condição social”. A forma que encontram para lidar com esses estigmas é identificar-se com papéis socialmente aceitos, podendo estar há anos na rua e se apresentarem como trabalhadores desempregados. E o sonho de constituir família como um projeto ligado às vivências do passado pode reafirmar a sua identificação com valores socialmente aceitos (Vieira; Bezerra; Rosa, 1992).

Assim, as pessoas em situação de rua podem evitar identificar-se com seus iguais, pois esta identificação reafirma os estigmas a eles impostos. Contudo, isto pode resultar em uma “dupla solidão: em relação ao seu passado e em relação ao seu grupo social” (Vieira; Bezerra; Rosa, 1992, p. 101).

5.7 A família: território dos afetos

Outro ponto comum evidenciado nas narrativas das entrevistas refere-se à família. Quando perguntado sobre suas inspirações e sonhos, surgem as figuras de mães, filhos, companheiros e o desejo de ter uma família, como uma dimensão afetiva que representa, em suas trajetórias, aquilo que as mobiliza a desejar outras possibilidades de vida. Segundo aponta Hutta (2020, p. 70-71):

[...] o afeto emerge dos encontros entre os corpos, que persistentemente “afetam” uns aos outros de formas benéficas ou prejudiciais, “alegres” ou “entristecedoras”. Ao indicar os encontros benéficos ou prejudiciais, o afeto é visto como um sinalizador de modificações da capacidade de agir dos corpos.
[...]

Portanto, pode-se pensar o mundo como composto de encontros, trocas e composições afetivas entre corpos heterogêneos, que persistentemente modificam as capacidades de agir um do outro. Os sujeitos humanos e outros corpos estão implicados nesse dinamismo afetivo, não apenas através de suas percepções ou experiências subjetivas, mas através da intensificação ou diminuição contínua das relações corpóreas.

Esses dados apontam, segundo a autora, para a possibilidade da dimensão afetiva como uma categoria de análise do território: “isso pede uma cartografia de nuances que trace a afetividade atravessando registros múltiplos, incluindo subjetividades, coletividades, arranjos espaciais, bem como configurações discursivas e institucionais” (Hutta, 2020, p. 75). Para

Vieira, Bezerra e Rosa (1992), a família pode permanecer como referência afetiva básica para a população em situação de rua, assim, as relações estabelecidas com os companheiros da rua não são necessariamente substitutas das relações familiares, havendo a idealização da figura da família como projeto de vida. O sonho de um projeto futuro de saída das ruas que inclua a constituição familiar também é evidenciado nas pesquisas de Marchi, Carreira e Salci (2013, p. 645): “formar novas relações ou resgatar relações anteriores [...] o termo família ainda tem um grande significado”. Isso também se evidencia no estudo de Biscotto *et al.* (2016) com mulheres em situação de rua acolhidas em um albergue municipal.

Pesquisadora: *Tem alguém que te inspira?*

Entrevistada A1: *Tenho, meus filhos, que me dá inspiração todo dia, pra mim tá respirando, só.*

P: *Quais são seus sonhos?*

A1: *Até em julho, o próximo mês é o que? Junho, então, até em junho, final de junho, até pro começo de junho, a gente tá dentro da nossa casa. A advogada entrar com um pedido, as criança voltar pra mim, ter uma casa, voltar a ter a minha vida, que trabalhar eu não posso trabalhar mesmo, por causa dos meus problemas de saúde, entendeu? Ter uma vida que, voltar a ser normal. Aprendi muita coisa, mas também, como aprendi coisa boa, também aprendi muita coisa ruim, e o ruim eu quero deixar pra trás. Tenho fé que pelo menos um mês, um mês e meio eu tô tendo a minha casa. O problema não é alugar a casa, o problema é o caução da casa, é isso que tá quebrando as minhas perna, se não eu já tava dentro de uma casa, mas eu vou tá, como ele saiu da cadeia agora, daqui dois mês a gente consegue pegar o RG dele e aí aluga a casa, é só isso que eu quero, até o natal, a gente tá dentro da nossa casa em nome de Jesus e melhorar a vida de todos, em nome do senhor Jesus.*

Pesquisadora: *Tem alguém que te inspira?*

Entrevistada A2: *Ah, a minha mãe me inspira muito. A minha mãe ela me inspira muito porque ela não desistiu de mim, ela que segurou na minha mão, ela que ficou comigo em todas as reunião, e todas às vezes que eu precisei passar no médico, né, ela nunca desistiu de mim. Ela todo dia, ela liga pra mim, me pergunta como que eu tô, ela sabe que eu tô bem, ela sabe que eu num corro risco de usar, mas ela tá sempre ali, atenta, pra ver se eu tô firme mesmo, e eu sei que isso daí, é uma preocupação de mãe, mas, é ela que me inspira, é por ela que fico limpa, e, é por ela que eu não quero usar droga nunca mais na minha vida.*

P: *Quais são seus sonhos?*

A2: *Ah, o sonho que eu tenho, é, de um dia conhecer meu filho, né. Vê o A., né, saber como ele é, poder explicar pra ele, que, a mãe dele na época, vivia doente nas ruas, por causa da droga, mas que Deus, através do tratamento, que foi o tratamento que eu fiz no SAMA. É, com ajuda do psiquiatra, psicóloga de lá, ajuda da psiquiatra, da psicóloga T. também. Tudo isso, foi um tratamento que eu fiz e graças a Deus hoje eu tô limpa, mas eu queria explicar pra ele que foi através de perder a guarda dele, de não ter ele, que eu consegui ter forças de me curar, de me tratar. Se hoje eu não faço uso mais de nada, se hoje eu me encontro bem, se eu hoje eu tenho emprego, se hoje tenho uma família, se eu hoje eu tenho vontade de viver, se hoje eu tenho*

*dignidade, foi através dele, porque foi pra conseguir, é, ter ele de volta, que eu, me dediquei, que eu corri atrás, que eu batalhei, então, **meu sonho é conhecer meu filho e ter saúde pra criar o meu outro pequeno, que tem dois anos.***

Pesquisadora: *Quais pessoas te inspiram?*

Entrevistada A3: ***Minha família, meu filho e minha filha. E meu namorado***

P: *Quais são seus sonhos?*

A3: ***Ter minha família de volta, ter minha vida de volta... meu marido bom.***

Pesquisadora: *Tem alguém que te inspira?*

Entrevistada A4: *Ah, não tenho não.*

P: *Quais são seus sonhos?*

A4: *Trabalhar, **ter uma família**, sair da rua, parar com tudo e viver em paz. Conquistar minhas coisinhas.*

Pesquisadora: *Quais pessoas te inspiram, que você sente admiração.*

Entrevistada A5: *Que eu admiro? Ah, eu admiro a Rihanna, a Gisele Bündchen, a Michele Obama, a esposa do Barack Obama (risos).*

P: *Tem algo nelas que te inspira?*

A5: *Humildade, que pessoas que vieram de... não porque veio de baixo, porque você pode tá na Zona Sul ou lá na Zona Norte, você pode ser humilde do mesmo jeito, você pode ser mais humilde tanto lá no alto do que lá embaixo, né, eu acho que a humildade é isso. São pessoas que são que não destrata o ser humano por causa do dinheiro, por causa da aparência, é isso, por isso que eu gosto delas, da Rihanna, Gisele Bündchen.*

P: *Quais são seus sonhos?*

A5: *Ser professora, colocar o meu silicone no meu peito, é, me erguer na vida, assim, ter um cantinho pra mim. Encontrar um... **vê se eu volto com o meu marido, senão ir atrás de outro que me faça feliz.** Isso, é essas questões. Ser feliz, ah, ter animais, trabalhar, é, é isso. Mas eu tô feliz, num é que eu não tô, eu só tô vivendo uma fase ruim, né. É mais isso.*

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou investigar as trajetórias identitárias femininas e a situação de rua, como este território historicamente de domínio masculino é apropriado por estas identidades, e nele constroem suas vivências e sociabilidades. A hipótese inicial desta investigação considerou que o gênero feminino na rua pode ser visto como um *outsider*, ou seja, identidades desviantes por apresentarem um “desvio” da norma social que destina o papel feminino ao espaço privado da casa.

Diante desta hipótese inicial, foi possível considerar que, de fato, mulheres em situação de rua podem ser vistas como *outsiders* e suas identidades serem atribuídas a um conjunto de representações negativas associadas a estereótipos de desumanização e objetificação de seus corpos. Neste sentido, percebe-se a importância das intersecções da raça, classe e identidades transgêneras nestas vivências. As participantes em sua maioria pretas e pardas e a identidade travesti relataram experiências de violências por possuírem corpos femininos e ocuparem o território de domínio masculino da rua.

Entende-se que as três principais contribuições teóricas desta pesquisa para o planejamento urbano e regional consistem, em primeiro, no estudo da relação entre o território e as representações sociais que geram discursos, disputas, conflitos e posicionam os sujeitos no território de acordo com o poder decorrente desta dinâmica. Vimos que as representações sociais em reportagens jornalísticas sobre a população em situação de rua exprimem discursos acerca das políticas públicas para este segmento, das violências sofridas por esta população, dos usos que fazem do território da rua e reforçam estereótipos e estigmas conectados com a história do nosso país e do crescimento dos centros urbanos, da herança escravocrata e racista e da marginalização das camadas pobres.

O segundo ponto consiste na compreensão acerca da apropriação do território por populações marginalizadas, aqui especificamente a população em situação de rua, e a construção de suas trajetórias identitárias a partir dos usos, estratégias e vivências do território. A pesquisa de campo aponta a importância de o planejamento urbano vincular o estudo da gestão das cidades com as sociabilidades dos sujeitos que vivem nestes territórios e desenvolvem uma dinâmica de trocas informais e de deslocamentos próprios.

Em terceiro lugar está a interseccionalidade do gênero na vivência do território da rua como um fator de vulnerabilidade que produz especificidades para a compreensão desta urgente questão social. Considerar os atravessamentos do gênero feminino como marcador social da diferença nos estudos sobre a população em situação de rua possibilitou identificar experiências

que se assemelham e que se diferenciam da vivência masculina e da vivência do gênero feminino que não está em situação de rua. Por exemplo, a desumanização relatada nas entrevistas — *“as pessoas quer tratar a gente como animal”* — é uma experiência comum para ambos os gêneros que estão em situação de rua. Já a objetificação dos corpos femininos em situação de rua pode se assemelhar às experiências vivenciadas por outras pessoas do gênero feminino que não estão em situação de rua.

Destaca-se que as aproximações para análise de semelhanças e diferenças nas trajetórias identitárias não desconsideram suas particularidades e o contexto dado, mas pode encontrar um ponto comum na vivência do gênero feminino, por exemplo: o machismo estrutural e as suas representações sobre o corpo feminino.

No que concerne às contribuições práticas desta pesquisa, observa-se que investigações microssociais, da vida cotidiana e suas sociabilidades, sobretudo, de populações marginalizadas, ainda são escassas na área do planejamento urbano e regional. No entanto, essa dimensão é essencial para o planejamento e a gestão das cidades. A população em situação de rua está indissociada da produção deste território.

Assim, intenta-se para as apropriações e usos que as pessoas em situação de rua fazem do território, especialmente, nos centros urbanos, que diferem das pessoas domiciliadas, e devem ser compreendidos para o planejamento da cidade e proposição de planos diretores e plano regionais, por exemplo. Como apontado nos achados desta pesquisa, os trabalhos informais realizados pela população de rua que compõe a economia dos centros urbanos, a insegurança e a violência que sofrem com a repressão policial, de comerciantes e transeuntes, a ausência de acesso a serviços e espaços da cidade, dentre as evidentes violações de direitos e a negação da sua condição de cidadão, são problemáticas que o planejamento urbano e regional tem como compromisso na gestão das cidades.

Ao passo que o termo “população em situação de rua” não contempla as diferentes vivências de estar em situação de rua, o recorte de gênero também não. No entanto, a intersecção do gênero na trajetória da situação de rua traz um ponto de convergência: a violência. Sendo a circulação no território uma característica desta população, o gênero constitui uma condição desigual no circular feminino. Neste sentido, as vivências das participantes da pesquisa evidenciam a dominação masculina, suas sociabilidades revelam uma assimetria de poder e a objetificação de seus corpos em suas trajetórias. Destaca-se como o “cercamento masculino” impactou nas entrevistas realizadas, uma vez que a recorrência da palavra “difícil” na fala das participantes ao relatar “como é ser mulher/travesti na rua” evidenciou como a vivência do gênero feminino no território da rua é permeado pela violência.

Ressalta-se que os atributos de gênero são produtores de desigualdades, as mulheres são minoria na situação de rua pelo papel de cuidado que exercem no âmbito doméstico e a motivação para a ida às ruas quando sofrem violência doméstica e intrafamiliar não representa a liberdade — como a pesquisa nacional aponta o gênero masculino tem a liberdade como uma de suas motivações —, e muito menos segurança, pois o corpo feminino ora se masculiniza como tentativa de evitar a violência, ora busca um companheiro homem para se proteger, no entanto, este companheiro também pode ser seu agressor. O gênero feminino incorpora representações desviantes no espaço público, pode ser associado à objetificação dos seus corpos, ao controle institucional com um maior número de internações psiquiátricas e à perda da guarda de seus filhos, à prostituição e até mesmo à completa negação da sua humanidade.

Desta forma, estar em situação de rua pode representar a negação dos direitos básicos e a violação do direito à cidade, e adicionar a camada da interseccionalidade de gênero representa lidar com as especificidades da exposição do corpo feminino no espaço público e exige diferentes estratégias de sobrevivência e redes de suporte.

As entrevistadas, mulheres cisgênero pretas e pardas e a travesti branca, em seus diferentes marcadores sociais de gênero e raça, demonstram que as suas trajetórias identitárias se cruzam na intersecção dos movimentos de expulsão para a rua e da subalternidade. Ainda assim, o ato de reexistir no território da rua se destaca em suas falas que desejam reconstruir laços familiares.

Pondera-se que as limitações da pesquisa envolvem a própria dinâmica da vida cotidiana das pessoas em situação de rua. Os contínuos deslocamentos a que são impostos pela remoção policial ou pela necessidade de conseguirem um abrigo que ofereça melhores condições para pernoitar, como também as estratégias de sobrevivência que requerem o mapeamento do território e a inventividade de novos percursos para adquirir uma doação de marmita, uma moeda ou uma bebida e, ainda, os trabalhos informais, a oportunidade de fazer um bico (trabalho eventual), todas estas dinâmicas estabelecem para quem vivencia a situação de rua um cotidiano de flutuações e incertezas. Portanto, a todo momento estão analisando o contexto e criando oportunidades de sobrevivência, de manter a vida sustentável.

Desse modo, a fluidez dos centros urbanos exige um olhar atento e ágil. Cada instante é valioso. A aparente inquietação quando se conversa com uma pessoa em situação de rua, na verdade, revela a sua habilidade de mapear o território e enxergar essas oportunidades contidas nas sociabilidades da cidade, como um transeunte aparentemente disponível para dar uma moeda, um comerciante que vai jogar fora um “lixo” que lhe pode servir de abrigo, um

caminhão que estaciona para fazer a descarga de material e surge a oportunidade do bico de carregador, e por aí vai.

Ocorre que encontrar a melhor oportunidade para a concessão de uma entrevista com a população em situação de rua pode ser um desafio, considerando que nesta pesquisa uma limitação foi realizar as entrevistas durante o dia — período de maior fluxo nos centros urbanos e por consequência maior atividade deste segmento —, uma vez que o anoitecer representaria um risco pessoal para a pesquisadora pela exposição do corpo feminino na rua.

Sobretudo, as mulheres, que são minoria neste grupo populacional, foram menos receptivas para as entrevistas gravadas, possivelmente em razão da hostilidade que a rua representa para o gênero feminino e da exposição da gravação de suas vozes, que pode significar uma ameaça para elas.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras na área do planejamento urbano e regional possam investigar os territórios de vulnerabilidades do gênero feminino em situação de rua e mapear as zonas de violência e maior exposição ao risco. Outro ponto a ser estudado consiste na cartografia dos usos e apropriações do território por mulheres e identidades femininas em situação de rua. Sugere-se que outro locus de pesquisa seja considerado por via institucional no Centro POP e abrigos para a população em situação de rua que atenda o público feminino, uma vez que se admite que a hostilidade vivenciada no território da rua possa impedir que algumas perguntas realizadas durante a entrevistada sejam respondidas pelo desconforto e o “cercamento masculino” que foi evidenciado nas entrevistas realizadas.

Denota-se, por fim, que as experiências das mulheres em situação de rua se diferenciam pelo recorte de gênero, pois os relatos das entrevistadas apresentam os atravessamentos da violência de gênero e da exposição de seus corpos por ocuparem um lugar que não lhes é de direito: a rua.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica. *In*: ABDAL, A. OLIVEIRA, M. C. V. *et al.* **Métodos de pesquisa em ciências sociais: Bloco - Qualitativo**. São Paulo: CEBRAP São Paulo, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, H.S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

BELCUFINÉ, D. C. São José dos Campos na fase sanatorial: humanidade e determinação. *In*: ZANETTI, V. (org.). **Fase sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 39-50.

BISCOTTO, P. R. *et al.* Understanding of the life experience of homeless women. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, n. 5, p. 749–755, set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420160000600006>

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, M. M.; AMADO, J.; PORTELLI, A. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1438>. Acesso em: 25 maio. 2023.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das Contravenções Penais. Brasília, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 [...] para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111258.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Decreto de 25 de outubro de 2006. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, [...] para a inclusão social da população em situação de rua. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/dnn/dnn11024.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. **Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília: Secretaria de Justiça e Cidadania do Paraná, 2008a. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua: Sumário Executivo**. Brasília: SAGI, 2008b. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/033.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **SUAS - Sistema Único da Assistência Social**. Brasília, 2009b. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua, v. 3, Brasília, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, 2012a. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua**. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2012b. Disponível em: <https://cetadobserva.ufba.br/pt-br/publicacoes/manual-sobre-o-cuidado-saude-junto-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Perguntas e respostas**: serviço especializado em abordagem social. SUAS e População em Situação de Rua, vol. 4. Brasília, 2013a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Perguntas_Servico_AbordagemSocial.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Capacita SUAS. Caderno 1. Assistência social: política de direitos à seguridade social**. Brasília: MDS, 2013b. 144p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/CapacitaSUAS_Caderno_1.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Tipificação Nacional de Serviços**

Socioassistenciais. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Organização da Sociedade Civil (OSC).** Brasília: Ministério da Fazenda, 03 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/extensao/osc>. Acesso em: 05 out. 2023.

BRASIL. **Acessar Comunidades Terapêuticas.** Brasília: Serviços e Informações do Brasil, 21 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acesar-comunidades-terapeuticas>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Previdência Social (MPS). **Benefício assistencial à pessoa com deficiência (BPC-Loas).** Brasília: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-a-pessoa-com-deficiencia-bpc-loas>. Acesso em: 30 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Centros de Atenção Psicossocial.** Brasília, [s./d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desme/raps/caps>. Acesso em: 05 out. 2023c.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede de Atenção Psicossocial.** Brasília, [s./d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desme/raps>. Acesso em: 05 out. 2023d.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CARVALHO, M. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, p. e185211, 2018.

CARVALHO, P. G. M.; OLIVEIRA, S. M. M. C. 10 Questões Metodológicas acerca da produção de estatísticas sobre a população em situação de rua. **Anais**, p. 1-21, 2019. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3024> Acesso em: 17 jan. 2023.

CHALHOUB, S. Cortiços. *In*: CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 17-68.

CHANCEL, L. *et al.* **World Inequality Report 2022.** Paris: World Inequality Lab, 2021. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/download/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CINTRA, C. M. **A arquitetura e a qualificação do espaço público. Arquitetura hostil e um estudo de caso no bairro da Saúde.** 2019. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/d814c2fe-5dfc-4acd-9a8a-d20b0a4723e7/TFG%20Claudia%20Mendon%C3%A7a%20Cintra%2011-12-2019.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.

COSTA, F. Só no frio: moradores de rua explicam por que vão ou não vão aos abrigos de SP. **UOL**, São Paulo, 17 jun. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/17/so-no-frio-moradores-de-rua-explicam-por-que-vaio-ou-nao-aos-abrigos-de-sp.htm#:~:text=%22A%20pessoa%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de,fiar%20em%20lugares%20como%20esse>. Acesso em: 15 out. 2023.

COSTA, S. M. F.; MARIA, M. G. Crescimento urbano e novas formas de urbanização na cidade de São José dos Campos. *In*: COSTA, S. F.; MELLO, L. F. (org.). **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Intergraf, 2010. p. 109-42.

CRUZ, N. R. **Espelho invisível**: a história que ninguém vê. 2016. 83 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2016.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. N. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. e223876, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876>. Acesso em: 08 abr. 2023.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEL PRIORE, M. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

DIAS, F. C. P. S. P. **Franciscanos e Dominicanos nos séculos XIII a XV**: sociedade e espiritualidade. 2018. 138 f. Dissertação - (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho. 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/60881>. Acesso em: 06 out. 2023.

DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Casa de Assis**. [s./d.]. São José dos Campos-SP. Disponível em: <https://diocese-sjc.org.br/vidapastoral/casa-de-assis/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

DI FLORA, M. C. **Mendigos**: porque surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Vozes, 1987.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESPÍRITO SANTO. **Glossário assistência social**. Espírito Santo: Coordenação de Estudos Sociais do Instituto Jones dos Santos Neves. out. 2009. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/cadernos/glossario-assistencia-social>. Acesso em: 05 out. 2023.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019.

FIRMINO, F. H.; PORCHAT, P. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 19, n. 1, p. 51-61, 2017. DOI: <https://doi.org/10.30715/rbpe.v19.n1.2017.10819>.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. São Paulo: LTC, 1981.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

GOOGLE MAPS. **Terminal Rodoviário Frederico Ozanam, São José dos Campos-SP**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nyKX6>. Acesso em: 16 ago. 2023a.

GOOGLE MAPS. **Praça Padre João, São José dos Campos-SP**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/hrxAF>. Acesso em: 16 ago. 2023b.

GOOGLE MAPS. **De Av. Princesa Isabel, 1235 - Santana...** Disponível em: <https://encurtador.com.br/mnRZ4>. Acesso em: 13 dez. 2023c.

HAESBAERT, R. Territórios, redes e aglomerados de exclusão. *In*: HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 279-336.

HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e exclusão territorial. *In*: HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território, e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 181-206.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HUTTA, J. S. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. **Caderno Prudentino de Geografia**, [s. l.], v. 2, n. 42, p. 63–89, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7883>. Acesso em: 13 ago. 2023.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **In Temporalis**, ano II, n. 3, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 02 maio 2023.

IGLESIAS, B. M.; FERREIRA, G. G. Experiências sociais de mulheres em situação de rua em Porto Alegre. **Serviço Social & Realidade**, v.31, 2022. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/4169>. Acesso em: 13 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2022 - Panorama**: mapas. Disponível em: [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=N33\[3549904\]&tema=1](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=N33[3549904]&tema=1). Acesso em: 10 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2020.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 13 jun. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Nota Técnica**: estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022). Disoc, fev., n. 103. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf. Acesso em: 21 abr. 2023.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L.; CARVALHO, S. V.. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 919–942, set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1192>.

KUSSLER, L. M. Arquitetura hostil e hermenêutica ética. **Geograficidade**, v. 11, n. Especial, p. 16-25, jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/29463>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *In*: ABDAL, A.; OLIVEIRA, M. C. V. *et al.* **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Bloco - Qualitativo. São Paulo: CEBRAP São Paulo, 2016.

LIMA, V. **A cidade que ninguém vê**. São Paulo: [s./n.], 2016.

LOPES, R. **Mulheres em situação de rua e os limites da cidadania burguesa**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2516>

MACIEL, L. M.; SILVA, M. G.; SOUZA, A. A. M. A população em situação de rua diante da pandemia: um estudo de caso ampliado entre São José dos Campos/SP e São Paulo/SP. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 8, n. 63, 2020. DOI: <https://doi.org/10.17271/2318847286320202514>.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 11-29, 2002.

MARCHI, J. A.; CARREIRA, L.; SALCI, M. A. Uma casa sem teto: influência da família na vida das pessoas em situação de rua/House without a roof: the family influence in the life of street people. **Ciência, cuidado e Saúde**, v. 12, n. 4, p. 640-647, 2013. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/22554/pdf_60. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARSICANO, A. C.; LEVINSON, E. Mulheres e as ruas: debate sobre gênero atravessado pela classe. *In*: RODRIGUES, I. S.; FERNANDES, D. C. (org.). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil - grandes cidades**. Curitiba: CRV, 2020. p. 93-112.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, N. R. *et al.* Representação social da tuberculose e do tísico na cidade de São José dos Campos (1930-1935). *In*: ZANETTI, V. (org.). **Fase sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 73-102.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F.. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 47–58, mai. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>. Acesso em: 02 maio 2023.

MELO, T. H. A. G. **A rua e a sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MENDES, M. V. B. **Os moradores de rua e suas trajetórias**: um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MOURA, Clóvis. **O Negro**: de bom escravo a mau cidadão? 2. ed. São Paulo: Dandara, 2021.

MOTA, M. E. L. **Ave vogueira**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

NEVES, D. P. Dossiê: Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua). **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 29, 8 out. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41699>. Acesso em: 25 abr. 2023.

NONATO, D. N.; RAIOL, R. W. G. Invisíveis sociais: a negação do direito à cidade à população em situação de rua. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 2, n. 2, p. 81-101, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-989X/2016.v2i2.1321>

OLIVEIRA, V. C. M. *et. al.* A elevação da aldeia de São José do Parahyba em 1767: o papel das vilas e aldeias paulistas no contexto político do Brasil colonial. *In*: PAPALI, M. A. (org.). **São José dos Campos**: de aldeia a cidade. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 73-92.

OLIVEIRA, J. O. S.; GOMES, C. Introdução à urbanização contemporânea: espaços e paisagens na região do Vale do Paraíba. *In*: COSTA, S. F.; MELLO, L. F. (Org.). **Crescimento urbano e industrialização em São José dos Campos**. São José dos Campos: Intergraf, 2010. p. 33-66.

OLIVEIRA, L. M. F. **O alcance da proteção social à população em situação de rua**: a fuga do paradigma do direito. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

OLIVEIRA, D. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

OXFAM. **A “sobrevivência” do mais rico**: por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades. Oxford, UK: Oxfam GB, 2023. Versão brasileira: Brief Comunicação. DOI: 10.21201/2023.621477. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/a-sobrevivencia-do-mais-rico/?gclid=CjwKCAjw0N6hBhAUEiwAXab->

TdgJRLXqWiwml_PETuHaJPgICA6DWVKT42dm-hi8KMeee28HVDu2CxoC2dYQAvD_BwE. Acesso em: 12 abr. 2023.

PAPALI, M. A. São José dos Campos: a vida na abolição (1888). In: PAPALI, M. A. (org.). **São José dos Campos: de aldeia a cidade**. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 121-148.

PAULA, Marise Vicente. De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in) visibilidade das mulheres negras. **Revista Latino-americana de geografia e Gênero**, v. 3, n. 2, p. 155-164, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/3257>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PEREIRA, V. S. **População de rua em Juiz de Fora: uma reflexão a partir da questão social**. 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

PINHEIRO, E. Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 23 jan. de 2022. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>. Acesso em: 13 ago. 2023.

PNUD. **Regional Human Development Report 2021: Trapped: High Inequality and Low Growth in Latin America and the Caribbean**. Nova York: One United Nations Plaza, 2021. Disponível em: <https://www.undp.org/latin-america/regional-human-development-report-2021>. Acesso em: 16 abr. 2023.

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, fev 1997.

PORTELLI, A. História oral como gênero. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 22, jun. 2001.

PORTELLI, A. História oral e poder. **Mnemosine**, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/viewFile/41498/28767>. Acesso em: 03 dez. 2023.

PRATES, J. C.; PRATES, F. C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, ano 11, n. 22, p. 191-215, 2011. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/g960541146j1n9YXCD3U.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

PRIORI, J. De mendigos a população: transformações nos modos de compreender a vida nas ruas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 19, n. 219, p. 109-118, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/50996>. Acesso em: 08 abr. 2023.

QUIROGA, J.; NOVO, M. Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: MDS; SAGI;

SNAS, 2009. p. 157-172. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

RESENDE, V. M.; SANTOS, A. A. A representação de pessoas em situação de rua quando vítimas de chacina: uma análise discursiva crítica. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 12, n. 2, p. 81–102, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/raled/article/view/33464>. Acesso em: 30 nov. 2023.

RIBEIRO, N. **Espelho invisível**: a história que ninguém vê. 2016. Disponível:

<https://biblioteca.univap.br/dados/00002b/00002bf6.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

ROCHA, V. F. J. *et al.* **Racismo estrutural**: trajetórias de vida de pessoas negras em situação de rua na cidade de Santos/SP. 2021. 154 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) — Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2021.

RODRIGUES, I. S. **A construção social do morador de rua**: o controle simbólico da identidade. 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2199>. Acesso em: 27 nov. 2022.

RODRIGUES, I. S. *et al.* A gênese social da situação de rua no Brasil. *In*: RODRIGUES, I. S.; FERNANDES, D. C. (org.). **Cidadãos em situação de rua**: dossiê Brasil - grandes cidades. Curitiba: CRV, 2020. p. 23-48.

RODRIGUES, W. F. R. Notas sobre a educação e a situação de rua. *In*: RODRIGUES, I. S.; FERNANDES, D. C. (org.). **Cidadãos em situação de rua**: dossiê Brasil - grandes cidades. Curitiba: CRV, 2020. p. 49-70.

ROSA, A. DA S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 19, n. 53, p. 275–285, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ROSARIO, Graziela Oliveira do. **Análise das condições e modos de vida de mulheres em situação de rua em Porto Alegre - RS**. 2015. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, M. C. L. Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo de recursos disponíveis no meio urbano.

In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Rua aprendendo a contar**: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: MDS; SAGI; SNAS, 2009, p. 139-156. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. **População**. [site eletrônico]. IBGE, Censo 2010. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/populacao/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. **Território**. [site eletrônico]. Secretaria Municipal da Fazenda, Fundação SEADE/IBGE, s.d. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/territorio/>. Acesso em: 16 jun. 2023a.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. **Localização**. [site eletrônico]. s.d. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/localizacao/>. Acesso em: 16 jun. 2023b.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. **Mapa**. [site eletrônico]. s.d. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/sao-jose-em-dados/mapa/>. Acesso em: 16 jun. 2023c.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. Prefeitura. **Unidades de atendimento social**. s.d. [site eletrônico]. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/apoio-social-ao-cidadao/unidades-de-atendimento-social/>. Acesso em: 13 jul. 2023d.

SÃO PAULO. **Visitas aos centros de acolhida para pessoas em situação de rua**. São Paulo: Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, 2019. 19p. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/wp-content/uploads/2019/12/Relat%C3%B3rio-Final-CDH-Visitas-a-Equipamentos-de-Acolhimento-para-a-PopRua.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SÃO PAULO. **Centro de acolhida em São Paulo: relatório das visitas de inspeção aos serviços para a população em situação de rua**. São Paulo: Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, 2021. 99p. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/comissao/comissoes-extraordinarias/comissao-extraordinaria-de-defesa-dos-direitos-humanos-cidadania/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SÃO PAULO. (Estado). **Metrópoles sustentáveis: cidadãos mais felizes**. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). dez. 2022. Disponível em: https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/?page_id=131. Acesso em: 13 jun. 2023.

SÃO PAULO. Decreto nº 62.149, de 24 de janeiro de 2023. Cria o Programa Reencontro e regulamenta a Política Municipal para a População em Situação de Rua [...]. **Secretaria do Governo Municipal**, São Paulo, 2023a. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62149-de-24-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 07 nov. 2023.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS. **Rede Socioassistencial**. São Paulo: SMADS, 08 ago. 2023b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassistencial/index.php?p=3200#:~:text=A%20Rede%20Socioassistencial%20%C3%A9%20uma,com%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20sem%20fins%20lucrativos.. Acesso em: 05 out. 2023.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. I Censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua - síntese dos resultados. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Rua aprendendo a contar**: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: MDS; SAGI; SNAS, 2009, p. 85-110. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

SECRETARIA DE APOIO SOCIAL AO CIDADÃO - SASC. **Plano Municipal de Assistência Social de São José dos Campos**: 2016-2018. São José dos Campos-SP: SASC, abr. 2017. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/media/49007/plano-municipal-de-assistencia-social.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SECRETARIA DE APOIO SOCIAL AO CIDADÃO – SASC. **Campanha orienta como acolher as pessoas em situação de rua**. São José dos Campos-SP: SASC, 28 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2023/setembro/26/campanha-orienta-como-acolher-as-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SECRETARIA DE APOIO SOCIAL AO CIDADÃO – SASC. **Nova fase da campanha ‘Não dê esmola, dê cidadania’ vai a igrejas**. São José dos Campos-SP: SASC, 17 nov. 2023b. Disponível em: <https://www.sjc.sp.gov.br/noticias/2023/novembro/17/nova-fase-da-campanha-nao-de-esmola-de-cidadania-vai-a-igrejas/>. Acesso em: 13 dez. 2023.

SENA, T. Moradores sem-teto reclamam de demora no atendimento e condições dos abrigos durante pandemia de coronavírus em SP. **G1**, São Paulo, 06 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/06/moradores-sem-teto-reclamam-de-demora-no-atendimento-e-condicoes-dos-albergues-durante-pandemia-de-coronavirus-em-sp.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. Campinas, SP: Cortez, 2009.

SILVA, S. G. *et al.* A fundação da cidade de São José dos Campos. *In*: PAPALI, M. A. (org.) **São José dos Campos**: de aldeia a cidade. São Paulo: Intergraf, 2010. p. 31-72.

SILVA, M. G. **Cartografia da resistência e do controle social**: trajetórias sociais da população em situação de rua em São José dos Campos - SP. Brasil (1980-2020). 2023. 198f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, 2023.

SOUZA, M. D. Sem informação, higiene e abrigos, população de rua de SP está vulnerável à covid-19. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/25/sem-informacao-higiene-e-abrigos-populacao-de-rua-de-sp-esta-vulneravel-a-covid-19>. Acesso em: 15 nov. 2023.

STOFFELS, M. G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TIENE, I. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais.** Campinas: Alínea, 2004.

TIENGO, V. M. **População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal.** 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/8768>. Acesso em: 01 maio 2023.

TOLEDO, W. **A representação das pessoas em situação de rua na Região Metropolitana de Vitória em reportagens do jornal A Gazeta/ES.** 2019. 166f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_13699_Comunica%E7%E3o%20e%20Territorialidades-dissertacao%20de%20mestrado-WELITON_TOLEDO_201920200227-141501.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALENCIO, N. *et al.* Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *In:* VALENCIO, N. (org.). **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil.** v. 2. São Carlos: RiMa, 2010. p. 53-72. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/04/SociologiaDesastres_VII_NEPED_CFP.pdf. Acesso em: 02 mai. 2023.

VÉRAS, M. P. B. (org.). **Desigualdades urbanas, segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras.** São Paulo: Paco Editorial, 2018.

VIANNA, P. C. A estância climatérica de São José dos Campos: condição natural ou construção social? Um resgate pela memória. *In:* ZANETTI, V. (org.). **Fase sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença.** São Paulo: Intergraf, 2010. p. 51-72.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (org.). **População de rua: quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: Hucitec, 1992.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução, teórica e conceitual. *In:* SILVA, t. t. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

WOLFFENBÜTTEL, A. **O que é? Índice de Gini.** 4. ed. 2004. Brasília: Ipea, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 10 jul. 2023.

ZAMBONI, M. Marcadores sociais da diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)**, v. 1, p. 14 - 18, 2014.

ZANETTI, V; PAPALI, M. A.; DEL OMO, M. J. A. O outro lado da doença: São José dos Campos em Tempos de Tísica. *In:* ZANETTI, V. (org.). **Fase sanatorial de São José dos Campos: espaço e doença.** São Paulo: Intergraf, 2010. p. 103-132.

JOVEM PAN NEWS. **Abrigos e solidariedade salvam quem vive nas ruas de São Paulo em dias frios.** [s.l.:s.n.], 30 jun. 2021. 1 vídeo (2:34 min). Publicado pelo canal Jovem Pan News. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J7gjsBJLPbQ>. Acesso em: 03. out. 2023.

GLOSSÁRIO

Abordagem Social: trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. É ofertado no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade e deve garantir atenção às necessidades mais imediatas das famílias e dos indivíduos atendidos, buscando promover o acesso à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas. A equipe deve buscar a construção gradativa de vínculos de confiança que favoreça o desenvolvimento do trabalho social continuado com as pessoas atendidas (Brasil, 2013a).

Acolhimento Institucional: acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. Deve estar distribuído no espaço urbano de forma democrática, respeitando o direito de permanência e usufruto da cidade com segurança, igualdade de condições e acesso aos serviços públicos (Brasil, 2014).

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS): unidades que prestam serviços de saúde de caráter aberto e comunitário, constituído por equipe multiprofissional que atua sobre a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial (Brasil, 2023c.).

Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP): previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em uma unidade de referência da PSE de Média Complexidade voltado especificamente para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua (Brasil, 2011).

Equipamento: o uso desta palavra no texto está associada ao conceito de equipamentos públicos (comunitários e urbanos), de acordo com a Lei Federal nº 6.779/79, consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, lazer e similares (Espírito Santo, 2009).

Ordens Mendicantes: organizações eclesásticas que surgiram durante o século XIII, entre elas a Ordem dos Frades Menores (Franciscanos) fundada por Francisco de Assis. São chamadas mendicantes devido ao ato de “mendigar” ou de auxiliar os mais necessitados e ao mesmo tempo que praticam estas ações devotam a sua vida em torno do seu voto de pobreza, desempenhando uma missão de evangelização (Dias, 2018).

Organização da Sociedade Civil (OSC): são entidades sem fins lucrativos que objetivam cooperar com o Estado no atendimento ao interesse público, visando produzir transformações mediante a promoção de direitos sociais, conscientização socioambiental e combate à exclusão social, sobretudo no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade (Brasil, 2022).

Proteção Social Especial (PSE): os serviços de Proteção Social Especial têm interface com o sistema de garantia de direitos e foco nas famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. A PSE prevê dois níveis: média complexidade e alta complexidade (Brasil, 2009b).

Proteção Social Especial de Média Complexidade: organizado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que são unidades públicas estatais que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos (Brasil, 2009b).

Proteção Social Especial de Alta Complexidade: os serviços de alta complexidade garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do convívio familiar e/ou comunitário (Brasil, 2009b).

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): conjunto articulado de serviços de saúde composto por CAPS, Atenção Básica, Urgência e Emergência, SRT e Unidades de Acolhimento, e tem por objetivo acolher pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2023d.).

Rede socioassistencial: a Rede Socioassistencial é uma política social constituída por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são prestados diretamente ao cidadão ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos (São Paulo, 2023b).

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, esta normativa padroniza em todo território nacional os serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais (Brasil, 2014).

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista

Código do formulário: _____

1. **Trajetória**

- 1.1. Como é para você viver em São José dos Campos.
- 1.2. Como é a sua rotina diária.
- 1.3. Qual a sua forma de sustento/trabalho.
- 1.4. Quais lugares que você frequenta/acessa na cidade.
- 1.5. Qual a sua condição de moradia atual.
- 1.6. Como era sua vida antes de estar aqui.
- 1.7. Como é a sua situação de vida atual.

2. **Ser mulher na rua**

- 2.1. Como você se vê hoje.
- 2.2. Como as pessoas veem você.
- 2.3. Como é ser mulher na rua.
- 2.4. Qual a sua visão sobre quem está na mesma situação que você.

3. **Relações sociais e comunitárias**

- 3.1. Quem são as pessoas do seu convívio e como você vê a sua relação com elas.
- 3.2. Quais pessoas te inspiram, que você sente admiração.

4. **Perspectivas**

- 4.1. Como você gostaria que a cidade de São José dos Campos fosse.
- 4.2. Como você gostaria que as pessoas te vissem.
- 4.3. Quais são seus sonhos, desejos, expectativas.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP.

Pesquisador Responsável: Thamires Vieira Martins de Melo

Equipe executora: Thamires Vieira Martins de Melo, Lidiane Maria Maciel e Fabiana Félix do Amaral e Silva

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

Telefones / E-mails para contato: (12) 988342173 / thamires.vmelo@gmail.com

Nome do participante: _____ R.G. _____ Idade: _____
 _____ anos Telef. de contato: _____ CÓDIGO FORMULÁRIO: _____

A Sr.^a está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa que tem como tema/título TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE CASO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP, de responsabilidade da pesquisadora Thamires Vieira Martins de Melo. Este estudo tem por objetivo estudar a construção das trajetórias identitárias de mulheres em situação de rua na cidade de São José dos Campos – SP, e entender como estas mulheres compreendem a sua trajetória na relação com o território.

Os benefícios de participação desta pesquisa estão ligados a evidenciar a situação vivida por estas mulheres que utilizam a rua como moradia e vivência com enfoque em abordagens que permeiam os conceitos de planejamento urbano, território e a construção de identidades. A pesquisa beneficiará também a ampliação do debate conceitual nas esferas sociais, acadêmicas e científicas acerca da realidade vivida por esta população, auxiliando na melhor compreensão destas realidades e na discussão de estratégias de políticas públicas direcionadas à mulher em situação de rua.

Sua participação consistirá em entrevistas com o uso de roteiro de perguntas. Solicitamos sua autorização para, durante a realização da pesquisa, gravar somente em áudio (o áudio será gravado digitalmente para posterior transcrição e armazenamento digital em pasta com senha), sendo que você pode não autorizar este registro e pode, a qualquer momento, retirar a autorização dada. Estes áudios serão utilizados apenas nesta pesquisa e em nenhum momento permitirá a sua identificação. Caso você não autorize gravar em áudio, você não poderá participar desta pesquisa.

Durante sua participação pode ocorrer um possível desconforto ou ansiedade relacionada ao processo de resposta das perguntas, em que pode vir à tona, por exemplo, memórias traumáticas. Para minimizar esses riscos, utilizaremos códigos para manter preservada a sua identidade; realizaremos a entrevista de maneira tranquila, atenciosa e calma em que você poderá realizar pausas caso julgue necessárias e recusar a responder às perguntas caso haja incômodo/desconforto de qualquer natureza. A entrevista será realizada em local reservado, ou onde a senhora se sentir confortável e segura, privilegiando os espaços públicos, tais como parques, ruas e praças. Sempre respeitando as questões éticas necessárias nas entrevistas. O encontro para a entrevista, terá a presença unicamente da pesquisadora e da participante. Garantimos o sigilo e a confidencialidade das informações que a senhora fornecer e a sua privacidade na pesquisa, quanto a isso, seremos cuidadosas na análise e descrição de resultados preservando a sua identidade. Antes do início da entrevista, o TCLE será lido na íntegra para que a senhora tenha ciência do estudo, de sua participação, bem como das perguntas e dos riscos da pesquisa ou para esclarecer quaisquer dúvidas. Só depois de sua autorização é que a entrevista será iniciada. Esse Termo será assinado em duas vias. Recomenda-se à senhora guardar uma via deste documento. Caso alguma das participantes desta pesquisa apresente dificuldade na leitura e

assinatura do TCLE, a pesquisadora utilizar-se-á do registro de seu consentimento através de um gravador, onde ficará registrado a leitura do TCLE e o aceite do indivíduo, conforme a resolução 510/2016 artigo 2º XXII, que prevê que o registro do consentimento ou do assentimento: documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas.

A qualquer momento, a senhora pode se recusar a participar e se retirar da pesquisa, sem constrangimentos, penalidades ou qualquer prejuízo. As informações e materiais obtidos nesta pesquisa não poderão ser utilizados para outras finalidades que não sejam a desta pesquisa científica.

No caso de gastos decorrentes da participação nesta pesquisa (por exemplo, transporte e alimentação), a senhora e o seu acompanhante serão imediatamente e integralmente ressarcidos de todos os gastos. No caso de algum dano, imediato ou tardio, decorrente desta pesquisa, a senhora tem direito de ser indenizada pela pesquisadora e/ou patrocinador desta pesquisa, bem como a ter assistência gratuita, integral e imediata.

Sempre que desejar, a senhora poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com a pesquisadora responsável ou equipe executora pelo telefone: (12) 98834-2173 e pelo e-mail: thamires.vmelo@gmail.com. A senhora também pode entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), corresponsável por garantir e zelar pelos direitos do participante da pesquisa, pelo telefone (12) 3947-1111, pelo e-mail cep@univap.br ou pessoalmente na Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova – Bloco 11 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento II, sala 13, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h.

Este termo está elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pela participante da pesquisa e pela pesquisadora, sendo uma das vias entregue à participante.

Eu, _____, fui informada e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

São José dos Campos, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura da participante Nome e assinatura da pesquisadora

Testemunha Testemunha

APÊNDICE C - LEVANTAMENTO COMENTÁRIOS YOUTUBE

Descritores: população em situação, pessoas em situação de rua, morador em situação de rua, morador de rua Período: 2019 - 2023 SBT: https://www.youtube.com/@SBTNews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua Jovem Pan: https://www.youtube.com/@jovempannews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua										
Nº	Cód.	Canal	Temática	Título Notícia	Data	Descrição	Nº Comentários	Comentários selecionados por palavras-chave: quer*, decid*, escolh*, prefer*, trabalh*, responsab*, regras; liberdade; vagabundo(s); preguiça; gosta.	Nº comentários selecionados	Link
1	J1	Jovem Pan News	Covid-19	Moradores de rua tem avanço de novo vírus e sofrem com isolamento	26/03/2020	1108 visualizações 26 de mar. de 2020 #JovemPan #JornalDaManhã Moradores de rua tem avanço de novo vírus e sofrem com isolamento.	5	Vocês não trabalham mesmo . Estão no lucro	1	https://www.youtube.com/watch?v=37c0mEt7SUUM
2	J2	Jovem Pan News	Frio (condição climática)	Abrigos e solidariedade salvam quem vive nas ruas de São Paulo em dias frios	30/06/2021	1.665 visualizações 30 de jun. de 2021 #JovemPan #JornalDaManhã Prefeitura de São Paulo amplia ações de atendimento e acolhimento para moradores de rua da capital paulista durante o inverno. Atualmente, mais de 24 mil pessoas não têm casa na capital.	6	Eles querem comida...cama...cobertor e liberdade para viajar dentro do albergue... todo ano essa época chega, todos sabem que vai ter frio e ficam falando mesmas coisas de sempre, pq não se organizam antes da temporada de frios já pensando nos desabrigados? eles próprios não querem ser acolhidos, preferem viver na rua pq não tem regras etc , quem não respeita regras, só existe um unico local, as ruas; Eu já dormi nesse albergue ou melhor, também dormi no albergue do outro lado também éramos oubrigados a entrar 20 horas éramos oubrigados a levantar 3 da madrugada, tinha um baixinho que pegava uma barra de ferro e batia nas grades de ferro e gritava lenvanta cambada de vagabudos! Essa é o motivo de muitos não quere ir para la graças a Deus dei a volta por cima e hoje tenho minhas casas que conquistei com muito sofrimento não acredite nessas propaganda de prefeitura eles mentem para elas moradores de rua são apenas vermes que não serve para nada?	3	https://www.youtube.com/watch?v=77ajsR1L-PbQ
3	J3	Jovem Pan News	Número PSR	Polzonoff: "Quanto vínculos afetivos é preciso quebrar para não ter ajuda nenhuma e ir para rua?"	24/01/2022	1.475 visualizações 24 de jan. de 2022 #JovemPan O comentarista Paulo Polzonoff analisa a notícia de que a população em situação de rua na capital paulista saltou 31%, segundo dados do Censo da População em Situação de Rua da prefeitura de São Paulo, divulgado na noite de domingo.	19	Infelizmente a maioria dos moradores de rua são pessoas embriagar ou dependentes químicos. A exploração de crianças e animais é um absurdo. Muito triste e a maioria não quer ir para abrigo pois não querem cumprir com seus deveres . Conheço pessoas que tem familiares que estão dispostos a ajudarem, mais infelizmente muitos não querem não e só problema de dinheiro não , e nem só por problema na economia. A paetir do momento que chamaram essss pessoas de morador de rua criaram uma nova classe social. A coisa ficou tao grave que se corre o risco de agressao pois cada um se acha dono do pedaco. Existe pessoas que estao nas ruas as vezes por causa de vicios outras por que as vezes vao em busca de emprego sao roubadas sem documentacao sem dinheiro com fome as vezes perdem a memoria e nao conseguem voltar para familia. Mas dizer eue rua e morada serviu para estimular essa situacao . Sugerir e ate fiz um ante projeto e ebtreguei a varios pref em Salvador no sentido de recolher recuperar e colocar no mercado de trabalho conhecem tudo de rua poderiam ajudar muito.	3	https://www.youtube.com/watch?v=rd8Su2X_xkOk
4	J4	Jovem Pan News	Covid-19	Apenas 19% das pessoas em situação de rua estão em abrigos	01/04/2022	2.098 visualizações 1 de abr. de 2022 #JovemPan #JornalDaManhã A pandemia da Covid-19 fez o número de desabrigados crescer consideravelmente em todo País, e na região a situação não foi diferente. Cerca de 31 mil pessoas vivem em situação de rua e estão em abrigos.	15	O pior é que muitas pessoas preferem ficar nas ruas por ser uma opção mais fácil do que ir para abrigos! A qui na minha cidade fica na rua quem quer , tem lugar adequado para eles mas mesmo assim muitos estão na rua	2	https://www.youtube.com/watch?v=eiWQ9rreFYPY
5	J5	Jovem Pan News	Número PSR	Pesquisa da UFMG mostra aumento de pessoas em situação de rua	10/06/2022	5.516 visualizações 10 de jun. de 2022 #JovemPan #JornalDaManhã Um levantamento feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aponta que a população em situação de rua no Brasil cresceu neste ano. De acordo com os dados do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (POLOS-UFMG) mostrou que, apenas na cidade de São Paulo, são 42.240 pessoas vivendo nas ruas.	28	Vejo muitos desses moradores de rua com o seguinte cartaz: preciso de comida, me ajude; preciso de ajuda; preciso disso e daquilo...mas até hoje nunca vi um com um cartaz com a seguinte mensagem: preciso de um emprego , preciso trabalhar; quero trabalhar; quero uma oportunidade de emprego; preciso de um serviço. VAI LÁ E PERGUNTA PRA ELES DEBAIXO DAS BARRACAS SE QUEREM TRABALHAR. SE ESTÃO PRECISANDO DE EMPREGOS. BANDO DE MALANDROS...	2	https://www.youtube.com/watch?v=ak2RoRkUyCY

<p>Descritores: população em situação, pessoas em situação de rua, morador em situação de rua, morador de rua</p> <p>Período: 2019 - 2023</p> <p>SBT: https://www.youtube.com/@SBTNews/search?query=populac%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua</p> <p>Jovem Pan: https://www.youtube.com/@jovempannews/search?query=populac%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua</p>										
Nº	Cód.	Canal	Temática	Título Notícia	Data	Descrição	Nº Comentários	Comentários selecionados por palavras-chave: quer; decid; escolhi; prefer*; trabalh*; responsab*; regras; liberdade; vagabundo(s); preguiça; gosta.	Nº comentários selecionados	Link
6	J6	Jovem Pan News	Habitação, abaixo assinado contra construção de casa para PSR	Vizinhos fazem abaixo-assinado contra projeto que prevê casas para moradores de rua em SP	13/06/2022	9993 visualizações 13 de jun. de 2022 #JovemPan Residentes do Bom Retiro, região central de SP, reclamam de um projeto da Prefeitura que prevê a construção de casas para moradores em situação de rua.	111	<p>Também estou com esses moradores. É como se eu tivesse deixando um esturapador dentro do quarto dos meus filhos. Na verdade, esses moradores de rua tem seus familiares, mas querem viver assim, nas ruas.</p> <p>Poderia retirar esse pessoal para um lugar bem afastado do centro. Tipo uma ilha no meio do nada, porque eles não querem a cura.</p> <p>Tem muitos moradores de "rua" que vivem nas ruas porque querem. A maioria são drogados.</p> <p>Para quem tem família e não são traficantes e não usam drogas, sim.</p> <p>Para drogados não.</p> <p>Para drogados interseção compulsória já.</p> <p>Usam drogas porque querem.</p> <p>esses moradores de rua nao querem saber de trabalhar e nem ser inserido na sociedade, vão dar casa de graça e eles serem sustentados pelo estado sem dar nada em troca, coisa de esquerda isso aí, te que dar trabalho, e daí sim eles compram suas casas</p> <p>Eu trabalhei a vida TD não tenho casa e um bando de noias, vagabundos e bandidos vão ter???? Isso é revoltante, onde assim esse abaixo assinado contra esse absurdo?</p> <p>Mas se eles não trabalham, como vão pagar imposto, água e energia???? Ou vai ser tudo de graça???? Se fixarem essas moradias, é um pretexto para nunca mais saírem de lá. Coitado dos vizinhos!!! E aqueles q perderam a casa nas enchentes, tbém vão ganhar casa????</p> <p>Por que não levar está população a lugar mais verde criar comunidades agrícolas com moradia. Dá trabalho e moradia é mais justo. Que tal a prefeitura e governador de São Paulo começar um projeto para valorizar mais estes bairros e a região central abandonada por eles. Hoje temos uma população de Rua em Sampa de 32.000 segundo dados divulgados hoje pela manhã.</p> <p>Tem que dar casa para trabalhadores não pra cracudos VAGABUNDOS</p> <p>À casa verde e amarela ninguém consegue comprar agora fazer casas com dinheiro público é fácil essa raça não trabalha não pagam imposto fala sério</p>	9	https://www.youtube.com/watch?v=eaDcb-7V4jQ
7	J7	Jovem Pan News	Número PSR	cresce o número de moradores de rua em todo Brasil	16/06/2022	7087 visualizações 16 de jun. de 2022 #JovemPan O número de moradores de rua não para de crescer. Atualmente, são 180 mil pessoas em situação de rua, sendo 42 mil somente em São Paulo. Levantamento da UFMG também apontou que 65% dos moradores de rua são negros ou pardos.	139	<p>Essas pesquisas são todas falsas, essas pessoas ficam na rua porque não querem fazer nada.</p> <p>São Paulo tem a maior cracolândia e esses viçados não querem sair de lá, tudo isso graças as medidas de liberação das drogas que os partidos de esquerda tentam implementar no país.</p> <p>É preciso trabalhar com as famílias. Nada de facilitar a vida na rua fazendo doações de qualquer espécie. Incentiva o aumento dessa população. A rua é o espaço de ir e vir. Ser radical em certas situações é um ato de amor pelo próximo.</p> <p>Esse problema dos moradores de rua é de fácil solução. Com certeza 90% delas são oriundas de outros Estados. Foram p SP atrás de trabalho, sem qualificação nenhuma e sem dinheiro p voltarem às suas cidades de origem foram ficando p ai. É só mandá-las de volta p as cidades delas.</p> <p>VOCE SABIA QUE TEM GENTE QUE TEM CASA E MORA NA RUA EU MESMO CONHECI UMA FAMILIA INTEIRA COM CASA E MORA NA RUA PQ GANHAM MAS E NAO PRECISA TRABALHA</p>	5	https://www.youtube.com/watch?v=iaUxiCwbjIU
8	J8	Jovem Pan News	Frio (condição climática)	Prefeitura de SP tem planejamento para moradores de rua	21/06/2022	471 visualizações 21 de jun. de 2022 #JovemPan #JornalDaManhã Para enfrentar o frio intenso que está para chegar nesta semana, a Prefeitura de São Paulo detalhou parte do plano elaborado para tentar abrigar quem vive em situação de rua. Na capital, cerca de 2.000 vagas foram abertas em centros esportivos, albergues e hotéis.	4	<p>Colocar tudo numa fazenda pra desintoxicar, trabalhar, produzir e voltarem a serem ser humanos dignos! Para os que querem se recuperar! Isso é uma assistência social!</p>	1	https://www.youtube.com/watch?v=Zpeaf6G00F_4
9	J9	Jovem Pan News	Programa Reencontro - Prefeitura SP	Major Palumbo fala sobre projeto da prefeitura de pagar salário para quem abrigar moradores de rua	10/07/2022	4327 visualizações 10 de jul. de 2022 #JovemPan O vereador Major Palumbo (PP-SP) fala com o Jornal da Manhã, da Jovem Pan News, sobre um projeto de lei que estipula um pagamento de salário para quem abrigar moradores de rua foi aprovado nesta quinta-feira pela Câmara Municipal de São Paulo.	72	<p>A maioria dos moradores de rua estão nas ruas porque querem, possuem famílias e poderiam voltar a qualquer momento. Até parece que vão querer ir pra casa de um estranho. Só se for pra pegar o salário e continuar gastando na rua. Ideia de jerico</p>	1	https://www.youtube.com/watch?v=h0iDqi-NWCQ
10	J10	Jovem Pan News	Número PSR	Quais as medidas necessárias para diminuir o número de moradores de rua em SP? PROS E CONTRAS	12/07/2022	2.625 visualizações 12 de jul. de 2022 #JovemPan #JornalDaManhã O número de moradores de rua vem aumentando na cidade de São Paulo. Para debater caminhos para diminuição de moradores de rua, dependentes químicos e criminosos nas ruas debateram a delegada Raquel Gallinati e o advogado Ariel de Castro Neves.	27	<p>Moradores de rua em Madrid na espanha não gostam e não vão para abrigo a não ser no inverno... eu falo isso é falo com propriedade...vivi 4 anos e 8 meses nas ruas de Madrid e conheci de tudo e todos e existem muitissimos espanhol na rua não é somente estrangeiro</p> <p>São Paulo é muito grande. Fazendas para diversas condições. Usar container e empregos para as pessoas trabalharem no mesmo lugar, ajudando a todos.</p>	2	https://www.youtube.com/watch?v=akM5a0Pm9k

<p>Descritores: população em situação, pessoas em situação de rua, morador em situação de rua, morador de rua</p> <p>Período: 2019 - 2023</p> <p>SBT: https://www.youtube.com/g/SBTNews/search?query=populac%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua</p> <p>Jovem Pan: https://www.youtube.com/@jovempannews/search?query=populac%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua</p>										
Nº	Cód.	Canal	Temática	Título Notícia	Data	Descrição	Nº Comentários	Comentários selecionados por palavras-chave: quer*, decid*, escolh*, prefer*, trabalh*, responsab*, regras; liberdade; vagabundo[s]; preguiça; gosta.	Nº comentários selecionados	Link
11	J11	Jovem Pan News	Habitação, Vila Reencontro (casas modulares 18m² para até 4 pessoas)	Ricardo Nunes entrega 350 casas modulares destinadas a moradores em situação de rua em SP	27/07/2022	4896 visualizações 27 de jul. de 2022 #JovemPan Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB) entrega nesta quarta (27) 350 casas modulares, que serão destinadas a moradores em situação de rua. Os imóveis ficarão na região central da cidade.	27	Tudo isso pra dar mais moleza pra vagabundos!	1	https://www.youtube.com/watch?v=Emu6PPfvD0
12	J12	Jovem Pan News	Número PSR	Pesquisa indica que brasileiros percebem aumento da pobreza e miséria	13/08/2022	1243 visualizações 13 de ago. de 2022 #JovemPan #JornalDaManhã Pesquisa indicou que brasileiros têm percebido o aumento da pobreza e da miséria nas ruas. Em evento, Pe. Júlio Lancelotti propôs projeto para diminuir os benefícios de políticos e distribuir o montante para populações carentes e em situação de rua.	25	<p>Podê ter certeza que não estão na rua por ser pobre. Boa parte são aventureiros ou aqueles seres que não querem nada com nada. Passe nesses lugares e ofereça um serviço para ver se alguém quer. Porque o pobre trabalhador ele enfrenta qualquer coisa. Ele tem quem o ajude, porque por mais pobre que você seja sempre tem quem tem te estenda a mão.</p> <p>O nosso Brasil está cheio de folgado, onde pegam o dinheiro oferecido pelo governo ou seja o nosso dinheiro. Porque tudo isso sai dos impostos cobrados de nós que trabalhamos. E vão gastar com drogas, bebidas.</p> <p>Enfim estamos com muitos vagabundos nas ruas, pobres posso apostar que não.</p>	1	https://www.youtube.com/watch?v=CnQnY7Ry6Q
13	J13	Jovem Pan News	Covid-19	Pandemia faz aumentar o número de moradores de rua em São Paulo	17/08/2022	4377 visualizações 17 de ago. de 2020 #JovemPan #JornalDaManhã Pandemia faz aumentar o número de moradores de rua em São Paulo.	16	<p>Tem alguma pesquisa que mostra qual a cidade natal deles e se são viciados e m drogas ou não?</p> <p>O interessante é que a maioria não querem ir para abrigos ou tratamento anti drogas. Preferem a rua.</p>	1	https://www.youtube.com/watch?v=chOraLMQbtRo
14	J14	Jovem Pan News	Frio (condição climática)	Estação Pedro II do metrô de SP abriga pessoas em situação de rua	30/08/2022	1510 visualizações 30 de ago. de 2022 #JovemPan #JornalDaManhã Com a chegada de uma nova frente fria, o governo paulista voltou a reabrir a estação Pedro II do Metrô, em São Paulo, na Linha 3-Vermelha, para abrigar pessoas em situação de rua a partir das 19h desta segunda-feira (29).	5	Vagabundagem. Pura e simples. O resto é papo furado. Manda todos para a amazônia ,calha norte! Precisamos de colonos por lá.	1	https://www.youtube.com/watch?v=LPSHF3m0Yk
15	J15	Jovem Pan News	Arquitetura Hostil, derruba veto Lei Padre Júlio Lancelotti	Congresso derruba veto do governo à Lei Padre Júlio Lancelotti	16/12/2022	27742 visualizações 16 de dez. de 2022 #JovemPan O Congresso derrubou nesta sexta (16) o veto do presidente Bolsonaro à Lei Padre Júlio Lancelotti. O presidente havia barrado a medida voltada para pessoas em situação de rua. O decreto proíbe as prefeituras de fazerem arquitetura hostil em espaços urbanos em detrimento da população que vive nas ruas. Scaff e Constantino comentam.	151	<p>Muitos desses moradores de ruas não querem ajuda. Preferem ficar desse jeito. Muitos ficam nas ruas porque não querem regras.</p> <p>Só há moradores de ruas por 2 motivos:</p> <p>1º Pq os tais preferem viver nas ruas ao invés de abrigos ou em casas;</p> <p>2º ou pq não tem abrigos.</p> <p>Se não tem abrigos deveria ter, e se tem abrigos viver na rua é uma escolha</p> <p>No caso da escolha deve ser proibido</p> <p>Isso coloca esses marginais em baixo do viaduto e esse padre junto. Cambada de vagabundo.</p> <p>Vão construir abrigos e bota esses vagabundos pra trabalhar.</p> <p>Coisa do lulá.</p> <p>Em vez de dar uma casa quem dar a ponte pra morar é uma piada.</p> <p>Lógico é muito mais fácil, prático e barato liberar as ruas a essas pessoas que providenciar abrigos de bom tamanho, limpos e tendo o básico em termos de conforto, além dos já existentes. Apesar de muitos desses indivíduos se recusarem a ficar lá, pois para isso teriam que seguir regras e abrir mão da "liberdade" que tinha nas ruas.</p> <p>Lembrando inclusive que nem todos esses moradores de rua são inofensivos: não é novidade para ninguém que muitos são drogados e agem até mesmo com violência quando não lhes dão a tal "ajuda".</p> <p>Em nome de um sofisma fujuto, garante-se o (pseudo)direito dessas pessoas de permanecerem nas ruas no meio da promiscuidade e sujeira, porém por outro lado comprometendo a segurança dos cidadãos no seu direito de ir e vir. É muito fácil alguém posar de "bonzinho" e "caridoso" quando não vê "ao vivo" a realidade na rua. Gostaria de saber qual seria a reação de algum desses membros do Congresso se aparecesse um crackado no bairro dele.</p> <p>Tudo que der para atrapalhar, tudo, estes vagabundos vão fazer. Bando de parasitas.</p> <p>Tudo vagabundos usuários de drogas e só os esquerdistas leva esses moradores de ruas para suas casas!</p>	6	https://www.youtube.com/watch?v=QIBzSUw3p_s
16	J16	Jovem Pan News	Centro de acolhimento (inauguração de dois centros em SP)	Prefeito de São Paulo promete abrigo para 32 mil pessoas em situação de rua	16/02/2023	2273 visualizações 16 de fev. de 2023 #JovemPan #JornalDaManhã Nesta quarta-feira (15), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), participou da inauguração de dois centros de acolhida em Itaquera, Zona Leste da capital paulista. De acordo com o prefeito, mais de 80% das cerca de 20 mil vagas para a população em situação de rua estão ocupadas na cidade. Na semana passada, a gestão de Nunes prometeu fornecer abrigo a todas as quase 32 mil pessoas que, de acordo com o censo da Prefeitura, estão em situação de rua na cidade.	2	Tem que colocar essas pessoas internadas em comunidade terapêuticas involuntariamente esses que estão jogados nas ruas e depois dar um trabalho para ocupar a mente para não voltar aos lugares onde tem drogas e álcool.	1	https://www.youtube.com/watch?v=bWFTBk-w64

<p>Descritores: população em situação, pessoas em situação de rua, morador em situação de rua, morador de rua Período: 2019 - 2023 SBT: https://www.youtube.com/@SBTNews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua Jovem Pan: https://www.youtube.com/@jovempannews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua</p>							Nº Comentários	Nº comentários selecionados	Link	
Nº	Cód.	Canal	Temática	Título Notícia	Data	Descrição	Comentários selecionados por palavras-chave: quer*, decid*, escolhi*, prefer*, trabalh*, responsab*, regras; liberdade; vagabundo[s]; preguiça; gosta.			
17	S1	SBT News	Número de PSR	SP: Número de moradores de rua cresceu 60% em 3 anos, estima prefeitura SBT Brasil [04/01/20]	04/01/2020	1834 visualizações 4 de jan. de 2020 Além do aumento da população de rua, nos últimos anos, o perfil de quem vive nessa situação em São Paulo mudou. Hoje não se concentram apenas na região central da cidade, estão também nos bairros e parte dessas pessoas está nessas condições não só por problemas com álcool e drogas, mas porque não encontram trabalho e não tem como manter uma casa.	19	POR MIM , PODEM VOLTAR DE ONDE VIERAM. O CENTRO ESTÁ UM VERDADEIRO LIXO. MJO , MERDA, CRACK, E VAGABUNDO ATOA EM TODOS OS CANTOS E LUGARES DO CENTRO, E NÃO ADIANTA OFERECER EMPREGO , QUEREM FICAR LÁ NA CRACOLÂNDIA E PEDINDO DINHEIRO NAS RUAS. AGORA DERAM DE ATACAR QUEM SAI COM COMPRA DO MERCADO, E FAZER A COMPRA , COLOCAR NA SACOLA E DO LADO DE FORA VEM UNS 5 OU MAIS TOMAR A COMPRA E IR TROCAR POR DROGA NO ATO. INSUSTENTAVEL A SITUAÇÃO. E AINDA TEM UNS CABRA QUE QUEREM POSAR DE BONS SAMARITANOS E VEM DE OUTROS BAIRROS PARA O CENTRO DAR COMIDA E MARMITA CARA PARA ESSES VAGABUNDOS E LADROES QUE FICAM NA PORTA DO PRÉDIOS ROUBANDO QUEM ENTRA E QUEM SAI. HIPOCRISIA FALAR AO CONTRÁRIO O CENTRO DE SÃO PAULO ESTÁ NO LIMITE.	1	https://www.youtube.com/watch?v=Ec8r-wEDDQ
18	S2	SBT News	Covid-19	Pessoas em situação de rua ficam expostas ao coronavírus Primeiro Impacto [20/03/20]	20/03/2020	214177 visualizações 20 de mar. de 2020 Sem acesso as medidas básicas de higiene, como lavar as mãos, usar álcool gel, a população em situação de rua está mais suscetíveis ao contágio do novo coronavírus. O padre Julio Lancelotti, ofereceu um espaço para abrigar moradores de rua de São Paulo enquanto a prefeitura pensa em soluções para conter a disseminação do vírus.	928	Podê me criticar quem quiser, mais à maioria dos moradores que se diz de rua têm residência e família eles não vão pra casa porquê não querem , só pra viver nas drogas e no álcool. Eu digo isso que eu conheço muito descarados que têm moradia mais preferê está na rua como mendigos. Tadinhos, todos fraquinhos sem condição de trabalhar . Vamos adotar um morador de rua. O tem na cabeça de uma pessoa que prefere morar na rua ao invés de trabalhar Como assim os cara quase a maioria ainda e joven e forte e estão aí pidindo nas ruas e morando na rua como assim cara. Eu acho uma bom iso de ajudar a os mais necessitados mais cara os cara ainda todo forte e não quer trabalhar tem q votar pra trabalhar toda esa gente só deixa a os diacapitados e mulheres con filhos pequenos . Tem trabalho sim só não a trabalho pra quem não quer trabalhar esa q a grande verdade. Ficam na rua por que querem fica se trocando é roubando Um monte de homem novo, trabalhar que bom pra ter um teto eles não quer né ,me poupe Eles nao querem o tal direito de ir e vir? Contra internacao compulsoria?? E agora querem abrigo, so quando convem nel Mandem eles pras ONGs e especialistas que defendem que esse povo tenha o direito de ficar perambulando o quanto quiserem. Eles sempre recusam tratamento e ajuda . Eles tem que voltar pra suas casas e familias isso sim!! Todos eles tem familias . Ótima oportunidade pra eles voltarem pra casa. Todos eles com saúde fisica bom de trabalhar	8	https://www.youtube.com/watch?v=Cx88l8lYn18
19	S3	SBT News	Violência contra PSR, agressão física	Empresários que agrediram pedinte em Sinop se dizem arrependidos Primeiro Impacto [17/04/20]	17/04/2020	246.254 visualizações 17 de abr. de 2020 Os dois empresários que agrediram um homem em situação de rua na cidade de Sinop, prestaram depoimento à polícia e afirmaram estar arrependidos do ato. Eles devem responder por injúria real.	2028	Vagabundo é foda , mais o que você fez, foi covardia é triste. O empresário se excedeu , porém tem muito vagabundo que tem muita saúde para trabalhar mas preferê esmolar , e quando você não dá dinheiro ao safado ele sai xingando ! QUEM TAMBÉM TEM RAIVA DESTES NÓIAS VAGABUNDOS QUE NÃO QUEREM TRABALHAR E FICAM ENCHENDO O SACO DO POVO DE BEM EM SEMÁFOROS E NAS RUAS, ESTE TIPO DE GENTE ESTA NA FILA DA CAIXA PRA RECEBER OS 500 REAIS QUE FOI APROVADO ENQUANTO PAIS DE FAMÍLIA ESTÃO AGUARDANDO ANÁLISE, OS EMPRESÁRIOS ESTÃO CERTOS EM DAR UM PÉ NO OUVIDIO NESTE CANALHA SEM FUTURO. Não se deve dar nada à vagabundos pedintes , pois você incentiva ele a não trabalhar ! Não precisava dessa agressão, mas que é chato pra kct pedintes em local privado, não se pode andar de vidro aberto e sem Insulfilme forte porque eles insistem e ficam batendo no vidro. Extorsão é crime e não trabalho. A sociedade trata eles sempre como os coitados, a culpa é nossa em trabalhar pra ter as coisas, não visão deles iso é errado e temos obrigação em dar dinheiro a quem pedir . Não se pode nem comer em paz em local que estou pagando, a maioria ainda insiste e querem fazer com que a gente se sinta culpado por estar fazendo uma refeição. As pessoas fazem filho e não querem mais se responsabilizar pela vida e acontece essas coisas. ai querem jogar a culpa em nós, sendo que eu sou só mais uma cidadã que paga impostos e muitos, já fui dormir de madrugada várias vezes começando o dia às 6 da manhã, trabalho fim de semana, sabe quando tenho férias? Nunca. Sou solteira e tenho que me sustentar sozinha tenho que me virar, não posso me dar ao luxo de perder oportunidade de ganhar dinheiro, é fácil chamar os outros de rinquinho quando não se sabe absolutamente nada da história. Achem que ganhamos dinheiro caindo do céu, é fácil jogar a culpa e responsabilidade nos outros, enquanto eles são vistos como vítimas da sociedade . Essa sociedade trabalha e muito pra poder comer fora, ter as coisas e etc. Ver o produto final é fácil, quero ver encerrar o processo	5	https://www.youtube.com/watch?v=ldmY7lEhWw
20	S4	SBT News	Covid-19	Covid-19 já provocou a morte de 22 moradores de rua na cidade de SP SBT Brasil [07/05/20]	07/05/2020	20.733 visualizações 7 de mai. de 2020 Pelo menos 22 moradores de rua já morreram por causa novo coronavírus na cidade de São Paulo. A prefeitura vai realizar convênios com hotéis da região central para tentar diminuir as aglomerações em abrigos.	166	Ninguém gostaria de mora na rua, mais tem MT gente, na rua que prefeitura da um lar pra passa noite, da até remédio aquele estão doente, mais maioria são tudo teimoso, preferê ficar na rua bebendo, não quer ser ajudado tem algum que até são bravo, mais tem que ver se foi esse vírus, hoje em dia vc morre de repente as tv já falam que foi por causa do vírus... Desculpa minha insensibilidade mas eles estão lá por opção ...nem familia destes homens de rua nem governo é responsável por essas mortes!	2	https://www.youtube.com/watch?v=8SQK03D6sg

<p>Descritores: população em situação, pessoas em situação de rua, morador em situação de rua, morador de rua Período: 2019 - 2023 SBT: https://www.youtube.com/@SBTNews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua Jovem Pan: https://www.youtube.com/@jovempannews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua</p>							Nº Comentários	Nº comentários selecionados	Link
Nº	Cód.	Canal	Temática	Título Notícia	Data	Descrição	Comentários selecionados por palavras-chave: quer*, decid*, escolhi*, prefer*, trabalh*, responsab*, regras; liberdade; vagabundo[s]; preguiça; gosta.	Nº comentários selecionados	Link
21	S5	SBT News	Centro de acolhimento (vagas e higiene)	Moradores em situação de rua protestam em frente à Prefeitura de SP Primeiro Impacto (08/07/20)	08/07/2020	2808 visualizações 8 de jul. de 2020 Um grupo de moradores em situação de rua acampou em frente à Prefeitura de SP em protesto em frente à Prefeitura de SP Primeiro Impacto (08/07/20)	29	3	https://www.youtube.com/watch?v=P2LtsYFDuJ
22	S6	SBT News	Violência contra PSR, evento	Moradores de rua estão com medo de novas marmitas envenenadas Primeiro Impacto (04/08/20)	04/08/2020	4462 visualizações 4 de ago. de 2020 A morte de dois moradores em situação de rua ocasionada pelo envio de marmitas envenenadas por uma Prefeitura de São Paulo, cerca de 25 mil moradores de rua estão com medo de novas marmitas envenenadas Primeiro Impacto (04/08/20)	52	4	https://www.youtube.com/watch?v=AdMYGIF0zvs
23	S7	SBT News	Covid-19	Pelo menos 28 moradores de rua já morreram de Covid-19 em São Paulo SBT Brasil (13/08/20)	13/08/2020	10644 visualizações 13 de ago. de 2020 Segundo a Prefeitura de São Paulo, pelo menos 28 moradores de rua já morreram de Covid-19 na capital, outros 286 foram infectados.	156	3	https://www.youtube.com/watch?v=6PBa64BqDU
24	S8	SBT News	Violência contra PSR, homicídio	Homens são presos suspeitos de espancar morador de rua até a morte Primeiro Impacto (24/11/20)	24/11/2020	6017 visualizações 24 de nov. de 2020 Dois homens foram presos suspeitos pelo assassinato de um morador de rua. O caso ocorreu em 19 de julho deste ano, no bairro São Pedro, em Vitória. Edson Bueno Junior, 25 anos, foi espancado e, em seguida, morto a tiros. Os criminosos estariam cansados dos assaltos e furtos feitos pela vítima. Segundo as investigações, Edson praticava os crimes para comprar drogas.	66	1	https://www.youtube.com/watch?v=7HUJgP8Bvc
25	S9	SBT News	Violência contra PSR, atropelamento	Morador de rua morre atropelado em SP SBT News	14/09/2021	2335 visualizações 14 de set. de 2021 #saopaulo #sbtnews Um homem em situação de rua morreu após ser atropelado por um veículo, por volta das 20h30 de 2ª feira (13 set), na pista expressa da Marginal Tietê, sentido Rodovia Ayrton Senna, junto à Ponte da Casa Verde, na Barra Funda, zona oeste da capital paulista. Duas equipes do Corpo de Bombeiros foram mobilizadas e chegaram a prestar os primeiros atendimentos. No entanto, a vítima, de 41 anos, teve um trauma cranioencefálico (TCE) grave e uma parada cardiorrespiratória (PCR) e não resistiu.	44	1	https://www.youtube.com/watch?v=Yq-F4DF6daM
26	S10	SBT News	Violência contra PSR, homicídio	Casos de violência contra moradores de rua são investigados no RJ SBT Brasil (05/10/21)	05/10/2021	12.584 visualizações 5 de out. de 2021 #politica #sbtnews A polícia investiga dois casos de violência contra moradores de rua no Rio de Janeiro (RJ). Uma das vítimas foi executada a tiros neste sábado (02 out).	80	2	https://www.youtube.com/watch?v=8EXG0re1Lww
27	S11	SBT News	Violência contra PSR, homicídio	Homem é preso por atirar 9 vezes contra moradores em situação de rua Primeiro Impacto (01/11/21)	01/11/2021	10.501 visualizações 1 de nov. de 2021 #primeiroimpacto #saopaulo #crime Um homem foi preso na madrugada de 2ª feira (1 nov) após atirar, pelo menos, nove vezes contra um grupo de moradores em situação de rua no Vale do Anhangabá, no centro de São Paulo (SP). Por sorte, nenhum morador foi atingido pelos disparos do criminoso. #sbtnews #primeiroimpacto #saopaulo #crime	113	2	https://www.youtube.com/watch?v=L8PY7eo8730

Descritores: população em situação, pessoas em situação de rua, morador em situação de rua, morador de rua Período: 2019 - 2023 SBT: https://www.youtube.com/@SBTNews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua Jovem Pan: https://www.youtube.com/@jovempannews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua							Nº Comentários	Nº comentários selecionados	Link
Nº	Cód.	Canal	Temática	Título Notícia	Data	Descrição			
28	S12	SBT News	Número PSR	São Paulo tem quase 32 mil m	24/01/2022	12173 visualizações 24 de jan. de 2022 #saopaulo #sbtnews Mais de 31 mil moradores de rua estão espalhados pela capital paulista, segundo o censo antecipado pela prefeitura de São Paulo. As principais causas são crise familiar, desemprego e uso de drogas	149	2	https://www.youtube.com/watch?v=4WupgEDtE1
29	S13	SBT News	Número PSR, Novo Censo da cidade de SP	Padre Julio Lancellotti critica censo: "mostra um dado abaixo do real" SBT Notícias [24/01/22]	24/01/2022	1384 visualizações 24 de jan. de 2022 #brasil #sbtnews O novo censo da População de Rua de São Paulo, divulgado neste domingo (24 jan), apontou que quase 32 mil pessoas estão nas ruas da capital paulista. A informação, no entanto, é contestada pelo Padre Julio Lancellotti, Coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo.	13	1	https://www.youtube.com/watch?v=9c-4BBQvWA
30	S14	SBT News	Frio (condição climática)	Frio intenso em todo país causa preocupação na população em situação de rua SBT Brasil [14/05/22]	14/05/2022	100583 visualizações 14 de mai. de 2022 #Brasil #sbtnews A próxima semana deve ser de frio intenso em boa parte do país, com previsão de neve na região Sul. Com a queda a população de rua exige atenção. Em todo país são 221 mil pessoas em situação de rua, só na capital paulista são 31 mil. O risco de mortes por hipotermia para essa população vulnerável aumenta.	280	4	https://www.youtube.com/watch?v=XeATfkdHCBy
31	S15	SBT News	Frio (condição climática)	Morador em situação de rua morre por causa do frio em São Paulo SBT Brasil [18/05/22]	18/05/2022	22302 visualizações 18 de mai. de 2022 #saopaulo #sbtnews Moradores em situação de rua em São Paulo enfrentaram a madrugada desta 4ª feira (18 mai), com algumas das temperaturas mais baixas do ano. Um homem morreu no início da manhã, em um centro de convivência da prefeitura após passar a noite ao relento em uma calçada #sbtnews #saopaulo	170	7	https://www.youtube.com/watch?v=xQGkdluSeEO

Comentários selecionados por palavras-chave: quer*, decid*, escolh*, prefer*, trabalh*, responsab*, regras; liberdade; vagabundo(s); preguiça; gosta.

A maioria são vagabundos, alcoólatras, dependentes de drogas pesadas e com decepções amorosas.
Eles ganham mais dinheiro pedindo nas ruas do que fazer o que eles **nunca gostaram de fazer que é trabalhar.**
Nas ruas eles são livres, fumam, bebem, andam, dormem a hora que quer e ninguém manda neles.
Até eu estou pensando em morar nas ruas, assim eu me livro de IPTUS, IPVAs, CNHs, DPVATs, aluguéis, contas de água, luz, internet, TV, taxas de varrição, de esgoto, roupas novas, tênis bonitos, gasolina, pneus, mecânicos, eletricitas, pedreiros, encanadores, condomínios, gás, guardas noturnos, vizinhos chatos, seguro da casa, seguro dos carros, etc... Olha que maravilhália estou pensando em fazer uma tour pelas praças de São Paulo, para escolher o melhor lugar!

Vale lembrar que 80% desses moradores de rua **não são descendentes do Estado de São Paulo.**
Já faz décadas que **outros Estados Brasileiros tem de tomar responsabilidades por seus cidadãos.**

No abrigo o cidadão tem que tomar banho, não pode levar bebida nem droga. Tem regras.
Onde a grande maioria não quer sair da onde está, pois quando retornar já perdeu o ponto.
E assim que funciona.

Já trabalhei com projetos de ajuda às pessoas em situação de rua, e 80% delas não manifestam interesse real em mudar sua realidade. Alguns argumentam que **ficar na rua é ter mais liberdade, pois não gostam de seguir regras.** Além do fato de receberem comida, roupas e até dinheiro "de graça"...

E pensar que a maioria deles têm casa e **querem morar na rua** por vários motivos um deles é drogas

A vida não é fácil pra ninguém **não todo mundo deve trabalhar**

As prefeituras disponibilizam albergues pra essas pessoas. **Só que tem regras**

Oferece um emprego pra eles... A maioria não vai querer... **muitos preferem viver pedindo do que trabalhar**... infelizmente e assim... não estou generalizando... mas tem muitos que escolhem essa vida por conta das drogas álcool etc... trabalhar não quer...

Algumas pessoas escolhem morar na rua, não sei se foi o caso desse senhor, mas que Papai do Céu o acolha em um lugar melhor.

Aqui, na minha cidade IPATINGA, os moradores em situação de rua, **resistem em ir para o abrigo. Preferem ficar na rua!** Eu ajudo na distribuição de alimentos e sentimos essa recusa deles! Muito triste! A gente leva agasalhos, cobertores, etc eles cobrem e, no outro dia tudo fica jogado onde eles dormiram. Está difícil conscientizá-los das dificuldades que temos pra conseguir donativos!!! Nossos irmãos de rua São pobres rebeldes!

nao adianta todo ano eã mesma coisa campanhas de agasalhos... depois chega o verao os cobertores vao pro lixo... a prefeitura poderia cadastrar esses moradores de rua e distribuir cobertores e no termino do inverno recolher lavar e guardar pro proximo inverno... o governo **precisava obrigar mulheres de ruas e usuarias de crack a fazer laqueadura deveria ser proibido essas mulheres de nascer crianças nessas condicoes... nao estudaram nao trabalharam e principalmente nao pensaram no futuro**... o brasileiro quando e jovem so quer saber de feriadoss... praia... churrasco... natal... pascoa quer aproveitar a vida... a lei da causa e efeito vem mesmo...

Como q pode o familiar só aparecer depois q a pessoa q está em situação de rua morre de frio? Sou contra esse história de q o estado tem q se responsabilizar totalmente pelas pessoas, **os responsáveis mesmo deveria ser a família quando existem, por isso q sou totalmente a favor de internação compulsória, pq a família tem o dever de cuidar do drogado, do doente mental, do depressivo, de quem tiver nascido no seio de sua família** e tenha algum tipo de problemas ou dificuldade. E deveria existir uma campanha em todas as igrejas e religiões, lembrando as pessoas q a primeira caridade q devemos fazer q o amar ao próximo deve iniciar pelos mais próximos, entre os parentes, dentro de casa, em sua vizinhança, para depois partir para um novo degrau, ou então é só mais uma falsidade e uma hipocrisia, daqueles q usam a caridade para beneficio próprio, através da manutenção da própria imagem.

O lençol cobre de vergonha? Por que? Infelizmente **o que leva esse povo pra rua é preguiça e vícios principalmente,** se der casa, emprego, carro, roupa etc para todos, pode voltar um mês depois que mais de 90% estará na rua novamente na mesma situação.

País de bosta que gosta de vagabundo

Descrições: população em situação, pessoas em situação de rua, morador em situação de rua, morador de rua Período: 2019 - 2023 SBT: https://www.youtube.com/@SBTNews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua Jovem Pan: https://www.youtube.com/@jovempannews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua							N° Comentários	N° comentários selecionados	Link	
N°	Cód.	Canal	Temática	Título Notícia	Data	Descrição	N° Comentários	Comentários selecionados por palavras-chave: quer*, decid*, escolhi*, prefer*, trabalh*, responsab*, regras, liberdade, vagabundo(s), preguiça, gosta.	N° comentários selecionados	Link
32	S16	SBT News	Frio (condição climática)	Homens em situação de rua são encontrados mortos na zona leste de SP Primeiro Impacto 13/06/22	13/06/2022	17175 visualizações 13 de jun. de 2022 #saopaulo #frio #abrigo Um homem em situação de rua foi encontrado morto em Itaquera, zona leste de São Paulo (SP), na manhã de 2ª feira (13jun). De acordo com a polícia, o corpo não tinha sinais de violência. No dia anterior, no domingo, uma outra vítima foi encontrada morta em Sapopemba, também na zona leste. Capital paulista registrou temperaturas de 6°C.	93	para alguns, essas pessoas morrem pq querem Bom dia desculpa eu falar mas a maioria larga a família para morar na rua ja nao tem emprego e muitos cai no mundo das drogas.muitos que moram na rua fala que nao tem como trabalhar mas so que muitos nao querem preferir ficar na rua kk.. Abrigo disponível tem, o problema é que os noias nao querem pois tem que seguir regras. Estao na rua por opção. Muitas vezes eles têm p.onde ir mas não vão meu irmão prefere as ruas Que tal deixarem de ser crackolanders? Larga a vida loca e voltar para a família? Ou só seguir as regras dos albergues? Não dá né? Melhor correr o risco de morrer congelado. Quase fico com dé...	5	https://www.youtube.com/watch?v=83r45_mr2M4Y
33	S17	SBT News	Frio (condição climática)	Frio pode ter causado duas mortes na zona leste de São Paulo SBT Brasil 13/06/22	13/06/2022	17944 visualizações 13 de jun. de 2022 #saopaulo #sbtnews A onda de massa de ar polar, que derrubou as temperaturas no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, vai perder força a partir desta 4ª feira (15jun). Contudo, o alívio na temperatura deve durar pouco. Em São Paulo, dois moradores de rua morreram no fim de semana	45	Cadê a prefeitura? Tirar estes Cruciflandias das Ruas, pelo menos pra dormir,alojamento pelo menos.Q pais é este q de7xa povo dormir já Rua a merda é q querem usar crack.Porrisso ficam nesta nehum deles nasceram na Rua.foram pra rua qdo começaram usar drogas. Centro de reabilitação la@tem comida e cama quentinha durante tratamento. tem q oferecer isto pra quem quiser quem não quer problema deles!!	1	https://www.youtube.com/watch?v=eeeb5Ga3V-A
34	S18	SBT News	Auxílio Reencontro, Programa Reencontro - Prefeitura SP	Programa da prefeitura de São Paulo promete ajudar moradores de rua SBT Brasil 02/07/22	02/07/2022	4455 visualizações 2 de jul. de 2022 #saopaulo #sbtnews A lei sancionada essa semana pela prefeitura de São Paulo, que prevê o pagamento de auxílio financeiro para quem acolher um morador de rua em casa, tem sido criticada por movimentos ligados a essa população. Para algumas entidades, a medida ainda apresenta muitas lacunas, como a definição do valor do benefício	57	Vão para as ruas pq as famílias não deixa e não querem que usem "pedras" em casa, simples assim! Não adianta nada vai mudar a mente do usuário a não ser se a própria pessoa queira e tenha força de vontade. Já tive amigos que foram morar na rua para ter a "liberdade" de fazerem o que querem. hoje estão na moradia eterna! Parece que você não se toca eles estão querendo algum lugar para poder ficar tipo albergue usa droga de manhã de tarde e de noite ele não quer nada com nada não colocar eles para trabalhar vé se eles quer alguns pode até querer Mais um meio de gastar o dinheiro público com algo que não funciona. A maioria dessas pessoas estão nas ruas porque querem estar. Tem que coloca esses vagabundo para trabalhar a maioria é alcoolatra e drogado e uns ama mora na rua . Se a rua fosse ruim não tinha tanta podridão por ai acabando com as cidades esse povo precisa perde preguiça e trabalha pega no pesado do dinheiro para vagabundo nada vai adianta pelo contrário cada dia terá mais. Adote um noia vagabundos quem trabalha tá fudido mais um programa para gastar dinheiro publico, governo tem que parar com os programas de ajuda, e incentivar o crescimento das microempresas e grandes industria, o brasil nunca vai mudar se ninguém incentivar o povo a trabalhar.	6	https://www.youtube.com/watch?v=7YQ0Qh1t8k
35	S19	SBT News	Programa Auxílio Brasil - Governo Federal	Moradores de rua não conseguem Auxílio Brasil SBT Brasil 07/11/22	07/11/2022	7029 visualizações 7 de nov. de 2022 #brasil #sbtnews Para os 275 mil brasileiros que vivem nas ruas, o Auxílio Brasil teria uma função decisiva no caso de uma nova vida. Contudo, 30% dessas pessoas não possui o Cadastro Único, o que impede que recebam o benefício	94	tem que tirar o joio do trigo, alguns desses moradores tem casa parentes, mas prefere ficar nas ruas pela dependência de drogas e etc. agora os que estão por falta de trabalho tem que ter uma ajuda. Vão Trabalhar esses caras Eles não querem trabalhar pedir e mais fácil Trabalhar eles não querem Serviço tem tá faltando mão de obra aqui no mato grosso Não querem trabalhar O auxílio vai mais pras pessoas que não são chegadas muito a trabalho Conheço um que gasta em menos de um dia com drogas os 600. Tá na rua porque faltava muito no trabalho e não pagava ninguém. Acho melhor é criar um reformatório pra adultos. Pra min o auxílio Brasil tinha que ser temporário por um período de um ano pra pessoa se ajeitar trabalho no cras muita gente vira dependente e n corre atrás de nada pra n perder	6	https://www.youtube.com/watch?v=qtqFaQ1SFB8

<p>Descritores: população em situação, pessoas em situação de rua, morador em situação de rua, morador de rua Período: 2019 - 2023 SBT: https://www.youtube.com/@SBTNews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua Jovem Pan: https://www.youtube.com/@jovempannews/search?query=popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua</p>										
Nº	Cód.	Canal	Temática	Título Notícia	Data	Descrição	Nº Comentários	Comentários selecionados por palavras-chave: quer*, decid*, escolh*, prefer*, trabalh*, responsab*, regras; liberdade; vagabundo[s]; preguiça; gosta.	Nº comentários selecionados	Link
36	S20	SBT News	Número de PSR	Cresce mais de 200% o número de brasileiros em situação de rua SBT Brasil (14/01/23)	14/01/2023	40.836 visualizações. 14 de jan. de 2023 #brasil #btnews O número de pessoas em situação de rua no país cresceu mais de 200% nos últimos 10 anos. Uma crise social que se agravou ainda mais com a pandemia. E, muitas vezes, essa população sem-teto depende da assistência de organizações sociais e voluntários para ter garantidos direitos básicos como alimentação e higiene.	692	<p>Não precisa passar a mão na cabeça deles, já trabalhei na rua por oito anos. Já conviver com vários deles e hoje dou comida para todos os que me pede. E eles não querem mudar. O que a mão direita faz a mão esquerda não precisa saber. Pouco deles tem solução, os familiares 😞 não aguenta mais e coloca pra rua. Mesmo assim nunca nega um prato de comida para ninguém. Infelizmente é um caso perdido.</p> <p>Eu sou estrangeiro aqui no Brasil, moro há 2 anos! Eu procurei emprego fui atrás e consegui as vezes a pessoa reclama e não vai atrás! Não estudam, não aprendem um outro idioma e querem tudo fácil! Eu amo o Brasil e tem oportunidade sim! Sou da Guatemala ☹️</p> <p>Muitos moram nas ruas porque querem esses nen deveria entrar nas estatísticas. Muitas famílias que moram nas ruas porque realmente não tem p onde ir.</p> <p>A verdade é que nem metade deles estão aí por falta de emprego, oportunidade, etc, mas sim por ter escolhido a "liberdade" as drogas e o álcool com certeza é o que mais levam pessoas para as ruas</p> <p>Quando o ser humano reconhecer a condição de miserável pecador e que ele é totalmente dependente de Deus, com certeza as coisas mudam. Conheço pessoas que preferem viver pedindo do que trabalhar fazendo faxina. Pois para eles trabalhar em faxina é muito humilhante. Só Jesus na causa.</p> <p>Perdoe as famílias que as vezes tem dificuldade de encontrar um lar, mas outro lado é que nao quer uma responsabilidade que tinha tudo e tudo largou</p> <p>Muitos os que vivem nas ruas tem familia...mas preferem viver assim... outros perdidos no alcoolismo e DROGAS... e muitos que não querem nada com nada...a situação ta difícil pra todo mundo... principalmente pra para os POBRES... mais tem que ter luta se quiser ter vitórias...</p> <p>Eu já conheci um cara que tem familia, mas ele decidiu morar na rua, as vezes nunca é porque não tem emprego</p> <p>Eu conheci pessoas que tinham emprego e preferiu morar na rua mecher com drogas e não quis morar com a familia livre arbitrio</p> <p>Maior parte porque viciou na droga e não quer ter responsabilidade com trabalho ou dever satisfação a familia. Outros por problemas familiares. Menorias são porque não tem familia e outra parte impossibilidades.</p> <p>Rola muitas droga triste isso depois não arruma trabalho</p> <p>Não generalizando mas a maioria das pessoas que vivem nas ruas não querem ser resocializadas mas isso também é culpa da corrupção ,não sobra dinheiro para ser feito um acompanhamento psicológico e psiquiatra que ajudaria muito essas pessoas mas enquanto tiver pessoas nesta condição os politicos corruptos estaram se aproveitando pra fazerem politicagem</p> <p>Ninguém vai mudar isso, porque são pessoas que não aceita regras. Na maioria deles são drogados e pedido pela justiça. Aqui tem lugar que eles podem alimentar, mas tem que fazer o cadastro, eles não fazem. Aqui tem os restaurantes populares, mas eles não fazem o cadastro para comer, porque são pessoas pedindo da justiça.(Vão preso) outros tem o Albergue para tomar banho e dormir comer, mas não pode chegar lá bêbado ou drogado.</p> <p>brasileiros gosta de trabalhar, gosta de ficar a toa</p> <p>50% deles são TDS vagabundo. fica esperando os trouxas trazer comidinha e entrega na mão deles. não são alejado vão fazer alguma coisa.se procurar acha</p> <p>Sbt tá se tornando lixo também,99% de quem vive nas ruas só querem bebidas, drogas e bagunça e não querem trabalhar! Mas as religiões e ongs e o social passam muito a mão pra esses drogados! Esse negócio de caridade e só pra enganar , a quanto tempo existe isso e não resolveram! Política pública é conversa pra boi dormir! SBT faça um favor pro Brasil parem de fazer isso! Vcs estão fazendo um sensacionalismo lixo e assistencialismo nunca tirou ninguém da rua! Essa conversinha vem pra mais de 40 anos!</p> <p>Me desculpe claro que tem crise social. Mas maioria vai pra rua pq quer se drogar. eles querem é vadiar. Não que tem responsabilidade.</p> <p>Você sabia que tem muitos moradores de rua que preferem morar ns rua do que trabalhar e cuidar de uma familia quem sabe agora que o Lula ganhou ele vai dá casa para este pessoal ou vai fazer o l</p>	18	https://www.youtube.com/watch?v=9ey9xaxBx0A